

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

LEONARDO MILANEZ DE LIMA LEANDRO

**CAMPESINATO E ABASTECIMENTO NA ZONA BRAGANTINA
(1880 – 1960)**

LEONARDO MILANEZ DE LIMA LEANDRO

**CAMPESINATO E ABASTECIMENTO NA ZONA BRAGANTINA
(1880 – 1960)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, sob a orientação do professor Dr. Fábio Carlos da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA

Leandro, Leonardo Milanez de Lima

Campeinato e abastecimento na Zona Bragantina (1880 – 1960) /
Leonardo Milanez de Lima Leandro; Orientador, Fábio Carlos da Silva.
– 2010.

122 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Agricultura familiar – Zona Bragantina (PA). 2. Camponeses –
Zona Bragantina (PA). 3. Produtividade agrícola – Zona Bragantina (PA).
4. Colonização - Zona Bragantina (PA). 5. Abastecimento de alimentos -
Zona Bragantina (PA). 6. Estrada de Ferro de Bragança. I. Fábio Carlos
da, orientador. II. Título.

CDD 21 ed. 338.1098115

LEONARDO MILANEZ DE LIMA LEANDRO

**CAMPESINATO E ABASTECIMENTO NA ZONA BRAGANTINA
(1880 – 1960)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Banca Examinadora

Professor Orientador Dr. Fábio Carlos da Silva – UFPA/NAEA

Professora Dra. Rosa Elisabeth Acevedo Marin – UFPA/NAEA

Professora Dra. Maria de Nazaré Angelo Menezes – UFPA/NCADR

Belém, 29 de abril de 2010.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato a muitas pessoas, mas especialmente a minha querida e amada Marina, por suportar minha presente ausência enquanto mergulhava nas leituras, escritas e viagens filosóficas. Muito obrigado por tudo, meu amor, por sua doce e desejável companhia, especialmente pela paciência em ouvir minhas especulações, minhas interpretações e aturar minhas fases de desânimo. Credito também a você parte dos resultados e das conclusões aqui expostas.

Sem duas pessoas eu não teria vindo ao mundo, ou então não seria eu: obrigado Dona Graça, mainha, minha mãe e obrigado Seu Leandro, meu velho, meu pai!

Também com o sentimento de um filho agradeço a Dona Edla. Pela acolhida desde sempre, pelo apoio incondicional, pelas conversas, direcionamentos, motivação, indicações e pelas críticas sempre pertinentes.

Com o coração tristemente feliz, agradeço todos os dias pela curta, porém intensa convivência com um herói nacional: muito obrigado Seu Alberto! Especialmente porque, juntos, ele e Dona Edla, lutaram e criaram condições para hoje desfrutarmos de um estado de direito democrático, além do constituírem o referencial de harmonia e companheirismo essencial para a existência e permanência de uma família. A convivência com essas duas pessoas foi, e ainda é fundamental para minha vida. Sou-lhes eternamente grato!

Compartilho ainda os resultados desta pesquisa com o professor Fábio, a quem devo especial agradecimento pelas oportunidades abertas desde minha chegada ao Pará. Seus incessantes incentivos me mantiveram motivado, desde a busca pelo objeto até a peça que ora é exposta às críticas. Nesse tempo de convivência foi possível construir uma relação que certamente não se esgotará com encerramento desta etapa.

Agradeço aos *camponeses*, ao povo dos campos de Tracuateua: Seu Jimeca e Dona Dedé e seus filhos Casinha e Faustinho, Seu Donda e Dona Nazaré, tia Naza, Seu Bem-te-vi, Gilson e Herllen, grande Hélio e seu avô José, grande companheiro Bacurau, Seu Amâncio e Dona Julia, Seu Pedro, Seu Tito Tenente e seu neto Dico, grande Zé Elias, Dona Teresa, Seu Manoel, Seu Pente Fino, Seu Raimundo Crente e sua filha Cristiane, Seu Miguelzinho, Seu Paulo, Seu Magno Besouro, Seu José Vieira, Seu Gregório, Dona Maria, Seu Garrancho, Seu Francisco, Dona Cecília, Dona Maria José, Dona Florência, Seu João, Seu Barão, e ainda aqueles que porventura foram esquecidos. A todos e todas meus sinceros agradecimentos pelas conversas divertidas e esclarecedoras a respeito da suas histórias. Reconheço aqui a importante contribuição que deram para a história social desse país.

Seria muito difícil construir uma relação com os camponeses em Tracuateua sem a aproximação patrocinada pelo meu mais novo “velho companheiro”, Josinaldo Reis, O Negro Biu, como ele gosta de ser chamado, mas identificando-se como “Nêgo Bill”. Compartilhamos uma ideologia que deu base para a construção da nossa relação. Estendo ainda esses agradecimentos às gêmeas Beta e Myra, “pioneiras” da nossa turma de “retirantes”. Valeu mesmo, minhas queridas. Myroca, Ajuruteua foi demais!

Este trabalho não seria realizado no período em que o foi sem o apoio de Cristina. Através dela conheci o professor Fábio, que desde então, dentro dos limites de sua paciência, muito me auxiliou e incessantemente me incentivou até que, de fato, eu pudesse enxergar um rumo para a pesquisa. Agradeço à Cristina e renovo meus agradecimentos ao professor. Agradeço ainda a Carol, primeiro pela disponibilidade de realizar um frete com os primeiros móveis de minha morada e depois pela paciência durante o tempo em que trabalhamos juntos.

Outro novo “velho companheiro”, meu compadre Haroldo. Desde o primeiro dia de aulas, meio chuvoso, sem condições de estender o ritual de apresentação. Pelas festas, passeios, e, nesses momentos, as tão importantes dicas. Valeu meu velho! Saravá!

Uma nova temporada de aulas da disciplina Formação Econômica e Social do Brasil e da Amazônia foi fundamental para, de uma vez por todas, esclarecer os caminhos que esta pesquisa iria tomar. Na oportunidade de assistir novamente às aulas da professora Rosa, e nas rápidas conversas com ela a respeito de fontes bibliográficas, encontrei um novo impulso. Obrigado, professora!

Foi muito gratificante poder compartilhar da generosidade e camaradagem de mais um “velho companheiro”: valeu Juca! Estamos juntos nessa caminhada.

No limite do tempo, a fundamental ajuda de Claudinho com seu precioso conhecimento em idiomas estrangeiros. Não só por isso, mas também pela cortesia e paciência que ele e Cacau tiveram ao me hospedar durante alguns meses em seu lar. Muito obrigado, compadre! Muito obrigado, comadre!

Uma instituição não funciona sem trabalhadores, desde os que assinam a liberação de verbas para a compra de café até os que nos servem o café quentinho. Na pessoa da Dona Graça agradeço aos demais funcionários do NAEA. Faço um agradecimento especial ao pessoal da biblioteca, sempre disponível.

Agradeço ainda ao pessoal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialmente ao Waldemar Vergara, e na sua pessoa estendo os agradecimentos aos demais parceiros no Instituto. Se os ventos deixarem, na maré de lançante iremos pescar poemas.

Realizei a pesquisa com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), através do projeto Pólos de Inovação Tecnológica – Projeto Estruturante do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – onde pude contar com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e com a bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Finalmente, saravá São José.

Eu sei que não adianta ficar desesperado.

Jah!

O problema são problemas demais e não correr atrás da maneira certa de solucionar.

Somos todos juntos uma miscigenação e não podemos fugir da nossa etnia.
Índios, brancos, negros e mestiços.

(Francisco de Assis França – Chico Science)

RESUMO

Historicamente constituído por trabalhadores livres que ocuparam o território nas imediações de Bragança, o campesinato bragantino contribuiu significativamente para o abastecimento dos circuitos comerciais e das atividades industriais desenvolvidas no Pará. A articulação teórica e conceitual, que fundamentou a interpretação das transformações na Zona Bragantina, coloca-se numa perspectiva crítica, cujas concepções tratam das categorias como elementos dinâmicos, portanto inseridos num contexto histórico-materialista. Critica as interpretações que atribuíram ao campesinato a responsabilidade pela degradação ambiental, pelas crises de abastecimento do Pará e pela produção agrícola frequentemente designada como decadente, estas sempre colocando o campo em relação à cidade. Observaram-se a ocupação da Bragantina e sua expansão, as transformações por que passou a estrada de Bragança e a contribuição dos núcleos produtores engendrados pelas colônias. Em que pese o caráter excludente das ações do governo imperial, na fase republicana o campesinato passou por processos de transformação social, cuja perspectiva crítica o recoloca na história como responsável por parte do abastecimento da Amazônia. Em função do encurtamento do período de pousio, os camponeses engendraram uma mudança técnica que evidencia sua sensibilidade aos mercados. Assim, a produção de gêneros alimentícios diversos, e também de produtos para a agroindústria, fundamentou seus processos reprodutivos, orientados não só para o atendimento das necessidades da unidade familiar, mas também para o atendimento das demandas do mercado. Constatou-se que a Zona Bragantina, em que pese ter recebido investimentos capitalistas, ainda configura-se como uma fronteira camponesa, e, em última análise, o argumento da decadência pode ser substituído pela diversidade.

Palavras-chaves: Colonização. Camponeses. História. Política.

ABSTRACT

Historically constituted by free workers who had occupied the territory nearby Bragança, the bragantino peasantry contributed for the supplying of commercial circuits and developed industrial activities in Para. The theoretical and conceptual articulation that based the interpretation of transformations on the Zona Bragantina is placed in a critical perspective, whose conceptions deal with categories as dynamic elements, therefore inserted in a historical and materialist perspective. It criticizes the interpretations on the responsibility attributed to the peasantry for the ambient degradation, Para's supplying crisis and for the agricultural production frequently assigned as declining, always placing the field in relation to the city. Bragantina's occupation and expansion was observed, as well as the transformations which passed the road of Bragança and the contribution of producing nuclei created by the colonies. Even though the excluding character of the imperial government actions, during the republican phase the peasantry passed through social transformation processes, whose critical perspective put it back in history as responsible for part of Amazonia's supplying. In consequence of the shortening of fallow period, the peasants made a technical change that evidences its sensitivity to the markets. Thus, the production of diverse foodstuffs and other products for the agro industry based its reproductive processes, guided not only for the attendance of family needs but also for the attendance of market demands. In conclusion, the Zona Bragantina, although has been received capitalists investments, still configures itself which a peasant frontier and, ultimately, the declining argument would be replaced by diversity.

Key-words: Colonization. Peasants. History. Politics.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 INTERPRETAÇÕES DA OCUPAÇÃO NA BRAGANTINA | 19 |
| 2.1 UM DIÁLOGO ENTRE CLÁSSICOS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E POLÍTICA..... | 19 |
| 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRADAS DE BRAGANÇA: CRONOLOGIA DAS TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS..... | 27 |
| 2.3 UM COMENTÁRIO CRÍTICO A RESPEITO DAS INTERPRETAÇÕES..... | 34 |
| 3 AS CATEGORIAS E OS CONCEITOS | 37 |
| 3.1 CAMPESINATO E ABASTECIMENTO NA FRONTEIRA | 40 |
| 4 PRODUÇÃO CAMPONESA E ABASTECIMENTO NA BRAGANTINA | 59 |
| 4.1 CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO EM BRAGANÇA | 59 |
| 4.2 DINÂMICA DO ABASTECIMENTO..... | 66 |
| 4.3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA EM BRAGANÇA (1920- 1960) | 73 |
| 5 CAMPESINATO E ABASTECIMENTO EM TRACUATEUA | 87 |
| 5.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS | 87 |
| 5.2 TRAJETÓRIA, PRODUÇÃO CAMPONESA E DINÂMICA DO ABASTECIMENTO EM TRACUATEUA: “... ERA O TABACO, ERA A PESCA E ERA A MANIVA...” | 103 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 110 |
| REFERÊNCIAS | 113 |

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado é fruto de um intenso esforço de pesquisa, que teve início em 2007, com a idéia inicial de estudar a participação de agricultores familiares e pescadores artesanais nas definições de políticas de conservação ambiental que buscam assegurar seus meios de reprodução. Desde então o objeto do trabalho foi se revelando e se adequando na medida em que se realizavam as investigações, e uma série de fatos contribuiu para tanto.

No mês de junho de 2007 tive a oportunidade de participar de uma reunião, a convite de um grande amigo, com um grupo de usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Esse primeiro contato deu ensejo à construção do problema inicial e cujo objeto estava referido à participação daqueles trabalhadores no processo de objetivação dessa unidade de conservação. Em outras tantas reuniões e encontros foi possível desenvolver diferentes perspectivas de observação, com um amplo leque de possibilidades de estudos, o que acabou por tornar confuso e obscuro aquele objeto.

O passo inicial definido seria a busca de informações históricas a respeito do lugar, cuja disciplina de Formação Econômica e Social do Brasil e da Amazônia, cursada entre agosto e setembro de 2008, despertou tal curiosidade e permitiu já uma aproximação com o objeto. O objetivo passou a ser a análise do processo de colonização, no caso a ocupação de Tracuateua, e no que implicou a colonização para que os extrativistas tivessem seus direitos de posse, propriedade e uso da terra reconhecidos. Neste ponto tomei conhecimento das ações e pude acessar alguns documentos referidos ao reconhecimento da comunidade Jurussaca, situada na zona rural de Tracuateua, enquanto comunidade de remanescentes quilombolas. Estes dados, e mais algumas leituras, indicaram os primeiros rumos para investigar o processo de colonização, haja vista as contradições que porventura encontrei entre a teoria e a referência empírica da pesquisa. Se por um lado a literatura afirmava que o atual território de Tracuateua havia sido ocupado com a construção da estrada de ferro, o reconhecimento “jurídico-formal” de que em seu território havia uma comunidade de remanescentes quilombolas colocava tais afirmativas em posições relativas. A partir de então a Estrada de Ferro de Bragança e Tracuateua sempre estiveram presentes em minhas intenções de pesquisa, mas apenas como partes do “quebra cabeça”.

Mais tarde, bem mais tarde, enfatize-se, aqueles grupos de trabalhadores de mais de 40 comunidades da zona rural de Tracuateua, com as quais tive contato direto e pude observar, revelar-se-iam, depois de seguidas leituras, enquanto camponeses.

Foi só em junho de 2009, a partir de conversas com alguns pesquisadores e da indicação de mais algumas leituras que de fato pude delimitar uma temática e um recorte temporal para a investigação. Em que pese a referência empírica continuasse a mesma, a forma de observá-la havia mudado de perspectiva – ou conseguida uma perspectiva clara de observação –, e só então pude de fato dar início ao esforço da pesquisa que agora passo a defender.

No final de agosto e durante o mês de setembro de 2009, novamente assistindo as aulas de Formação Econômica e Social do Brasil e da Amazônia, a partir da leitura de dois textos do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida – *A Ideologia da Decadência* (2008a) e *Antropologia dos Archivos da Amazônia* (2008b) –, pude, numa perspectiva crítica, internalizar grande parte das leituras que havia feito. Estas leituras, que se tornaram clássicos a respeito da Zona Bragantina e responsabilizavam os trabalhadores do campo pela situação de desabastecimento e pela degradação ambiental da região, apenas contribuíam para uma repetição sem melhorias qualitativas nas interpretações (ALMEIDA, 2008a). Ora, aquelas leituras as quais fui indicado para realizar, colocam-se exatamente numa perspectiva de reconhecer o papel fundamental do campesinato na formação e trajetória histórica do agrário nacional, revelando suas formas de constituição e reprodução e de resistência, seus esquemas de trabalho e a diversidade de suas expressões.

Foi nesse momento que os extrativistas se inseriram enquanto camponeses, as interpretações a respeito da Bragantina internalizadas e assimiladas a partir de um ponto de vista crítico e pude de fato delimitar meu tema de investigação: *Campesinato e Abastecimento na Bragantina*. Justifica-se tal empreendimento pelas inquietações despertadas por aquelas interpretações, que sempre exteriorizavam a responsabilidade plena dos camponeses, grupos de agricultores familiares formados por imigrantes nordestinos, negros africanos e uma pequena porção de imigrantes europeus, na degradação ambiental, nas crises de abastecimento, enfim, por toda sorte de “problemas” que fizeram da Bragantina um imenso espaço “sem vida”, com capoeiras “improdutivas” e trabalhadores “não afeitos ao trabalho”.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi buscar explicações acerca de como o campesinato bragantino e seu sistema produtivo contribuíram para o abastecimento do Pará, no período de funcionamento e declínio da Estrada de Ferro de Bragança (1880 – 1960). O objeto do estudo, portanto, compreende as transformações que ocorreram na Bragantina e suas implicações para o abastecimento paraense, analisadas no período entre anos de 1880 e 1960, respectivamente as décadas de início e encerramento das atividades da ferrovia. A construção da estrada de ferro no caminho para Bragança é um elemento que engendrou

novas possibilidades à região, não só porque mais fácil se tornaria o escoamento da produção dos núcleos polarizados por Bragança, mas porque demandou parte daquela produção enquanto era construída, permitindo o desenvolvimento das fazendas e dos pequenos povoados então instalados, que produziam para a subsistência dos núcleos e para o abastecimento regional.

a) Abordagem metodológica

Em que pese ter sido observado que premissas gerais podem fundamentar uma dedução a respeito da ocupação do território de Tracuateua, é a partir de uma abordagem histórico-materialista que se assenta a base lógica deste trabalho. Com este foco foi empreendida a investigação, a fim de fundamentar as observações das contradições exteriorizadas através das relações socioeconômicas e na dimensão histórica dessas relações. Ressaltaram-se, no processo histórico de constituição e reprodução do campesinato na Zona Bragantina, inscrito na dinâmica histórica dessa fronteira, suas contribuições para o abastecimento do Pará. Aqui não é considerado um conceito de fronteira, nem tampouco se pretende conceituar a fronteira Bragantina. Antes, nos termos de Oliveira Filho (1979), a fronteira se constitui como elemento de investigação da contribuição camponesa ao abastecimento paraense, a partir da qual são interpretadas as transformações porque passou a Zona Bragantina.

Para a coleta de dados, além do levantamento bibliográfico, foram empreendidas as técnicas de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas. As técnicas buscaram dados referentes ao início do povoamento, as primeiras atividades econômicas desenvolvidas, as relações mercantis, a participação dos membros da família na produção, os sistemas de cultivo e criação, as condições de trabalho, moradia, abastecimento e comercialização, e nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade.

A etapa do levantamento bibliográfico ocorreu majoritariamente na Biblioteca Professor José Marcelino Monteiro da Costa, localizada no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Buscou-se ainda na biblioteca do departamento de história da UFPA referências para a história social de Tracuateua, uma vez que nenhuma obra na biblioteca do NAEA tem tal referência específica, também sendo investido tempo de pesquisa na Biblioteca Central Professor Dr. Clodoaldo Beckmann, da UFPA. Através dos catálogos das bibliotecas foram levantados os títulos cujas obras traziam designações correlatas ao lugar em questão e

aos temas e concepções teóricas da pesquisa. Poucas obras atenderam à busca em relação ao lugar, haja vista só recentemente Tracuateua ter despertado algum interesse de pesquisa, claramente depois de decretada a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (BRASIL, 2005), embora nenhum estudo tenha sido realizado em relação a esse objeto específico. Em que pese atender apenas parcialmente aos termos da busca, o maior número de títulos foi elencado na biblioteca do NAEA. Outros títulos já faziam parte de acervo pessoal ou foram adquiridos para complemento das referências da pesquisa. A rede mundial de computadores foi a ferramenta tecnológica também utilizada na busca de elementos bibliográficos, haja vista grande parte de periódicos científicos estarem disponíveis para acesso por esta via.

Por ela também foi realizada a pesquisa documental, através de exemplares microfilmados e digitalizados¹. Tais fontes correspondem aos Relatórios, *Fallas* e Mensagens dos presidentes da província (no período imperial), posteriormente governadores do estado do Pará (no período republicano), também pesquisados pelos autores clássicos de interpretação da Zona Bragantina. Estes autores clássicos utilizaram tais fontes enquanto expressão absoluta da realidade, sem um posicionamento crítico, apenas reproduzindo os dados delas extraídos. Vale ressaltar que esses documentos carregam os discursos dos atores políticos, muitas vezes sem um posicionamento crítico da realidade relatada. Contudo, as leituras para esta pesquisa, em que pese não corresponder a uma análise do discurso, foram realizadas numa perspectiva crítica para a interpretação dos dados ali contidos. Ainda com relação aos documentos, a biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contém documentos e fotografias digitalizados, forneceu a base de dados para a montagem das tabelas e outros documentos para a análise e interpretação dos dados. A morosidade na delimitação do tema acabou influenciando negativamente na busca de outros elementos bibliográficos e documentais nas bibliotecas públicas municipais e do estado, e em cartórios e casas paroquiais de Tracuateua e Bragança.

As entrevistas, realizadas com os moradores de 18 comunidades que representam os diversos ambientes nos quais estão inseridos os camponeses, desde a costa atlântica à terra firme, foram obtidas em sua maioria em outubro de 2009, mas também realizadas em setembro de 2008, e fevereiro e agosto de 2009. As conversas foram gravadas com equipamento de áudio digital, excetuando-se as realizadas em fevereiro de 2009, e transcritas

¹ Os exemplares foram disponibilizados a partir de um convênio, firmado entre a Andrew W. Mellon Foundation e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, para a microfilmagem de mais de 700.000 páginas de documentos do governo brasileiro e sua disponibilização através da rede mundial de computadores. No que está relacionado com o governo do Pará, foram disponibilizados documentos entre os anos de 1833 e 1930, entre relatórios, falas e mensagens dos presidentes provinciais e governadores estaduais. O sítio de onde podem ser acessados consta na sessão de Referências.

para que se pudessem interpretar os dados nelas contidos. A idade da maioria dos entrevistados variou entre 60 e pouco mais de 90 anos. Ainda com relação às técnicas de coleta de dado é necessário fazer referência a observação participante. Desde junho de 2007, quando ocorreu o primeiro contato com moradores da zona rural de Tracuateua, foram feitas anotações num caderno de campo, complementados nos vários momentos em que foi possível contato com os moradores. Desde as reuniões para apresentação das intenções de pesquisa até conversas esporádicas nas ocasiões em que membros da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (AUREMAT) vinham até Belém para tratar de assuntos nos diversos órgãos estatais relacionados às políticas públicas empreendidas em Tracuateua após o decreto de criação da reserva extrativista. No entanto, as anotações desse caderno de campo estão voltadas para aspectos mais gerais e mais atuais das localidades visitadas (sistemas de medições, culturas, dados relacionados à fauna da região, às interações entre os moradores e os animais).

b) A escolha das localidades

Já foram expostos os motivos gerais que situam esta pesquisa em Tracuateua. Em que pese as investigações terem sido empreendidas em comunidades situadas na zona rural do município, no período em questão, este era distrito de Bragança, sendo elevado à categoria de município só em 1994. Como a periodização do trabalho corresponde a datas anteriores a este evento, a região dos campos de Tracuateua foi tomada enquanto região dos campos de Bragança.

Todas situadas na zona rural do município de Tracuateua, excetuando-se a comunidade do Urubuquara, inserida na zona rural de Bragança, as comunidades onde foram realizadas as investigações representam pouco mais de um terço do total das comunidades cujas ações da política de meio ambiente vem oferecendo assistência no território do município, desde a criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua.

Por um lado, a escolha se deu de maneira aleatória, obedecendo à técnica “bola de neve”, por outro, com vistas a registrar as distintas formas de representação do campesinato na região, as comunidades foram escolhidas de maneira intencional com vistas a dar conta das várias condições agroecológicas nas quais estão inseridas as famílias de agricultores familiares. As comunidades foram inicialmente escolhidas conforme os objetivos aqui expostos, mas, em função das indicações dos entrevistados, de acordo com a técnica “bola de

neve”, aleatoriamente foram conformando o universo da pesquisa, sem deixar, contudo, de contemplar a escolha inicialmente intencional das comunidades. Cumpre esclarecer que durante as investigações foi encontrado um documento que posiciona a pesquisa historicamente. Tal documento, elemento que fundamenta a investida naquelas localidades, refere-se às informações sobre as comarcas da província do Pará, organizadas por Manuel Baena (1885), então diretor da 2ª seção da presidência da província.

c) Organização do texto

É necessário orientar os leitores em relação ao uso excessivo de aspas, pois além daquelas que normativamente são utilizadas para destacar as citações dos autores, foram bastante empregadas como forma de relativizar determinados termos utilizados pelos clássicos em seus estudos. Ainda assim não deixam de obedecer a um caráter normativo, uma vez que correspondem às fontes de onde foram extraídas as citações. No entanto, os destaques nos termos expressam, de fato, uma posição relativa, como se este texto dialogasse com as referências. Cabe lembrar também que muitas vezes foram utilizados termos em itálico nas citações de trechos de documentos históricos. Isto ocorreu por uma opção de manter a correção ortográfica dos termos dos documentos acessados, empregados para destacar a correção da época em que foram escritos.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo é apresentado um diálogo entre as interpretações clássicas a respeito da ocupação da Bragantina, seguida por considerações a respeito da cronologia das transformações por que passou a estrada de Bragança, finalizando-se com um breve comentário crítico a respeito daquelas interpretações. Através do diálogo entre as principais interpretações da Bragantina observaram-se alguns elementos considerados “relevantes” enquanto patrocinadores de sua ocupação e objetivadores de suas posteriores transformações. Tais interpretações atribuíram ao campesinato a responsabilidade pela degradação ambiental e pelas crises de abastecimento pelas quais passou o Pará, cuja produção agrícola foi frequentemente designada como decadente, em função do nível técnico empregado no trabalho. Quando realizada uma revisão crítica dos documentos que também embasaram aquelas interpretações clássicas, observou-se a contribuição dos núcleos produtores engendrados pelas colônias e sua expansão na região. Historicamente constituído por grupos de trabalhadores livres, que ocuparam o território nas imediações de Bragança

também em função da resistência ao trabalho compulsório, os núcleos foram fundamentais para a situação de abastecimento do Pará, em que pese o caráter excludente das ações nas fases do governo imperial e republicano.

Ao realizar essa confrontação, pretendeu-se elencar categorias e conceitos representativos dos processos de transformação socioeconômica ocorridos na região, discutidos no segundo capítulo. Neste, com a articulação teórica e conceitual, buscou-se discutir as concepções que aqui fundamentaram a interpretação das transformações na região dos campos da Zona Bragantina, determinadas pelo seu processo de desenvolvimento. Na primeira sessão são abordadas as concepções a respeito do campesinato e sua presença na fronteira. Tais elementos são tratados enquanto dinâmicos, portanto inseridos num contexto histórico. Seguem-se com a discussão dos conceitos de campesinato e abastecimento, e da maneira como se interpreta a fronteira, relevantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento camponês e de abastecimento, que articulam as relações e os significados de campo e cidade.

No terceiro capítulo foi analisada a participação do campesinato, constituído na região dos campos da Zona Bragantina, para o abastecimento dos circuitos comerciais e das atividades capitalistas desenvolvidas no Pará, no período entre 1850 e 1960. Em que pese o nível técnico alcançado na região e da sua associação à ação de degradação ambiental, a produção realizada na região dos campos contribuiu com gêneros alimentícios diversos, sendo muito importante a contribuição da produção camponesa, que entre outros gêneros, de maneira significativa contribuiu para o abastecimento de mandioca e farinha de mandioca, feijão, milho e arroz; cana-de-açúcar, tabaco e malva; e produtos do extrativismo florestal e da caça e pesca.

O quarto capítulo corresponde a uma tentativa de exposição etnográfica dos resultados das observações e entrevistas realizadas nas comunidades da zona rural do município de Tracuateua. Buscaram-se evidências explicativas para os questionamentos levantados, cujas respostas contribuem para a história social da constituição camponesa na Zona Bragantina e suas formas de participação na dinâmica de abastecimento polarizada por Bragança.

As principais conclusões a respeito da participação camponesa no abastecimento do Pará, no referido período, recolocam-na na história e reconhecem a efetividade dessa participação, desmitificando sua ação ambiental degradante bem como sua figura esgarçada e faminta. Tal ação ambiental foi antes responsabilidade dos empreendimentos capitalistas, e a visão degradante do camponês, que permeia as interpretações, coloca-se sob uma perspectiva

que relativiza o campo à cidade, cujas concepções são antes visões preconceituosas da complexa realidade do campo. Outra importante constatação é que passado mais de um século da consolidação dessa fronteira, a Zona Bragantina ainda apresenta características de uma “frente de expansão”. Se por um lado pode ser observado o fomento ao desenvolvimento de atividades capitalistas e da efetiva instalação de empresas na região, isto não significou um processo de urbanização e de reprodução do capital que promoveria a “expulsão” camponesa para novas fronteiras. Antes, tal capital proporcionou novas possibilidades produtivas aos camponeses, que se mantiveram relativamente estáveis no que concerne à ocupação de áreas para a reprodução de suas condições de existência.

2 INTERPRETAÇÕES DA OCUPAÇÃO NA BRAGANTINA

No diálogo entre as principais interpretações da Bragantina observam-se alguns elementos considerados relevantes enquanto patrocinadores de sua ocupação e objetivadores de suas posteriores transformações. Ao realizar essa confrontação, pretende-se discutir as categorias e os conceitos nos processos de transformação socioeconômica ocorridos no campesinato bragantino. Historicamente, este grupo foi constituído de trabalhadores livres que ocuparam o território nas imediações de Bragança em função da resistência ao trabalho compulsório.

Em que pese o caráter excludente das ações na fase do governo imperial, também na fase republicana o campesinato passou por um processo de transformação social sendo responsável por parte do abastecimento da Amazônia. Quando realizada uma revisão crítica dos documentos que também embasaram outras interpretações tidas como clássicas, observou-se a contribuição dos núcleos produtores engendrados pelas colônias e sua expansão na região. Tais interpretações atribuíram ao campesinato a responsabilidade pela degradação ambiental e pelas crises de abastecimento pelas quais passou o Pará, cuja produção agrícola foi frequentemente designada como decadente, em função do nível técnico empregado no trabalho.

Neste capítulo é apresentado um diálogo entre as interpretações clássicas a respeito da ocupação da Bragantina, seguida por considerações a respeito da cronologia das transformações por que passou a estrada de Bragança, finalizando-se com um breve comentário crítico a respeito daquelas interpretações.

2.1 UM DIÁLOGO ENTRE CLÁSSICOS: GEOGRAFIA, HISTÓRIA E POLÍTICA

Parece consenso entre aqueles que interpretaram a ocupação da Zona Bragantina, que as colônias de povoamento instaladas no final do século XIX representam a consolidação dessa fronteira agrária. Por outro lado, ainda no século XVIII, Bragança passa por profundas transformações que engendraram novas possibilidades para o fortalecimento da rede de abastecimento e das instalações para zonas produtoras de gêneros na Amazônia. Mesmo com os elementos “desorganizadores” do sistema produtivo paraense, as experiências de colonização são consideradas exitosas (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990). Situada na costa oriental do Pará, espaço estratégico para os interesses dos portugueses (ACEVEDO MARIN, 2004b), Bragança, em que pese seu distanciamento geográfico de

Belém e São Luis, constituiu-se como um ponto de articulação nas relações políticas e socioeconômicas da Amazônia, representando um importante elemento de expansão dessas relações na sua história.

Ocorre que passados pouco mais de dois séculos de abertura da fronteira, Bragança já havia acompanhado as transformações estruturais que aconteceram e de fato tinha se constituído em um núcleo abastecedor de uma parte da Amazônia, inclusive produzindo farinha, tabaco, melão e aguardente, peles, lenha e carvão vegetal (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990; ROSÁRIO, 2000). “O *Commercio* do Pará [...] continha tantos elementos de *grandesa*, que animassem os mais soberbos e gigantescos planos.” (PARÁ, 1840, p. 72)

Os movimentos de resistência ao trabalho compulsório na região, conforme os autores, são representados como fator de sua própria “decadência”, haja vista que a crise de abastecimento da capital Belém ocorre em função da “carência da força de trabalho”.

Como uma parte do capital empregado para o desenvolvimento de empreendimentos em Bragança necessariamente seria a força de trabalho compulsória (da qual dependiam as sesmarias, as missões, os diretórios), aos movimentos de resistência a esta exploração foi atribuída a responsabilidade pelo desabastecimento, embora uma parte dos “braços que faltavam” continuassem a se reproduzir em contextos específicos e localizados, constituindo um “campesinato livre” na fronteira amazônica. Outra parte havia tombado, vítima da violência nas situações de fronteira (MARTINS, 1997). Então, na verdade, à reclamação pela “carência de força de trabalho” devia ser acrescentado o termo “compulsório”, porque uma força de trabalho “livre” já alcançava determinado nível de evolução e vivia de suas lavouras, quando no final do século XIX são fomentadas novas ações para desenvolver o agrário da Zona Bragantina e Bragança ganhava um novo impulso com a instalação de espanhóis na colônia Benjamin Constant. Ainda em 1875, o presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo, fazia esta referência às causas da “falta de braços”, relatando que entre as principais causas da “decadência” da lavoura estava a falta de escravos (PARÁ, 1875, p. 62).

Quando o Estado criou, através de dispositivos legais, as condições necessárias para fomentar a ocupação da fronteira Bragantina, muitos núcleos dispersos já haviam se desenvolvido² e a necessidade da colonização estrangeira foi explicada em função da dinâmica do desenvolvimento dos empreendimentos capitalistas:

² Na saída de Bragança, na estrada pela qual se chegava até Ourém, em duas léguas de terra já havia habitações, cf. Pará (1849, p. 69).

As nossas *mattas* parecem *condemnadas* a condensar-se a cada dia mais ante a *auzencia* da *especie* humana. O deserto e a solidão *augmentam* no centro á proporção que o litoral se povoa, e que a *electricidade* e o vapor vão improvisando uma rede de povoados, cujo futuro não poderia ser seguro *si* o vapor e a *electricidade* não invadirem *tambem* as regiões á beira-rios, as vastidões *florestaes* para aproveitarem os seus productos, animarem o povoamento pela facilidade das transações e dos transportes, (sic) *si* a vida *esterior* não for intimamente ligar-se á vida interior na qual beba sua seiva e da qual passe a ser a mais enérgica e *immediata* expressão.

Havendo-se tornado a *extracção* da *gomma elastica* a primeira *industria* da *provincia*, acontece que no tempo das safras, a população em *quasi* sua totalidade, dos diversos pontos, emigra para os *seringaes*.

Absorvendo nesses insalubres focos miasmas *paludosos*, exposta a toda sorte de *intemperies* e apenas seduzida pela *unica* ambição que lhe desenha na imaginação fabulosos lucros da *extracção* desse *innegavelmente* precioso *producto*, toda essa gente adquire *molestias* e de tal modo se *arruina* que dentro de em pouco *succumbe* e se apaga da face da terra.

Eis *ahi* explicada a defecção que *anno a anno* se vai notando na *estatistica* central da *provincia*.

A esse descalabro virá a pôr termo a *immigração* que não só irá povoando de novo os pontos abandonados e *deshabitados*, e improvisando outros centros, como *tambem* irá melhorando o serviço *actual* da *extracção* da *gomma elastica* e a cultura e a colheita de diversos *productos*, trazendo *ella*, como não *póde* deixar de trazer, *idéas* mais adiantadas sobre a agricultura, que nesta parte do império não passa da rotina secular. (PARÁ, 1873b, p. 24-25)

Dentre os dispositivos legais que caracterizaram a política de colonização, a degradação do camponês é a interpretação que se abstrai para explicar a opção pela colonização estrangeira. No campo, a maneira como os camponeses se relacionavam com o mundo natural – ao mesmo tempo cultural porque inserido num contexto de disputas (ALMEIDA, 2008a) – e desenvolviam seu “estilo de vida nativo”, mais tarde, serviu como a representação à qual se atribuiu parte da responsabilidade pela “decadência” e “crise de abastecimento”, explicado também pela forma como o trabalho realizado na transformação do mundo natural promoveu o processo de “degradação ambiental” e “esgotamento do solo”. Se por um lado limitou o desenvolvimento agrícola, por outro não impediu a reprodução desses núcleos localizados, cujas transformações estruturais redefiniram seu papel no abastecimento do Pará.

Com a abertura de concorrência para projetos de construção de uma ferrovia, a introdução de colonos estrangeiros³ também seria obrigação dos contratantes do empreendimento (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990). Porém, desde a instalação da colônia de Benevides, em 1875, passar-se-iam nove anos até que os primeiros trilhos percorressem o caminho entre a Estação São Brás (Belém) e a colônia de Benevides,

³ Desde 1840 já se cogitava a colonização da Amazônia através do colono estrangeiro, conforme Pará (1840).

em 1884. Boa parte dos primeiros colonos já havia se dispersado a procura de melhores condições de trabalho, sobretudo em Belém, mas novos “posseiros” nordestinos, sobretudo cearenses, ocuparam os lotes da colônia (PENTEADO, 1967; CRUZ, 1955).

Os interesses da ocupação da Amazônia estavam ligados às atividades lucrativas que eram conduzidas por grupos próximos ao poder e estavam situados na capital Belém. Por isto uma parte do contingente de colonos foi direcionada para a Zona Bragantina, conforme desejavam os seringalistas, como uma tentativa de produzir gêneros alimentícios numa área próxima de Belém (BENCHIMOL, 1952 apud PENTEADO, 1967). Para Cruz (1955, p. 55) as colônias representavam as “bases de um grande celeiro que devia servir o Estado com o decorrer do tempo”, e a estrada de ferro um “imperativo da colonização”, um elemento de objetivação de “possibilidades para a fundação de novos núcleos populacionais e perspectivas auspiciosas para o comércio e a lavoura da zona bragantina” (CRUZ, 1955, p. 64).

Durante o longo período de construção da Estrada de Ferro de Bragança, enquanto ainda tinha a economia dinamizada pelas atividades de extração da goma elástica e das drogas do sertão fomentadas pelo capital, o Pará passou por sucessivas experiências de colonização com vistas a *resolver os problemas* para o abastecimento da capital Belém e dos empreendimentos capitalistas nas atividades extrativas. Uma das representações desses problemas é a “falta de braços necessários à produção de alimentos” (CONCEIÇÃO, 1990, p. 20). A decadência do sistema de sesmarias, o movimento da Cabanagem e a corrida para o extrativismo, segundo Conceição (1990), desorganizaram o sistema produtivo paraense, o que resultou numa crise de alimentos. Isto, para a autora, representa a condição necessária para “o empreendimento da colonização estrangeira”, intensificando-se o povoamento e corrigindo, então, a “falta de braços necessários à produção de alimentos”.

Com a opção do governo provincial pela introdução de mão-de-obra estrangeira, por um lado negando o contingente de imigrantes negros, marcado pelas ações da abolição, por outro estimulado pelas experiências de colonização européia que ocorriam no sul do Brasil, fomentou-se a ocupação da Zona Bragantina, cujas condições foram veiculadas em propagandas na Europa (ÉGLER, 1961; CRUZ, 1955).

Entre os anos de 1875 e 1894, colonos estrangeiros foram recrutados e assentados em diversas colônias por toda sua extensão, buscando-se *resolver* os problemas colocados para a região amazônica: a “carência da força de trabalho”, o “estilo de vida nativo”, a *crise de alimentos* (CONCEIÇÃO, 1990; PENTEADO, 1967; ÉGLER, 1961; CRUZ, 1955). Assim fora decidido como a Bragantina responderia aos *problemas da Amazônia*: sendo ela “uma área de abastecimento para Belém, instalando na Amazônia, pela primeira vez, técnicas

agrícolas mais adiantadas” (VALVERDE; DIAS, 1967, p.13). Cabe lembrar que em diversos momentos ocorreram afluxos de nordestinos na região cujos sistemas de cultivo eram considerados “rudimentares”, “atrasados”, e freqüentemente se atribui a este sistema de cultivo a responsabilidade pelo “esgotamento dos solos” (PENTEADO, 1967).

Valverde e Dias (1967), embora não seja objetivo destes explicar a formação socioeconômica da Bragantina, afirmaram não ser a fisiografia da região condição suficiente para explicar sua ocupação, advogando esta explicação às condições históricas do evento. A Bragantina, desde o século XVII, recebe elementos colonizadores para exploração de novas fronteiras em busca de acumulação, e as profundas transformações das estruturas então correspondentes seriam, para os autores, explicadas por esse histórico de ocupação. Por outro lado, dadas as condições fisiográficas, apesar de apresentar, segundo os autores, “características comuns a outras zonas de ocupação e que não explicam a Bragantina” (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 70), sua “natureza”⁴ engendra uma série de novas possibilidades e necessidades de uso que podem fundamentar, portanto, uma interpretação alternativa, inclusive quando referente ao tema abastecimento, haja vista que tais condições antes seriam “fatores limitantes do uso, de acordo com o nível técnico alcançado” (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 70). A análise dos documentos históricos permite a inferência a respeito de alguns dos motivos geográficos favoráveis à construção da estrada de ferro e a ocupação da região.

Com a costa favorável à pesca, na faixa litorânea, fundaram-se núcleos pesqueiros, dispersos nas praias e ilhas dos rios que drenam a Bragantina. Na faixa mais interior, colônias agrícolas abasteciam a capital e outras cidades de gêneros diversos, evento que ocorreu igualmente nas colônias de outras zonas de expansão, pelas margens e vales dos rios Guamá, rio Capim, rio Quatipuru, rio Gurupi. Percebe-se, pois, que existe uma diversidade de ambientes nos quais o campesinato bragantino se constituiu e se reproduziu, cuja diversidade, em que pese ser “fator limitante do uso”, contribui, ao menos, para explicar a distribuição geográfica das atividades desenvolvidas.

Para Penteado (1967), a improvisação e a “desorganização do processo de colonização” resultaram num “modo desordenado de ocupação”, concentrando grande parte do contingente colonizador nas proximidades da capital Belém e dos núcleos polarizados por

⁴ O conceito de natureza aqui considera o significado atribuído por Almeida (2008b, p. 20): “trata-se de um significado de ‘natureza’, enquanto uma representação disposta num campo de disputas que [...] chama a atenção para uma construção social e um ato deliberado dos que se empenharam de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas com unidades familiares, afirmando uma identidade coletiva”. Na interpretação do autor desta dissertação, esta concepção também tem raízes marxistas.

Castanhal e Igarapé-Açu, provavelmente porque a ferrovia serviu inicialmente, e durante considerável período, este trecho. É também aí que se concentra a intervenção estatal, especialmente a instalação de estações experimentais e escolas de práticas agrícolas, além dos incentivos para a *plantation* seringueira da Pirelli e Goodyear. Ainda que a região apresentasse características favoráveis à produção agrícola, Penteado (1967, p. 358-359) afirma ser, o sistema de agricultura itinerante, “uma maneira hábil de se aproveitar, com inteligência, as medíocres qualidades que as terras da Bragantina apresentam”, explicando assim a formação socioeconômica da região como “conseqüência das condições geográficas regionais e do processo de colonização” (PENTEADO, 1967, p. 383). As condições climáticas e edáficas, com altos índices pluviométricos e solos frágeis, eram condicionantes do ritmo de trabalho, e o sistema itinerante responsável fundamental pela degradação e desaparecimento gradativo das matas. O aproveitamento das capoeiras resultantes do sistema itinerante, ainda de acordo com Penteado (1967), possibilitou um expressivo aumento, a partir dos anos de 1940, da cultura da malva, que tinha bom desempenho nos solos “pobres e degradados”, sendo que a produção de tabaco, concentrado sobretudo na porção oriental, notadamente a área dos campos de Bragança, que contava ainda com a criação de gado, elemento fundamental na cultura do tabaco, já se desenvolvia há bastante tempo.

Ainda que fora da zona de influência dos seringais⁵ (CONCEIÇÃO, 1990; ROSÁRIO, 2000), a Bragantina não deixou de absorver os nordestinos que vieram a procura de trabalho na Amazônia, alguns contribuindo de maneira provisória enquanto outras famílias de fato se fixaram, inclusive pela região dos campos. Parte desses trabalhadores, e mais os grupos de caboclos, negros e indígenas que constituíram os espaços de resistência ao trabalho compulsório, posteriormente foram representados como “nativos”, aos quais “agrada mais a vida errante e aventureira” (PENTEADO, 1967, p. 108). Com isto foi levada a cabo a experiência de implantação de colônias agrícolas instaladas pela Zona Bragantina a partir de 1875, ocupando o território entre Belém e Bragança, com privilégios para os colonos de nacionalidade estrangeira. A experiência da colonização nela depositou a marca da zona de produção para o abastecimento da classe trabalhadora que era explorada nos seringais da Amazônia.

Para Conceição (1990), tal experiência demonstra-se dividida em duas correntes: na análise do discurso oficial e científico encontra-se uma avaliação negativa, enquanto que as condições objetivas do empreendimento demonstram êxito. De um lado um discurso de

⁵ Embora algumas de suas cidades produzissem a goma elástica. Entre 1900 e 1909, os municípios de Bragança, Quatipuru e Santarém Novo produziram 23.831, 1.021 e 97 quilos da goma, respectivamente (PARÁ, 1910).

“degradação”, “destruição”, “solos pobres”, problemas com os contratantes da imigração estrangeira, problemas com os estilos de vida dos “nativos” e dos imigrantes nordestinos, e de outro a observação da Bragantina como área de produção agrícola para abastecimento do estado. Para a autora a flexibilização pela força de trabalho nacional é tida como uma medida em favor da agricultura para o desenvolvimento, cujo projeto de colonização era uma herança e questão ainda não resolvida, havendo, portanto, “carência da força de trabalho”.

De acordo com Penteado (1967), a contradição característica da Bragantina se expressa na relação entre suas adversas condições edáficas e a objetivação de uma zona produtora de alimentos. Se por um lado limitou o desenvolvimento agrícola, por outro possibilitou à região contribuir significativamente para o abastecimento regional, “o que equivale dizer que dela dependiam para viver 40 % dos paraenses recenseados em 1960” (PENTEADO, 1967, p. 44). Em que pese o baixo poder aquisitivo e “nível cultural”, a região é “senão a mais desenvolvida [...] a menos subdesenvolvida do Estado do Pará” (PENTEADO, 1967, p. 33), cuja importância econômica é característica marcante para o autor. Com base em dados de Cruz (1955), Penteado (1967) conclui que a produção agrícola da Bragantina a coloca em posição de destaque no cenário regional, mesmo apesar de todos os seus “problemas”.

Em Valverde e Dias, a “decadência” e a “estagnação” refletem as condições naturais da região. Como não “conseguiram, no passado, desenvolver uma função industrial importante”, as cidades da Bragantina continuaram a desenvolver atividades de “modestos centros comerciais”, sendo mais dinâmicas aquelas praças favorecidas pela estrada de ferro (VALVERDE; DIAS, 1967, p. 45). Daí abastecia-se a capital do estado, que ao mesmo tempo abastecia os núcleos “estagnados”, se não “decadentes”. Ao observar o deficiente abastecimento das cidades da região, os autores nelas localizaram uma rede de compradores e armazéns que eram responsáveis por dinamizar os “centros comerciais” a partir da cultura da pimenta-do-reino e da malva. Acrescente-se, ainda, a considerável produção de tabaco, que também utilizava o mesmo sistema de compradores e armazéns para dinamizar a atividade. Nestas dinâmicas, a rede de estradas e caminhos adquire mais importância que a própria estrada de ferro, haja vista a localização das unidades produtivas em relação ao eixo da ferrovia, o que dá relativa importância também a outras modalidades de transporte. Conforme Valverde e Dias (1967), em função da mudança de meio de transporte, não fossem as estradas de rodagem, agravar-se-ia ainda mais o estado de “decadência” e “estagnação” alcançado pelos núcleos.

Segundo essas interpretações, os sucessivos *problemas*, em parte, são explicados pelos interesses mais voltados para a atividade extrativa, que possibilitava a acumulação de capital mais rápida e atraía a maior parte da mão-de-obra disponível no Pará. Como um “campeinato livre” se desenvolvia junto ao processo de colonização, constituído de pequenas unidades familiares distribuídas em localidades não tão próximas ao eixo ferroviário, a situação da produção para o abastecimento da Bragantina, para os autores, é representada como “desorganizada” e “decadente”, compartilhando ainda da avaliação da Zona Bragantina como jamais tendo respondido satisfatoriamente ao seu objetivo principal: a produção agrícola para abastecimento do Pará, e tampouco conseguiu desenvolver uma função industrial importante.

Contudo, observou-se que ocorria uma produção comercial com forte participação de posseiros e pequenos proprietários, onde o trabalho coletivo adquire significativa importância, baseados nos esquemas de mutirões e da mão-de-obra familiar, características marcantes do modo de produção camponês. Esta representação aponta para a trajetória de uma forte vinculação do campeinato com o mercado, responsável por boa parte dos gêneros que abasteciam a capital e de lá eram levados para o interior da Amazônia e outros lugares.

Significa isso que grupos, camponeses ou não, com objetivos e motivos diversos, durante o processo de formação econômica e social da Amazônia, integrados ao mercado ou “produzindo sua própria diferenciação”⁶, se apropriaram de porções de terra e desenvolveram atividades que abasteciam as unidades de produção e os mercados. Isto aconteceria antes mesmo de serem resolvidos os problemas de comunicação e escoamento das safras, ao que o governo provincial responde com a “solução magna”: a estrada de ferro (ÉGLER, 1961, p. 529). É necessário lembrar que a colonização ocorreu em função da ferrovia e não contrário (ACEVEDO MARIN, 2004a). Se por um lado já existiam núcleos em desenvolvimento quando foram iniciadas as negociações para a construção da ferrovia, cujos dispositivos legais criaram as condições necessárias para a colonização, prevendo a introdução de trabalhadores, estes seriam localizados nas terras marginais a estrada. Dessa maneira, a interpretação da colonização em função da ferrovia se limita a instalação de trabalhadores nas terras compreendidas às margens da estrada, se bem que daria impulso para os núcleos já existentes, portanto, dinamizando um processo já em curso.

⁶ A adoção deste conceito leva em consideração a abordagem da Prof^a. Rosa Acevedo Marin em suas aulas da disciplina de Formação Econômica do Brasil e da Amazônia, Belém, em agosto de 2009.

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESTRADAS DE BRAGANÇA⁷: CRONOLOGIA DAS TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A distância que separa Bragança de Belém era percorrida majoritariamente pelo rio Guamá, a menor parte sendo percorrida por terra entre Bragança e Ourém. Desde a trilha aberta por Pedro Teixeira, ainda no século XVII, esse eixo de comunicação entre as duas cidades ficou conhecido como a estrada de Bragança. Conforme foi observado nesta pesquisa, e interpretam outros autores (ROSÁRIO, 2000; CONCEIÇÃO, 1990; PENTEADO, 1967; VALVERDE; DIAS, 1967; ÉGLER, 1961; CRUZ, 1955), essa estrada representa o eixo de comunicação entre Bragança e a capital. A estrada representa também o eixo de ligação entre Belém e os demais núcleos que estavam situados na direção de Bragança.

Essa estrada, no ano de 1873, já contava com trechos transitáveis por via terrestre, alguns, inclusive, necessitavam de reparos e de pontes, conforme chamava a atenção o presidente da província Sr. Barão de Santarém, ao relatar as condições nas quais passava a administração da província ao Dr. Domingos José da Cunha Junior. Já era pensada a modificação dos meios técnicos de transporte, com o abandono das comunicações a vapor (marítimas e fluviais) subvencionadas pelo governo “por ser mais *util* e mais *rapida* a *communnicação* terrestre”, cuja abertura contribuiria “vigorosamente para o abastecimento do mercado *d’esta* capital de *generos alimenticios*” (PARÁ, 1873a, p. 29). Os reparos e a construção de novas pontes objetivavam melhorar as condições para o estabelecimento do transporte regular entre as colônias que se pretendia criar.

Outra representação para esse eixo de comunicação é a estrada de ferro de Bragança, cujas primeiras iniciativas para a sua construção decorrem da década de 1870. A construção da estrada de ferro garantiria e substanciaria a “ocupação produtiva das áreas atingidas pela mesma” (ÉGLER, 1961, p. 530), servindo de elemento efetivo de penetração.

Para que, porém, se torne uma realidade a *colonização* dos territórios *marginaes* á estrada de Bragança e seus *ramaes*, é *indispensavel* que fique garantido aos *productos* agrícolas e *industriaes* transporte *facil* e *rapido* para o mercado da capital, e esse transporte só pode satisfazer sendo feito por estrada de ferro.

⁷ A Estrada de Ferro de Bragança – E. F. B. – foi a empresa constituída para iniciar a construção da linha férrea que conectou os núcleos urbanos de Belém e Bragança. Esta linha férrea, contudo, foi construída a partir do traçado entre os núcleos. Então, seguindo parte do caminho aberto ainda no século XVII, a estrada de Bragança, foi construída a estrada de ferro. São expressões que denotam conceitos diferentes: a partir da estrada de Bragança, a estrada de ferro de Bragança foi construída pela empresa Estrada de Ferro de Bragança. Ao leitor cabe esclarecer o aparecimento dessas três formas ao longo do texto ao passo que se referem, de fato, a elementos diferenciados durante o período em questão nesta pesquisa.

Para serem (*loteadas*) por braços livres e gratuitamente *distribuídas*, teve a *provincia* 36 léguas quadradas de terras *marginas* a estrada de Bragança, que ainda não estão demarcadas, tendo-se apenas divididos 116 lotes de terrenos *occupando* uma área de menos de uma légua quadrada.

Desde 1870 que a *provincia* promove a realização da estrada de ferro para Bragança, e nas *collecções* de 1870 e 1873 existem leis relativas a este *assumpto*. E hoje que o governo geral garante o premio de 7% para *empresas* de estradas de ferro, sempre que não lhe seja exigido o pagamento de mais de 3%, entendo que é *ocasião* de levar a *effeito* essa obra popular e de alcance financeiro. (PARÁ, 1874, p. 15)

É ponto consensual na literatura revisada o fato de ser, a estrada de Bragança, um empreendimento que contribui para explicar a formação socioeconômica da Bragantina, haja vista o papel que lhe foi atribuído na logística do abastecimento da Amazônia, consolidando os interesses políticos de desenvolvimento de uma zona de produção de alimentos.

Pela sua situação topográfica, é o eixo de convergência entre o rio Guamá e o Atlântico, ao qual devem ligar-se todos os pontos importantes desses extremos, na constituição de uma rede de viação férrea e de rodagem, convergindo para a capital do Estado (PARÁ, 1911).

As primeiras iniciativas de empreender esta obra datam de 1870, mas apenas se efetiva em 1883, pelo contrato firmado com a empresa Estrada de Ferro de Bragança, que também seria responsável pelo recrutamento de colonos para ocupar as terras marginais à ferrovia. As informações as quais se teve acesso sobre a constituição da empresa são um pouco contraditórias, necessitando de melhores investigações a esse respeito. No entanto, pode-se afirmar que tal empresa foi constituída como sociedade anônima e tinha sede no Rio de Janeiro, cujos senhores Miguel Calogeras e Otto Simon lá residiam, tendo como representação no Pará o senhor Bernardo Caymari (CRUZ, 1955). Os primeiros trilhos são assentados em solenidade pública e em 1884 foi inaugurado o primeiro trecho, com 29 quilômetros, até a colônia de Benevides. Esta colônia já havia sido constituída quase uma década antes, em 1875 quando foram assentados colonos franceses, recebendo posteriormente trabalhadores nordestinos (CRUZ, 1955; ÉGLER, 1961; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990). No ano de 1885, mais 33 quilômetros são concluídos, chegando a estrada de ferro até a colônia do Apeú, nas proximidades de Castanhal. A cláusula que obrigava a Estrada de Ferro de Bragança introduzir colonos nas áreas alcançadas pela ferrovia jamais fora cumprida e os recorrentes déficits na operação da estrada levaram à rescisão do contrato, sendo a estrada encampada pela Província em 1886. Um prolongamento de mais 43 quilômetros, até Jambu-Açu, daria novo impulso à construção da estrada, distando agora de Belém, 105 quilômetros.

As operações deficitárias da estrada pesavam aos cofres públicos, levantando debates políticos que acabaram por assentir no arrendamento da ferrovia (CRUZ, 1955). No entanto, quando ponderado a respeito dos benefícios promovidos na região, o governo não toma nenhuma decisão final, haja vista terem superado os prejuízos. A solução pelo arrendamento foi afastada por Augusto Montenegro, que preferiu lançar mão de um empréstimo no exterior para concluir a obra. Nos anos seguintes, a morosidade da construção levou os trilhos adiante apenas 31 quilômetros até o ano de 1907 e a conclusão um ano mais tarde, quando chega a Bragança, inclusive com os ramais que partindo da estrada principal ligavam-se às colônias do Pinheiro, do Prata e de Benjamin Constant. Neste ponto, o plano de concluir a estrada até o Maranhão já havia sido abandonado.

Passados 25 anos do início de sua construção, a conclusão da estrutura viária entre os dois núcleos urbanos de maior dinâmica econômica do Pará, tornaria objetiva as novas possibilidades para o desenvolvimento dos núcleos populacionais constituídos há bastante tempo, onde se desenvolvia o campesinato bragantino. Para a Bragantina estaria reservada a função de abastecimento da classe trabalhadora na Amazônia, especialmente para abastecimento das atividades do extrativismo da borracha.

Contudo, há que se reconhecer que a campanha colonizadora possibilitara um cenário para que se acreditasse estar a Bragantina em condições de alavancar a economia estadual e nacional. A criação da Estação Experimental de Agricultura Prática, de Igarapé-Açu, pretendia livrar a lavoura bragantina da “decadência” através do aproveitamento “racional” do solo, com “a *introdução* de novos processos de cultura e do estabelecimento de culturas rendosas com a *aplicação* de *metodos* modernos aconselhados pela *sciencia*” (PARÁ, 1908, p. 54). Os “processos rotineiros” de produção gradualmente seriam substituídos pelos “métodos racionais” e o “estado precário” seria sucedido pela “prosperidade”. (PARÁ, 1908)

Em maio de 1908 era realizada a primeira viagem por toda extensão da estrada de Bragança utilizando-se o sistema ferroviário. Em novembro do mesmo ano foram iniciadas as obras do Porto do Pará (*Port Of Para*) sob a organização do empreendedor americano Percival Farquhar. Tais elementos eram fundamentais para o sistema de abastecimento da Amazônia, pois “integraria”⁸ a “zona de produção agrícola e industrial” às atividades extrativistas, responsáveis por dinamizar parte da economia amazônica. Ao encerrar sua administração em 1908, Augusto Montenegro deixa um quadro de fatores que se relacionam à

⁸ Fonseca (2004), através da crítica à teoria dos ciclos, demonstrou serem equivocadas as interpretações a respeito da fragmentação da história econômica da Amazônia e como seus mercados estavam integrados.

constituição da Bragantina e seu posterior desenvolvimento. Ainda gozando das benesses possibilitadas pelas atividades de extração da goma elástica, a “situação de crise” é uma representação corrente que caracteriza a economia paraense, devido principalmente à queda dos preços da borracha nas bolsas de Nova Iorque e Londres. O desequilíbrio da balança comercial regional diminuiu a capacidade de aquisição regional, sendo a repercussão na situação econômica “violenta”, “repentina” e “imprevista” (PARÁ, 1908). Ocorreu queda nas receitas estaduais, havia vencimentos atrasados na administração pública, cargos e outros empregos públicos, bem como institutos foram extintos para que se realizassem economias. A redução dos custos foi o “remédio” encontrado para trazer de volta o equilíbrio da balança comercial. A construção da Estrada de Ferro de Bragança, com seu eixo principal e seus ramais, havia consumido grandes capitais, patrocinados pela borracha, sem gerar a receita e os benefícios que dela se esperavam, acumulando sucessivos déficits. Sem um estudo a respeito da viabilidade econômica e financeira do empreendimento, ou tal viabilidade inserida na crença do suposto sucesso da colonização, provavelmente tais déficits ocorreram em função da inviabilidade comercial da ferrovia. O corte de despesas foi a solução a qual lançou mão o administrador do Pará.

Em 1909, quando João Coelho assume a administração, é ventilada a possibilidade de aumento para algumas categorias do funcionalismo público, são extintos mais alguns cargos e criados novos. A política de contenção é continuada mediante a “crise da borracha”, que ainda era acentuada, levando o estado, o comércio e a indústria a “resultados desastrosos”. Mas a alta verificada nos preços da borracha e a elevação da receita permitiram ao governador “usar de linguagem mais animadora e *affirmar* [aos cidadãos] a esperança que [nutria em poder] solver os [...] compromissos dentro dos recursos *ordinarios* do Estado” (PARÁ, 1909, p. 81).

O governador João Coelho acompanhava a ideologia de que a agricultura seria uma fonte de riqueza das populações rurais, tão logo começassem a dar resultados os “serviços de revigoração da lavoura” que eram prestados pelas estações experimentais e escolas práticas. O governador queixava-se que a legislação do estado permitia a propriedade particular de grandes extensões de terra, o que o despojava de sua propriedade territorial sem o proveito direto que dela se esperava. Mas dá continuidade à campanha colonizadora, com novas “frentes de expansão” pela abertura de estradas de rodagem e demarcação de lotes no seu percurso. Assim são demarcados 271 lotes distribuídos entre 106 famílias, nos 26 quilômetros que ligavam os núcleos de Capanema e Tentugal (PARÁ, 1910). Apesar de permanecer o quadro de “crise na economia gomífera”, a estabilidade dos preços permitiu

João Coelho lançar mão de empréstimo para sanar dívidas e o quadro “animador” da agricultura com o progredimento das culturas deixava a administração “convencida de que o nosso solo poderá vir a ser, no decurso dos *annos*, o celeiro natural da *Amazonia*” (PARÁ, 1910, p. 187).

A reforma promovida no ensino público pelo governador reduzira o número de escolas de 585, em 1899, para 309 em 1911. A política de criação de grupos escolares previa a manutenção de escolas extintas sob a responsabilidade dos municípios onde estavam situadas. Mas, em que pese buscar maior organização ao ensino, limitou o acesso da população que ficava afastada desses grupos, haja vista a municipalização não ter ocorrido em todas as escolas. Por outro lado, as estações experimentais e escolas práticas foram criadas com o fim principal de “estimular e desenvolver o ensino *pratico* da lavoura intensiva e *mechanica*, produzindo, em *consequencia*, o *operario agricola*, experimentado, *economico*, previdente, *anthitese* do lavrador retrógrado, cheio de *indolencia* e viciado na rotina.” (PARÁ, 1910, p. 187) A reforma promovida demonstrava bons resultados, embora limitasse parte desses resultados. A agricultura apresentava “progressos consoladores”, mas esses progressos esbarravam nas dificuldades de transporte. Servindo como escolas práticas, nas estações experimentais desenvolviam-se diversas culturas de plantas de valor industrial, que “o homem rude, entre nós, é capaz de *comprehender* e executar” (PARÁ, 1911, p. 131). Nessas estações as sementes e mudas eram distribuídas, sendo este ato “dos maiores e mais *efficazes auxilios* que o Pará *vae* prestando á sua nascente agricultura, concorrendo, de certo, para *a estimular* e desenvolver progressivamente” (PARÁ, 1911, p. 138).

A colonização continuava a se desenvolver e a abertura de 24 quilômetros de estrada, ligando o Km 23 da estrada de Curuçá ao Km 25 da estrada de Vigia, contaria com a demarcação dos devidos lotes para ocupação. Se no ano anterior a estabilidade dos preços da borracha permitia o estado “sorrir” com a prosperidade, em 1911 preocupava a situação de crise que novamente ocorria, apesar dos “progressos consoladores” apresentados na agricultura.

Embora os governos tivessem levado a termo a construção dessa ligação ferroviária, excetuando-se dois curtos períodos entre os anos de 1916 e 1920, e entre 1922 e 1925, as operações da Estrada de Ferro de Bragança jamais foram superavitárias.

Eram realizadas duas viagens diárias, uma no “horário” e outra no “misto”. O trem “horário” percorria o trecho de forma expressa, realizando paradas apenas nas estações ferroviárias e transportando preferencialmente pessoas. O trem “misto” levava bem mais tempo, uma vez que era obrigado a realizar operações de carga e descarga em todas as

estações e paradas, desde sua saída de Bragança, transportando toda sorte de gêneros (frutas, legumes, cereais, animais, madeira, carvão, materiais de construção). As revisões que ocorreram nas tarifas, inclusive com a desclassificação de determinados materiais que tinham vinculação com a lavoura (máquinas, ferramentas, materiais de construção), não foram suficientes para a maioria da população camponesa que se desenvolveu com a colonização. O valor dos fretes e passagens era aquém do valor necessário para equilibrar as finanças da empresa, mas além das possibilidades econômicas da pequena lavoura da zona da estrada, o que evidencia o caráter autoritário de construção da ferrovia baseado apenas na suposição do sucesso da colonização estrangeira.

Ao retornar à administração do Pará, Lauro Sodré ainda ponderava a respeito do prolongamento da ferrovia até o Maranhão, dessa vez baseado nos progressos que faziam da Estrada de Ferro de Bragança uma fonte de renda para o Estado. Se até 1915 esta empresa “pesava” aos cofres públicos, a partir de 1916 tem início um período de lucros, os quais seriam responsáveis os resultados das lavouras Bragantinas⁹ e das modificações na estrutura da Estrada de Ferro de Bragança. Mas as condições financeiras do Estado ainda não faziam jus ao prolongamento da ferrovia.

A sua renda indica, assim, uma *phase* de franca prosperidade, o que se explica naturalmente pelo desenvolvimento *agrícola* da zona que percorre, mas também e em grande parte pelas normas de severa fiscalização e economia, diga-se com justiça, que *alli* se implantou a partir de 1915 e que estão sendo severamente observadas na sua direção *actual*. (PARÁ, 1918, p. 64)

Não permitiram as condições financeiras que eu *auctorisasse* os estudos já encetados no prolongamento dessa estrada em demanda do Gurupy, o que será levar vida a toda uma zona *agrícola* do Estado, pertencente aos municípios de Bragança e Vizeu, tendo logo em vista *leval*-a até fazer nossa ligação com o *visinho* Estado do Maranhão. (PARÁ, 1918, p. 64-65)

Uma política de contenção de gastos tem início no exercício de 1921 e, quando observados os resultados das lavouras da Bragantina e comparadas com as tarifas praticadas para o transporte das mercadorias com os preços que estas alcançaram no mercado, veiculou-se a possibilidade de aumento das tarifas para dar maiores possibilidades para a manutenção e conservação da ferrovia. Já era também discutida a possibilidade de encampação da Estrada

⁹ Na mensagem de 1919, Lauro Sodré relata o acréscimo na tonelage do tráfego de produtos destinados à capital: em 1916 foram transportadas 23.419,536 toneladas; em 1917 foram 25.871,428 toneladas; e em 1918 foram 29.649,981 toneladas. (PARÁ, 1919, p. 129) Contudo, o mundo estava em guerra neste período e não se afasta a possibilidade desses resultados estarem vinculados ao aumento dos preços provocados pela I Guerra Mundial.

de Ferro de Bragança pelo governo federal, tendo sido, inclusive, realizado inventário da ferrovia. No ano seguinte, em conformidade com os Decretos 15.237, de 31 de dezembro de 1921, e 15.563, de 13 de julho de 1922, a ferrovia foi adquirida pelo governo federal pela importância de 17.000:000\$000, e arrendada ao governo estadual pelo prazo de 30 anos. Tal operação visava dar novo vigor à situação financeira do Pará, face à crise econômica causada pelo aviltamento do preço da borracha e seria realizada em duas parcelas, uma no valor de 5.000:000\$000 e outra no valor de 12.000:000\$000. O pagamento da parcela de 12.000:000\$000 ocorreu em agosto de 1923, mediante a emissão de doze mil apólices da dívida pública no valor de 1.000:000\$000, a juros de 5%, ultimando assim a operação de venda ao governo federal. Apesar disso, de acordo com o relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas (BRASIL, 1925), a situação legal da estrada ainda estava mal definida, uma vez que a escritura de transmissão de propriedade não havia sido lavrada. A outra parte do pagamento, 5.000:000\$000, cuja quantia equivalia a importância necessária à reparação da ferrovia, e que contratualmente deveria ser aplicada para este fim, foi sustada até a conclusão da avaliação do material rodante e paga apenas em 1926¹⁰.

Nos anos seguintes, conforme estabelecia o contrato de arrendamento da ferrovia, a obra de recuperação foi realizada, minimizando os riscos de acidentes e dando ensejo a discussões referentes a possibilidade de reaquisição da Estrada de Ferro de Bragança pelo governo estadual. Por outro lado, a ferrovia acumulava déficits nas operações, tendo o Estado que lançar mão de suas economias para atender as necessidades de conservação, inclusive reduzindo o quadro de trabalhadores para a contenção de despesas. Nesse ponto, uma rede com cerca de 400 quilômetros de vias terrestres, dos quais 78 ligavam Capanema a Salinas e 27 conectavam Ourém a Tentugal (parte da antiga estrada de Bragança aberta no século XVII), já existia e indicava as novas transformações que iriam ocorrer no sistema técnico de transporte na Bragantina¹¹. Dessa forma o governo paraense decide definitivamente solucionar o problema que a estrada dava aos cofres públicos, e em 1936 a ferrovia foi entregue ao governo federal, passando definitivamente a integrar a rede ferroviária nacional.

Sem conseguir que a ferrovia novamente voltasse a oferecer lucros, tornou-se impraticável a conservação da via e manutenção das locomotivas e vagões. Dessa forma, o relatório do Ministério dos Negócios da Viação e Obras Públicas, a julgar o relato do diretor

¹⁰ Na construção desse parágrafo foram utilizados dados de Pará (1921; 1922; 1923); Pará (1926); Brasil (1924; 1925).

¹¹ Na construção desse parágrafo foram utilizados dados de Pará (1927; 1928); Pará (1929; 1930).

da ferrovia para o exercício de 1945-1946, considera a estrada em “estado de decomposição” (BRASIL, 1946, p. 89).

Com a nova política de desenvolvimento e de transportes adotadas pelo governo federal, grande parte das ferrovias nacionais encerrou as atividades, especialmente nos trechos onde já se encontrava em funcionamento estradas de rodagem para veículos automotores. Com a construção e asfaltamento da Belém-Brasília, que até Castanhal seguiu o trajeto da estrada de ferro de Bragança, no ano de 1966, pelo Decreto 58.992 de 4 de agosto, a ferrovia foi extinta e teve parte de sua estrutura transferida para outras ferrovias ainda em operação.

Profundas transformações ocorreram no eixo de comunicação entre Bragança e Belém, objetivadas pelas ações administrativas para a criação de uma zona produtora de alimentos no Pará. Desde a supressão da floresta, e posterior substituição da cobertura vegetal, aos núcleos de povoamento, que de aldeias indígenas deram lugar às missões, aos diretórios, às vilas, às freguesias e aos municípios. Da trilha aberta no século XVII, na qual eram necessárias cerca de oito dias para vencer a distância, utilizando-se pelo menos duas modalidades de transportes (fluvial e terrestre), pouco se aproveitou na construção da estrada de ferro, notadamente nos primeiros e últimos trechos. Já com a ferrovia, a distância passou a ser percorrida entre dez e quinze horas¹², conforme o trem que se tomava (o horário ou o misto). Com as rodovias, o percurso é realizado em cerca de quatro horas de viagem. Em alguns trechos federais¹³ seguiu-se o trajeto paralelo da ferrovia, noutros percorridos por rodovias estaduais¹⁴.

2.3 UM COMENTÁRIO CRÍTICO A RESPEITO DAS INTERPRETAÇÕES

Para analisar e interpretar as transformações ocorridas na Bragantina os relatórios dos governadores do estado do Pará se constituem em importantes fontes de dados. Anualmente os administradores estaduais se reportavam ao legislativo para prestar esclarecimentos sobre suas ações e investimentos, cujos textos eram integralmente publicados pela Imprensa Oficial do Estado do Pará, e estão disponíveis para consulta em diversas bibliotecas e também em meio eletrônico. Essa leitura é importante por retratar o posicionamento dos administradores e legisladores em relação às decisões e planos que

¹² Cálculo baseado nos relatos obtidos com as entrevistas realizadas na pesquisa.

¹³ No caso, a BR-010 se confunde com a BR-316 entre Castanhal e Belém. O trecho entre Capanema e Bragança é percorrido pela BR-308 (BRASIL, 2009).

¹⁴ No caso as rodovias PA-320, que liga Castanhal a Igarapé Açu, e PA-242, trecho que vai de Igarapé Açu até Capanema, passando por Nova Timboteua e Peixo-Boi (BRASIL, 2009).

interferem diretamente na dinâmica socioeconômica do estado. O exercício de interpretação do posicionamento oficial é ainda importante porque os autores citados como referência de interpretação da Bragantina também utilizaram, como fonte de dados, tais textos, contribuindo para uma repetição permanente do sentido de decadência sem melhorias qualitativas nas interpretações, muitas vezes transformando-a em “verdades absolutas”. Buscou-se, nesta pesquisa, evitar tais esquemas interpretativos, discutindo numa perspectiva crítica, conforme chamou a atenção Hurtienne (1999) às informações contraditórias e visão homogeneizadora dos autores que contribuíram para uma repetição daquelas observações.

Na leitura desses textos, freqüentemente encontram-se os “esquemas duais”, opondo “atraso” e “progresso”, “métodos rudimentares” e “métodos modernos”, “nativo” e “racional”, “lavrador retrógrado” e “operário agrícola”, exatamente um a antítese do outro. Encontram-se, inclusive, “metáforas do discurso médico” que consideram o estado como um “corpo doente” que precisa de “remédios” (ALMEIDA, 2008a). Conforme a crítica do autor, tais representações

inibem a discussão política e [...] reforçam os termos especiais de uma representação urdida pela tradição cultural. Semelhantes termos exprimem um interesse geral, esvaziado de conteúdo ou que tem na sua própria repetição sucessiva o seu conteúdo específico. (ALMEIDA, 2008a, p. 147)

Outra oposição encontrada nos textos oficiais, também criticada por Almeida (2008a), é a de “decadência” e “prosperidade”. A partir de uma idealização nostálgica a prosperidade representa o fim último das medidas para debelar a decadência, sendo esta sempre contemporânea de quem está falando, ou a fala toma como referência os centros urbanizados de onde os administradores decidem sobre a alocação dos recursos estatais. Influenciados por seus *status* de burgueses, analisam sempre as condições do campo em relação à cidade, opondo tais lugares. Na verdade, constitui-se em equívoco realizar tal comparação, além do que as relações entre o campo e a cidade não são opositivas, mas complementares. Nisto encontra-se uma explicação para as interpretações. Ao tomar as *Fallas*, os Relatórios e as Mensagens Dirigidas como fonte de dados, alguns autores erroneamente consideram como agentes da degradação ambiental os camponeses, especialmente o trabalho clássico de Penteadó (1967).

Ao contrário, observou-se que quem patrocina esta degradação são as atividades e empreendimentos capitalistas, uma vez que a colonização na Bragantina ocorre em função dos investimentos na estrada de ferro, como frisou Acevedo Marin (2004a). Ocorre ainda que na

maior parte do seu período de funcionamento a Estrada de Ferro de Bragança utilizou a lenha como combustível para movimentar os trens (VIERA; TOLEDO; ALMEIDA, 2007; ÉGLER, 1961).

Ainda de acordo com Acevedo Marin (2004a), no período de 1901-1917, a colonização ocorreu com base na pequena propriedade, o que confrontado com dados do Censo de 1920 tem-se uma dimensão da “ação ambiental” camponesa da região: em Bragança, a área dos estabelecimentos rurais recenseados compreendia 111.565ha, dos quais 70% ainda eram de floresta, o que equivale dizer que naquele ano a área de floresta ainda era superior à área utilizada em lavouras. Se levado em consideração que várias culturas são plantadas em consórcio, ocupando a mesma área, os dados do Censo de 1920 demonstram que dos 111.565ha, apenas 8.952ha eram efetivamente cultivados (RECENSEAMENTO, 1924).

Em relação à agricultura, ações e investimentos dos administradores do estado buscavam desenvolver um proletariado rural, apresentando argumentos e esperanças de que a Bragantina poderia, mediante técnicas “modernas” e “racionalis”, servir de “celeiro natural” da Amazônia. A que se levar em conta que para se efetuar tal empreendimento, necessariamente haveria a supressão das matas em detrimento das culturas “racionalizadas”. Mais uma vez a responsabilidade pela “ação ambiental” está referida ao capital, embora a figura que realiza o trabalho seja a do agricultor (proletário rural ou camponês).

Com isso, espera-se deixar evidente que um conjunto de políticas liberais e empreendimentos capitalistas são os agentes da “ação ambiental”, e não a figura social do camponês, conforme é explicitado nos documentos oficiais e interpretações neles ancoradas.

3 AS CATEGORIAS E OS CONCEITOS

Neste capítulo buscou-se, a partir da articulação teórica e conceitual, discutir as concepções que fundamentam a interpretação da participação camponesa da região dos campos da Zona Bragantina para a dinâmica do abastecimento do Pará. São discutidas as categorias campesinato e abastecimento, tratadas como elementos dinâmicos, portanto inseridos num contexto histórico. Para tanto, optou-se pela abordagem da fronteira, proposta por Oliveira Filho (1979). Assumiu-se aqui o risco inerente aos equívocos que porventura podem ser cometidos quando são feitas interpretações em “segunda mão”. No entanto, a autoridade de que são dotados os autores principais, de onde foram feitas as interpretações, e a propriedade com que tratam dos temas elimina uma parte desse risco.

Apesar dos movimentos de expansão da ocupação da Zona Bragantina do estado do Pará ocorrerem desde a primeira metade do século XVII, privilegiou-se a observação de seus desdobramentos a partir do século XIX. De forma irregular e dispersa, em espaços e momentos diversos, por motivos também diversos e muitas vezes antagônicos, é fato que a ocupação das terras da Zona Bragantina permitiu o desenvolvimento de núcleos populacionais de pequenos agricultores, cuja atividade dinamizava os pequenos núcleos onde se localizavam.

Em que pese tal caráter irregular, não deixou, a região, desde então, de se colocar nesse processo de disputas. Tal ocupação, objetivada de maneira mais intensiva pelas colônias de povoamento, distribuídas ao longo da estrada de Bragança a partir dos anos finais do século XIX, quando um modo menos irregular e mais consolidado de ocupação foi incentivado, é um dos elementos relevantes para compreender as contradições inerentes ao estabelecimento dessa fronteira.

Em função das atividades de extração do cacau e das drogas do sertão e da agricultura comercial, que utilizaram amplamente a força de trabalho compulsória, indígena nos anos iniciais e mais tarde a negra, havia a necessidade de abastecimento das vilas, aldeias, missões e descimentos onde eram realizadas tais produções. Alguns alvarás, inclusive, obrigavam os senhores das *plantations* a desenvolverem culturas para a produção de alimentos em suas propriedades a fim de evitar a fome nos estabelecimentos (FONSECA, 2004).

Com a necessidade de criação de uma zona produtora de alimentos no Pará para o seu abastecimento, foi levada a termo a colonização das terras da Zona Bragantina. Antes mesmo do contrato de construção da estrada de ferro, o que se pretendia fazer era povoar a

região, acreditando-se na idéia de que quando os primeiros colonos tão logo conseguissem o controle das condições de trabalho, novos trabalhadores estariam chegando para suprir os postos de trabalho, criados pelas atividades capitalistas realizadas na colônia. De acordo com a interpretação de Marx,

A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos; a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista; e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, que o economista político em casa, na mãe-pátria, pode metamorfosear em relação contratual entre comprador e vendedor, entre dois possuidores igualmente dependentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho. (MARX, 2006, p. 885)

Mas “na colônia, a coisa é diferente”. Na colônia fica mais fácil aos trabalhadores dedicarem-se, principalmente, “à própria subsistência e secundariamente à troca de produtos que podem ser obtidos com os fatores que excedem suas necessidades” (MARTINS, 1975, p. 45). Isto repercute de maneira desvantajosa para o capitalista, haja vista que o trabalhador assalariado, “amanhã”, pode tornar-se independente, autônomo (MARX, 2006, p. 886), trabalhando em função da manutenção de seu núcleo familiar.

Ao vislumbrar a possibilidade do desenvolvimento agrícola na Zona Bragantina, esqueceram-se, os estadistas, das possíveis tensões contrárias a este investimento. De fato, uma série de dinâmicas contraditórias se processou em resposta aos mecanismos artificiais com os quais o governo patrocinaria a propriedade privada da terra, objetivando a formação dos grupos de agricultores capitalistas na Amazônia.

Aquela concepção de colonização com vistas ao desenvolvimento do regime capitalista implicava no problema, naquela época, já criticado por Marx, no capítulo XXV de O Capital. Tendo, o trabalhador, terra e condições de trabalho, em certa medida livres de um contratante capitalista, os interesses deste se contrapõem aos daquele, que prefere trabalhar para si, decidindo ele próprio sobre a alocação e gestão de sua força e condições de trabalho. Conforme Marx descreveu:

Nas colônias, a coisa é diferente. Nelas, o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor, que, possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo, e não ao capitalista. A contradição entre esses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se patenteia,

na prática, na luta que se trava entre eles. Quando o capitalista se apóia na mãe-pátria, procura afastar do caminho, pela força, o modo de produzir os bens e de apropriar-se deles, baseado no trabalho próprio. (MARX, 2006, p. 881)

Os trabalhadores que aqui chegavam, embora não lhes fossem transmitidas propriedades das terras, estas poderiam ser adquiridas tão logo se realizassem os produtos de seus trabalhos e acumulado o capital suficiente para tal operação. Se por um lado havia um anseio pelo desenvolvimento agrícola capitalista, as contradições em processo implicaram em trajetórias distintas para o agrário da Zona Bragantina.

No período de colonização, portanto de abertura de uma nova fronteira, não havia a dissociação entre o trabalhador e suas condições de trabalho. Ainda que formalmente não fosse proprietário privado de terras, era proprietário de suas condições de produção e utilizava de modo privado as terras públicas, o que lhe permitiria acumular para si próprio. De maneira contraditória, o anseio pelo desenvolvimento da agricultura capitalista se configurou como uma condição suficiente para a constituição de grupos camponeses, que realizando uma “economia de excedentes” e de maneira mais ou menos integrada ao mercado, não deixaram de contribuir para o abastecimento paraense, como se esperava acontecesse com a agricultura capitalista.

A “semente da colonização” havia germinado e após o período de expansão e efetivo povoamento, na “fronteira em movimento” (VELHO, 1979), se processavam as contradições da socioeconomia em formação. Contudo, os planos reservados para a agricultura no desenvolvimento do Pará implicavam no desejo de criação de um “operário agrícola” que se utilizasse de esquemas “modernos” e “intensivos” de produção, integrados à agroindústria nacional. As pretensões situavam-se em torno do desejo de “estimular e desenvolver [a] lavoura intensiva e *mechanica*, produzindo, em *consequencia*, o *operario agricola*, [...] *anthitese* do lavrador retrógrado, cheio de *indolencia* e viciado na rotina” (PARÁ, 1910, p. 187). Formulações como esta e mais os reclames expressos acerca das situações de desabastecimento implicaram na visão preconceituosa do trabalhador “nativo”, essencialmente camponês, considerado “antítese” do proletário agrícola.

Mas, uma vez povoada a região, como resposta às transformações que se processavam, o camponês continuou a produzir livremente, inclusive para abastecer atividades agroindustriais, contribuindo amplamente para o abastecimento da classe trabalhadora das cidades da Bragantina, com alimentos baratos, e até mesmo com matérias primas, tais como o algodão, o tabaco e a malva. Ainda que sem inteira autonomia no controle

dos fatores de produção e da gestão do trabalho (NEVES; SILVA, 2008), essa livre produção representa um importante elemento que fundamenta a sua condição de existência.

A partir daí é que são elencadas as categorias de campesinato e abastecimento, tendo em vista que parte das atividades desenvolvidas na Amazônia dependeu da produção realizada nas colônias de povoamento distribuídas na Bragantina. Partindo do campesinato, o abastecimento pode ser entendido como uma variável dependente, pois o abastecimento depende da produção camponesa. Essa dependência é ainda mais relevante quando, ao ser considerada de qualidade “inferior”, tal produção contribui para abastecer os centros urbanizados e os seringais com alimentos para a massa de trabalhadores expropriados pelo capital. Ocorre que a relação inversa também é verdadeira, ou seja, o campesinato depende do abastecimento, uma vez que é nas relações travadas nessa dinâmica que o camponês internaliza fatores não produzidos internamente.

Vê-se, pois, que se relacionam de forma dialética. Relacionam-se ainda dialeticamente porque nesse processo o camponês realiza trabalho, modificando o meio natural, ao mesmo tempo modificando sua natureza (MARX, 2006, p. 211).

Até poder demonstrar a contribuição camponesa para o abastecimento da classe trabalhadora na Amazônia, antes serão realizados diálogos a respeito dos processos de formação social agrária numa dinâmica de abastecimento na fronteira, com vistas a produzir uma caracterização do contexto no qual se busca uma (re)compreensão para a participação camponesa da região dos campos de Bragança na cadeia de abastecimento da Amazônia.

3.1 CAMPESINATO E ABASTECIMENTO NA FRONTEIRA

No debate teórico a respeito do campesinato e sua presença na fronteira, tem-se em Francisco de Assis Costa uma referência quase compulsória para o tema. Na obra *Formação Agropecuária da Amazônia* (2000), o autor traz uma profunda revisão dos debates a respeito das políticas para o campo e da constituição e participação camponesa no setor agrário brasileiro, partindo das questões que permearam o pensamento econômico e das ciências sociais, cuja referência empírica era aquela fronteira e as expressões de suas contradições. Outra autora, Gabriela Schiavoni (1995), que trabalhou numa perspectiva latinoamericana, estudando os processos de diferenciação social e parentesco numa fronteira agrária argentina, também se constituiu numa referência importante, contribuindo com uma revisão dos antecedentes teóricos referentes às formações sociais no campo.

Segundo Costa (2000), enquanto na intervenção estatal predominou uma visão dual da questão agrária, a academia buscou compreender o significado e a trajetória histórica do campesinato. Pautada pela lógica da modernização, cujas interpretações das análises históricas assumiram um papel apenas normativo, “as predefinições – por vezes, meros preconceitos – (assumidas na intervenção estatal) resultaram da absorção tecnocrática de formulações seminais sobre o desenvolvimento capitalista” (COSTA, 2000, p. 81). Por seu turno, o debate acadêmico patrocinado pelas ciências sociais e pela economia política, que tinham como pano de fundo aquele quadro empírico, colocou,

de um lado, discussões no sentido de compreender a presença, o significado e a trajetória do campesinato no País e o seu papel aí desempenhado pela fronteira amazônica; de outro lado, configuraram lances particulares de um embate de grandes proporções entre forças sociais que buscavam obscurecer uma classe social (aquela fundada na produção familiar na agricultura) – para agir, por razões diversas, como se ela não existisse e, por isso, para sua extinção – e segmentos que procuravam demonstrar as potencialidades da mesma classe social como sujeito e objeto da construção de uma sociedade mais justa. (COSTA, 2000, p. 84)

Nesse sentido, o autor demonstra as fragilidades e os equívocos teóricos da interpretação de Graziano da Silva, bem como os problemas levantados por suas interpretações equivocadas das categorias marxistas de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital. Assim ocorre com as teses de “fechamento da fronteira” e do “novo camponês”. Na primeira, segundo Costa (2000), apressadamente, Graziano da Silva toma como um dado o “anseio” da ditadura de impedir o desenvolvimento camponês naquele espaço. A partir disto deduz que o “novo camponês”, então, seria o trabalhador subordinado diretamente ao capital, portanto proletário, em virtude

de um processo de diferenciação no seio do ‘antigo campesinato’ [que] pode levar tanto a uma expropriação de fato do camponês transformando-o num ‘assalariado puro’, como a uma tecnificação de sua unidade produtiva, na qual permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção. (SILVA, 1981 apud COSTA, 2000, p. 85)

A expansão da produção familiar na agricultura nas áreas de fronteira, entre os anos de 1980 e 1985, demonstrou não só o caráter autoritário do projeto de desenvolvimento agrário como constitui parte das evidentes contradições das forças sociais. No caso particular da região dos campos de Bragança, uma fronteira com mais de cem anos, nas primeiras décadas do século XX, observou-se tal expansão, também a partir da “contínua reconstituição

da condição de apropriação da terra que a dinâmica de ocupação de novas regiões permitiria aos lavradores” (COSTA, 2000, p. 89).

Ao analisar a fronteira como espaço privilegiado da formação e do desenvolvimento camponês, Costa (2000) promove um debate entre os estudos de José de Souza Martins e os de Otávio Guilherme Velho, a partir da observação das tensões entre a especificidade camponesa e o capitalismo. Embora estes dois autores considerem a fronteira como espaço privilegiado para o campesinato, eles divergem quanto ao seu “sentido histórico no interior do desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (COSTA, 2000, p. 92).

Uma vez que o projeto autoritário de desenvolvimento agrário orientou a penetração do capitalismo no campo, seu resultado foi, ao mesmo tempo, a destruição e a recriação de “formas camponesas de produzir”, onde a figura do posseiro, segundo o próprio Martins (1975, p. 46), é a figura central na “frente de expansão”, realizando uma “economia de excedentes”¹⁵. Em que pese o camponês também se orientar por esse tipo de economia, exercitar trabalho autônomo na terra e se opor ao capital, difere ele do posseiro em relação à forma de acesso a terra (COSTA, 2000, p. 90). Enquanto o posseiro é o protagonista da “frente de expansão”, o camponês se insere na “frente pioneira”. Tal afirmativa tem validade se as categorias são trabalhadas de maneira ortodoxa, sem uma interpretação que observe outros aspectos explicativos da presença de lavradores na fronteira. Se por um lado a posse da terra, para os camponeses, implica sua incorporação ao processo produtivo pelo estatuto privado, portanto através da propriedade privada da terra, esta, especificamente na Zona Bragantina, não parece, ortodoxamente falando, assumir caráter de mercadoria. Ainda que se transfigure num valor de troca, imediatamente retorna à sua qualidade de valor de uso, cujo expediente privado de que lança mão o camponês visa dar maior segurança a sua reprodução.

Por outro lado, implicando as formulações de Martins (1975) numa concepção utilitarista e não mercantil por parte dos lavradores, mais aguçada entre os posseiros, “Velho não reconhece a existência de uma concepção utilitarista da terra que tornaria o camponês-posseiro da Amazônia avesso à propriedade privada no seu sentido plenamente capitalista” (COSTA, 2000, p. 92), pois tal implicação leva ao entendimento de que o posseiro resiste em nome de uma organização social e de uma visão de mundo externa e oposta ao capitalismo. Antes de responder a variáveis exógenas, tal resistência é explicada por questões intrínsecas,

¹⁵ Nessa economia de excedentes, o excedente “não é o resto que sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou” (MARTINS, 1997, p. 190). Ela é economia de excedentes porque produz valores de uso, que adquirem “valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização” (MARTINS, 1975, p. 46), dependendo da disponibilidade de força de trabalho familiar ou da possibilidade de pagamento a terceiros para incremento do tamanho da roça (MARTINS, 1997, p. 190).

perceptíveis quando levadas em conta, além das “definições meramente estruturais [...] também as definições processuais de funções econômicas desempenhadas no plano das formas sociais de produção (nas quais se inclui a circulação da produção social), as trajetórias sociais e estratégias políticas” (COSTA, 2000, p. 93).

Destaca-se o caráter mercantil da unidade camponesa, a partir das relações que necessariamente são estabelecidas com o mercado. Assumi-se a sensibilidade camponesa ao mercado, cujos projetos e percepções ideológicas derivam de suas relações com o “capital comercial e usurário”. Assim, as condições estruturais para a comercialização, já preexistentes para determinados produtos (no caso Bragantino o tabaco e a farinha, por exemplo), orientaram sua produção na fronteira. (COSTA, 2000)

No debate realizado, conforme identificou Costa (2000), inserido nas discussões das esquerdas brasileiras, preocuparam-se os autores em equacionar a relação entre os camponeses e a política. Em síntese ocorrem percepções diferenciadas para a “questão agrária”: seu domínio pelo capital ou a relevância histórica do campesinato, este porque “anticapitalista” (conforme José de Souza Martins) ou porque capaz de se inserir no universo político da sociedade configurada pelo desenvolvimento do “capitalismo autoritário” (conforme Otávio Guilherme Velho).

Passar-se-á a discutir agora as considerações de Gabriela Schiavoni (1995).

A autora, interpretando os autores da tradição marxista, as ponderações de Chayanov¹⁶ e os estudos da antropologia e sociologia sobre o campesinato, buscou explicar as transformações de uma fronteira agrária na Argentina em termos de processos de diferenciação interna. A partir da vinculação entre a produção familiar e o abastecimento dos canais comerciais, são objetivadas as possibilidades de ascensão social, portanto seus processos de diferenciação interna (SCHIAVONI, 1995).

Segundo a autora, para a escola de tradição marxista, a transformação das estruturas camponesas em proletários e capitalistas rurais implica supor que o modo capitalista de produção domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa. Por outro lado, Kautsky identificou que o modo de produção capitalista não é a única forma de produção na sociedade moderna, mas a representação do pequeno produtor do campo por ele atribuída nos modos “pré-capitalistas” figura o trabalhador “faminto”, numa condição “infra-humana”, sem perspectivas de futuro. Assim como Lênin, Kautsky estava interessado no nível histórico-concreto dos processos de desenvolvimento do capitalismo, sendo que Lênin estava mais

¹⁶ Tal como o excelente trabalho já citado de Francisco de Assis Costa (2000).

atento aos aspectos das forças políticas e sociais, admitindo a possibilidade do campesinato se unir aos operários na luta pela “revolução”, ao observar o avanço do processo de diferenciação social no campo (SCHIAVONI, 1995).

A coexistência e o caráter complementar, mas não menos vital (VELHO, 1979), entre os regimes capitalista e camponês, contrariam as previsões marxistas do final do século XIX (SCHIAVONI, 1995). A esse respeito, previam o desaparecimento da pequena agricultura, tendo em vista que para os capitalistas não havia como investir grande capital por longo prazo sem expropriar o trabalhador, portanto forçá-lo a realizar tal investimento através do trabalho compulsório, como ocorreu nos casos das fazendas de café, nos engenhos açucareiros, na mineração, na extração e cultivo de cacau, no extrativismo animal e na extração da borracha. Conforme Marx (2006, Livro II, p. 263-264)

Nos estádios menos desenvolvidos da produção capitalista, não se realizam por métodos capitalistas os empreendimentos que exigem longo período de trabalho, portanto grande dispêndio de capital por longo prazo, notadamente os que só são exequíveis em grande escala [...] nos tempos antigos, empregava-se em regra a força de trabalho por meio de trabalhos forçados.

Para Schianovi (1995), os estudos de Chayanov levam em consideração o campesinato como um tipo específico de economia no final do século XIX, centrados na dimensão familiar da exploração agrária, que dava conta de sua existência. De acordo com Chayanov (apud. SCHIAVONI, 1995), é camponês o produtor mercantil simples, cuja atividade econômica se encontra determinada pela necessidade do grupo doméstico, o que implica dizer que a sua força de trabalho é empregada até que se cubram suas necessidades, inclusive em relação a obtenção de dinheiro. As fases do ciclo doméstico sustentam as explicações de suas diferenciações, pois a capacidade econômica dos camponeses varia de acordo com a fase de evolução em que se encontra o núcleo familiar, ou seja, varia conforme a relação entre membros aptos a trabalhar e membros não aptos a trabalhar.

Por outro lado, embora os estudos antropológicos dedicados ao campesinato levem em consideração as unidades familiares, ou o conjunto dessas unidades (comunidades), “em termos gerais [...], enfocam a relação campesinato/capitalismo acentuando a subordinação cultural, econômica e política da pequena produção familiar ao setor capitalista e latifundiário¹⁷” (SCHIAVONI, 1995, p. 40). Tomam, pois, as relações domésticas como variáveis explicativas para compreender a articulação entre a unidade de produção familiar e

¹⁷ As citações da obra de Gabriela Schiavoni são de tradução livre deste autor.

suas operações em contextos capitalistas, e seus vínculos culturais, políticos e econômicos com os demais setores da sociedade (SCHIAVONI, 1995).

Ainda em relação ao enfoque cultural, Motta e Zarth (2008), por outro lado, explicam a adoção dessa perspectiva em favor de um “rompimento com a primazia do econômico”, pois antes a relação com o mercado guarda especificidades fundamentadas na alocação ou no recrutamento da força de trabalho familiar, portanto no modo de vida determinado por suas condições de trabalho. Levando em conta que de fato há relação complementar entre campesinato e capitalismo, evidenciada nas relações distintas que os camponeses travam com o mercado, tal relação revela contradições entre “normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 9).

Apesar das evidências a respeito da diferenciação socioeconômica que ocorre internamente no campesinato, não interessa aqui categorizar ou distinguir categorias sociais que se reproduzem no campo, uma vez que esse não é o objetivo da pesquisa. Com isto elimina-se o risco de utilizar “termos classificatórios sem a análise de sua constituição enquanto agentes ou ‘tipos ideais’, por exemplo” (NEVES, 1985, p. 220). Mas ainda neste capítulo retornaremos a discutir de forma breve o conceito de campesinato, no qual estão inscritos sujeitos sociais diversos e que representam formas diversificadas da condição camponesa. O que não será tratado aqui é dos processos de diferenciação interna, ou que processos levam à diferenciação socioeconômica entre os camponeses.

Nesses termos, admite-se a ocorrência da dinâmica que proporciona tal diferenciação, uma vez que ela contribui para compreender estratégias familiares de reprodução socioeconômica e de territorialização, pois a localização da unidade de produção, por exemplo, interfere no tempo de rotação do capital empregado, determinante no processo de circulação do capital (MARX, 2006). Admite-se a ocorrência da dinâmica, mas não são analisados aqui os processos constitutivos específicos dessa diferenciação. Portanto as categorias utilizadas por Schiavoni (1995) não interessam ao debate desta pesquisa, embora sejam consideradas para uma melhor leitura dos processos observados na região dos campos de Bragança, haja vista a diferença existente entre os motivos econômicos de camponeses e capitalistas.

O que importa, nesta pesquisa, é reconhecer o papel desempenhado pelos grupos de agricultores familiares que se instalaram na região dos campos de Bragança, considerando a necessidade de produção de alimentos para o abastecimento da Amazônia. Em que pese os embates históricos a respeito de sua permanência ou não, e reconhecendo essa permanência e

estratégias de resistência, esses grupos de agricultores ocuparam (e ainda ocupam) uma posição fundamental na história social brasileira no que se refere ao abastecimento paraense. Seja com produtos de “qualidade inferior” e vendidos a preços módicos para sustentar as vias de acumulação na capital, seja com a produção de matérias primas para a agroindústria. Por outro lado, um ponto fundamental, no estudo da ocupação da Zona Bragantina e seus desdobramentos até 1960, e mesmo depois, é que ela continuou sujeita a penetração de frentes de expansão, além das frentes pioneiras, como ocorreram no sul do Pará. Mesmo com os empreendimentos capitalistas nela localizados, estes se configuram como ações pontuais, sem interferir diretamente na dinâmica camponesa, ou, no limite, reorientaram tal dinâmica.

A partir do debate acima realizado cabe então trazer à tona o que ficou compreendido a respeito das categorias elencadas, e as articulações existentes entre os espaços de reprodução da vida social camponesa.

a) Do Campesinato

A conceituação oferecida por Francisco de Assis Costa, na obra já citada, exprime de forma ampla o significado que aqui representa o campesinato. Assim, o campesinato é constituído por

famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta comporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativista, agrícola e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação de trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. (COSTA, 2000, p. 114)

A família é a unidade produtiva básica da produção camponesa. É buscando assegurar a reprodução dessa unidade básica, que está inserida em condições de vida inscritas na diversidade de ambientes, que são levadas a termo as decisões de “alocação de trabalho” nas diversas atividades – “extrativas, agrícolas e não-agrícolas”.

Lançar-se-á mão de outras contribuições que auxiliam no esclarecimento da diversidade de condições de vida e modos de trabalho específicos. Ao comportar em si uma diversidade de atividades, podem ser categorizados enquanto camponeses, de acordo com Motta e Zarth

os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas,

agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 9)

Esta representação se insere num contexto político, de reconhecimento do campesinato como um sujeito social na história brasileira, e claramente o significado por si só já levanta bandeiras de movimentos sociais característicos do campo. O objetivo dos autores é não somente reconhecer as situações em que se colocam os camponeses, diversa e singularmente, e no seu tempo, em relação às formas de acesso livre e autônomo a terra e seus recursos naturais (MOTTA; ZARTH, 2008). Nesses termos, os autores tentam expressar como a realidade do campo é diversa e comporta diversas formas de trabalho.

Considerando a predominância da força de trabalho doméstica e a “indivisibilidade” de decisões a respeito de produção e consumo, Hurtienne (2005) coloca os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa como sinônimos. O autor chama a atenção para a “visão depreciativa” que está enraizada na interpretação das categorias sociais do campo no contexto amazônico, tomadas sempre como um fator de “atraso” (HURTIENNE, 2005, p. 35). Para o autor, a unidade camponesa tem distintas formas de trabalho no campo da Amazônia, cujas representações também se distinguem em relação às condições de trabalho. Desse modo a unidade camponesa amazônica tem como correspondentes os extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, o campesinato agrícola com base na agricultura itinerante de pousio e o campesinato “mais novo” formado pelas correntes de imigração do Nordeste e do Sul do país e que desenvolveram estratégias de complexificação da produção.

A partir daí, pretende, o autor, orientar aos pesquisadores do tema em relação aos equívocos que frequentemente são cometidos na tentativa de conceituação do campesinato na Amazônia. Ao reclamar a respeito da “visão depreciativa”, Hurtienne (2005) tenta colocar em perspectiva os equívocos em considerar como homogêneas as formas de agricultura familiar e tais como fatores de degradação ambiental. Historicamente ocupada com vistas ao desenvolvimento de atividades agrícolas para o abastecimento das atividades capitalistas na Amazônia, as modificações agroecológicas objetivadas na Zona Bragantina ocorrem em função de sua política de colonização. É a partir daí que diversos autores atribuem ao camponês, ou pequeno agricultor, ou agricultor familiar, conceituados genericamente, o papel

de destruição da floresta e degradação ambiental. Uma vez que suas formas de trabalho ao promoverem, em certa medida, alterações do quadro “natural” das fronteiras onde se inserem, tais alterações estão vinculadas às formas diversas de realização do trabalho, por isso ele chama a atenção para a necessidade de diferenciar as formas de produção camponesas em relação à característica dominante do trabalho realizado e as tendências agroecológicas objetivadas pelas alterações daquele quadro, rompendo, assim, com os conceitos dominantes e depreciativos da condição camponesa.

Entende-se por campesinato o modo de vida no qual pequenos produtores, sendo possível a eles acesso aos recursos naturais e utilizando majoritariamente a força de trabalho doméstica, produzem internamente os fatores necessários a sua própria sobrevivência, e se reproduzem de maneira mais ou menos integrada ao mercado e ao Estado, na medida em que necessitam internalizar os fatores não produzidos internamente, cujos objetivos se colocam numa perspectiva de garantir a reprodução da unidade familiar. Implica isto em dizer que a esse grupo correspondem características socioeconômicas, culturais e políticas subjacentes aos seus objetivos, cuja organização é baseada nas necessidades reprodutivas imediatas, mas não apenas nelas. Note-se que a forma de acesso a terra é algo que não tem relevância para esta conceituação. Seja por estatuto público ou privado, o que importa para a diferenciação camponesa é a liberdade, como direito, de acesso aos recursos que a terra comporta. A terra é um elemento fundamental, mas o modo como será incorporada ao processo produtivo não tem significado especial, ou melhor, tem cada vez mais um significado específico como um direito de produzir e se reproduzir.

O direito aos territórios que historicamente ocupam, luta inscrita nas relações objetivas dos atores sociais em suas “identidades coletivas”, independe do estatuto, formal ou informal, que lhes assegurará os meios para sua reprodução, independe se passa pelo caráter de propriedade privada ou pública (bem comum), independe ainda do espaço social e geográfico que ocupam, se localizado na “frente pioneira” ou na “frente de expansão”. A luta pela objetivação de suas condições de existência em si, torna evidente a diversidade que assume o campesinato na Amazônia, implicando isto numa atenção específica à contribuição das distintas formas dessa produção camponesa.

É assim que se interpretam as “identidades coletivas” das lutas inscritas na conceituação de Motta e Zarth (2008), por exemplo. Ao se tratar de grupos sociais que historicamente participaram da formação socioeconômica do Brasil, as formas de acesso a terra se constituem como objeto de lutas políticas inseridas no campo do direito de produzir, cujos grupos, enquanto sujeitos sociais, buscam assegurar seus direitos reprodutivos em seus

territórios específicos, implicando isto no reconhecimento e consideração de suas distintas formas de trabalho, como alertou Hurtinene (2005). As mudanças que ocorreram nesse processo histórico de conflitos sociopolíticos e ambientais,

apareceram colados com as reivindicações de territórios específicos, porque o que passa a ser colocado em jogo é o critério de autodefinição objetivado na emergência daquelas identidades coletivas. O que passa a importar é como esses grupos sociais se auto definem e chamam a si mesmos, e não mais como os outros os designam. (ALMEIDA, 2008b, p. 74)

Por isso Motta e Zarth (2008) consideram a necessidade do enfoque cultural, pois para os autores, as formas de reprodução fazem parte dos diversos modos de vida objetivados pelo trabalho.

Por outro lado, as formas conceituais que assumem o campesinato na Amazônia, são fundamentais para o entendimento de seu papel na fronteira e na produção de alimentos. Pelas mudanças agroecológicas que proporcionam, vão corroborar mais ou menos com a validade do “ciclo de fronteira”, conforme a trajetória que seguem.

b) Do Abastecimento

Difícilmente se observam situações, em relação ao próprio campesinato, cujas circunstâncias possam ser representadas pela “decadência”. Tampouco se observa a responsabilidade dos camponeses pelas situações de desabastecimento. Antes, tais situações se expressaram em relação aos centros urbanos, onde as situações de “decadência” e “desabastecimento” representam contradições nas quais tem sua parte o campesinato. Dado o papel que assumem enquanto agentes sociais com objetivos reprodutivos da base familiar, ainda que “eventualmente” realizando trocas com o mercado para assegurar os objetivos reprodutivos, as “visões depreciativas”, distorcidas da realidade, não correspondem de fato às condições de existência e modo de vida dos camponeses. Ou tais visões se distorcem na medida em que a perspectiva de interpretação coloca o campo em relação à cidade.

As situações de carestia e desabastecimento, ocorrendo nas localidades onde se desenvolviam as atividades capitalistas, por outro lado corresponde a uma relativa situação de “fartura” no campo, embora tal situação não implique necessariamente em “riqueza”, de acordo com Martins (1975). Ainda que limitada aos gêneros que podem ser conseguidos a partir do meio natural, o camponês vive em relativa situação de abastecimento, pois

diariamente lhe é possível ter acesso aos gêneros que satisfazem primariamente as necessidades alimentares da família.

Nos estudos realizados por Fonseca (2004) e Lima (1986) são levantados dados que contribuem para elucidar a dinâmica de abastecimento numa região de fronteira, os dois considerando o contexto da atividade extrativa da goma elástica.

A tese de doutoramento de Fonseca (2004), propondo-se a evidenciar a pesca como atividade extrativa especificamente destinada ao abastecimento interno da Amazônia, mostra elementos significativos para a compreensão dessa dinâmica. Se por um lado as tentativas de implantação de atividades para o abastecimento interno no Pará são interpretadas como “sem sucesso”, ou estando esse “sucesso” apenas na efetividade do povoamento, em função da dispersão dos núcleos produtores, a perspectiva de Fonseca (2004) se coloca na contramão dessas interpretações, criticando a “desintegração” ou “falta de integração” das áreas produtoras com o mercado, centrando a discussão nessa produção que abastecia os circuitos comerciais “intrarregionais”.

No período colonial, embora no Pará fossem desenvolvidas, além das extrativas, culturas agrícolas para a exportação e de fato estas exportações se efetivassem, não chegaram a representar valores significativos em relação ao quadro nacional. Tais produções eram de cana-de-açúcar e seus derivados, arroz, algodão e cacau, sendo este último o mais expressivo, alcançando uma participação de 82% do total das exportações do Pará no ano de 1782 (FONSECA, 2004).

Majoritariamente indígena, a força de trabalho empregada nessas produções, parece um tanto óbvio falar que a alimentação desses trabalhadores era sustentada por uma dieta própria, a base de peixes, tartarugas, farinha. Apesar de serem cultivados outros produtos, o abastecimento dos núcleos, segundo Fonseca (2004), era realizado conforme o “cardápio” regional, tendo, inclusive, os imigrantes, em certa medida, adaptado seu paladar a este. Contudo, a produção de alimentos em determinadas regiões não resolveria os problemas de desabastecimento, uma vez que as irregularidades no transporte e as dificuldades de navegação retardavam o abastecimento (FONSECA, 2004).

Privilegiando como universo de observação o núcleo de produção gomífera¹⁸, o autor afirma ser o auge da produção extrativa, independente do produto extraído e o período, o momento onde mais se acentua a carência do abastecimento (FONSECA, 2004). As

¹⁸ “As manchas de ocorrência da *Hevea brasiliensis* incidem basicamente sobre a margem direita do rio Amazonas em um amplo semicírculo de cujo centro, a oeste de Manaus, espraia-se alcançando o sul de Mato Grosso, o Acre, o Norte da Bolívia e o Leste do Peru” (DEAN, 1989, p. 33 apud FONSECA, 2004, p. 31)

atividades extrativas, por serem realizadas em espaços dispersos, sugerem uma falsa impressão de não integração, portanto uma suposição de que a Amazônia estava fora das rotas e dos canais de comercialização e intercâmbio de produtos, tanto no nível interregional como intrarregional. Tomando como exemplo a atividade mineradora na região do rio Guaporé, no Mato Grosso, Fonseca (2004) demonstra como ocorria o abastecimento dessa atividade, concorrendo para tanto as “monções”¹⁹ do norte quanto as do sul, onde as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Grão-Pará assumem um papel fundamental nesse abastecimento.

Sua crítica é fundamentada nas interpretações que tomam como variáveis explicativas apenas as atividades econômicas voltadas para o mercado internacional. Assim, de acordo com o autor, realizam tal interpretação, entre outros, Roberto Simonsen, Celso Furtado e Caio Prado Júnior. Em que pese a “teoria dos ciclos econômicos” contribuir para a compreensão da História, especialmente no contexto colonial, o problema principal é que, ao centrar as pesquisas em uma atividade principal para exportação, tais autores relegam a um “plano secundário” as demais produções, “perdendo de vista a análise das conjunturas econômicas coloniais” (FONSECA, 2004, p. 36), embora alguns percebam atividades de “suporte” importantes para a expansão/ocupação territorial.

Em relação à extração gomífera, cujo auge ocorre entre as décadas de 1890 e 1910, período em que foi intensificada a colonização nas margens da Estrada de Ferro de Bragança, a Zona Bragantina assume o papel de abastecedora dessa atividade, sendo Bragança um grande tributário dos produtos consumidos nos seringais.

Se as atividades comerciais na Amazônia estavam integradas por canais comerciais, e se foi a Bragantina um núcleo subsidiário de parte dessas atividades (LIMA, 1986), então participou, em grande parte, desse abastecimento, o campesinato que se constituiu na região dos campos de Bragança.

Ao se mostrar desinteressante para o capital a produção de alimentos para o abastecimento interno, o capitalista desvia seus esforços para as atividades destinadas ao mercado externo de produtos de alta demanda, ou atividades destinadas ao abastecimento cujos resultados se mostrem suficientemente atrativos ao capital. Mesmo assim a produção para o consumo interno não desaparece completamente, assumindo o camponês um papel de destaque no abastecimento, cuja sensibilidade aos mercados, como demonstrou o sofisticado estudo de Costa (2000), orienta suas estratégias de produção.

¹⁹ Para melhor compreensão da dinâmica das “monções” ver Sérgio Buarque de Holanda (1945).

Nesses termos, Fonseca (2004) justifica sua mudança de foco para a análise da pequena produção regional na medida em que, através dela, seja possível perceber a integração do território.

A produção para abastecimento interno, que desde o século XVII já contava com repertório legislativo a fim de evitar surtos de fome, obrigando os senhores da *plantation* a introduzirem em suas propriedades as culturas da mandioca, milho, arroz e feijão para o próprio sustento, era realizada também, de acordo com Fonseca, por “indivíduos pouco capitalizados, [...] impossibilitados de ter acesso à grande produção para exportação” (FONSECA, 2004, p. 46-47).

Assim como afirmou Lima (1986) a respeito da interferência positiva do “boom da borracha” para o desenvolvimento da Zona Bragantina, também no estudo de Fonseca (2004) se percebe esta influência, haja vista o comércio intrarregional se rearticular em busca de áreas especializadas na produção de gêneros, estimulando o mercado e toda uma cadeia de abastecimento.

No contexto da “economia extrativa”, a produção de alimentos destinada ao mercado de Belém foi estudada por Lima (1986). Tomando a Bragantina como núcleo subsidiário de Belém para a produção de alimentos, a autora realizou um ensaio estatístico a respeito desta produção. Segundo a autora, “é como ‘tirar leite das pedras’ procurar identificar, por termos estatísticos, a produção de alimentos para o consumo interno do Pará” (LIMA, 1986, p. 142). Mais difícil ainda é identificar tais números num contexto mais localizado como se pretendeu fazer neste estudo, enfatize-se, no estudo que ora é apresentado, não o de Lima (1986)²⁰.

De acordo com a autora, o período de 1850-1920 revela uma dinâmica agrícola diversificada em função da “borracha” patrocinar o abastecimento regional. A atividade econômica de extração gomífera, na verdade oferecia a conjuntura para que se promovesse o abastecimento. Como já foi discutido acima, as condições estruturais preexistentes são capazes de orientar as trajetórias camponesas na fronteira (COSTA, 2000). Como o ponto máximo da atividade de extração gomífera se deu entre 1890 e 1910, segundo Fonseca (2004), toda a rede de aviamento e infraestrutura de transportes que lhe dava sustentação ofereceu as condições suficientes para que os camponeses de Bragança colocassem seus produtos no mercado.

²⁰ É conveniente lembrar o comentário de Vergolino (1975) a respeito da riqueza de dados quantitativos que deram subsídio para suas análises. No entanto, o trabalho do autor está referido à Amazônia de uma maneira geral. O trabalho ora apresentado, assim como o de Lima (1986), toma como referência espacial a Zona Bragantina, mais especificamente a Comarca de Bragança.

A carestia e o desabastecimento ocorridos no auge do extrativismo gomífero, por exemplo, não se dão em função simples do desvio da mão-de-obra. Pelo que se pode interpretar, esta mão-de-obra é desviada em virtude de nas atividades extrativas ser possível maior acumulação, elemento primordial de interesse do capitalista, mas, por outro lado, não é apenas a atividade extrativa que se coloca como receptora de força de trabalho. Uma série de atividades acessórias precisou dar sustentação ao extrativismo gomífero e foi também nelas que o campesinato encontrou espaço para sua reprodução social.

Um questionamento importante (e especificamente válido para este estudo) realizado por Lima (1986) é qual a relação entre a produção de borracha, que supostamente atraiu a mão-de-obra dos imigrantes na Amazônia, e a decadência da lavoura. De acordo com suas análises não foi possível correlacionar aumento de produção em um e queda de produção em outro, “no caso, o de que a produção e fabrico da borracha para exportação constitui-se num verdadeiro desastre para a economia paraense” (LIMA, 1986, p. 172). Assim, o teste da autora está relacionado ao nível de eficácia das zonas subsidiárias, uma delas a Bragantina, como fonte de subsistência de Belém.

Para efeitos de periodização de suas ponderações, a autora separa dois momentos da história: o primeiro referente à colonização estrangeira e o segundo a partir da suspensão da colonização via este expediente. No primeiro ela recorre à interpretação corrente a respeito do insucesso da implantação da atividade agrícola. Já na segunda fase, “muito dificilmente, pelo menos até 1920 (período final das investigações da autora) poderíamos falar em decadência da Zona Bragantina” (LIMA, 1986, p. 251).

Fonseca (2004) recorre ao elemento cultural para explicar as situações de desabastecimento e carestia: a população imigrante que ocupava os novos seringais vinha de uma sociedade agropecuária, não habituada ao consumo da tartaruga, do peixe-boi e de seus derivados. O nordestino estava mais habituado à rapadura, à carne seca, guardando em comum com o amazônida o consumo da farinha, que ainda assim são diferentes nas duas regiões.

Assim como supôs posteriormente Conceição (1990), Lima (1986) também atribui a localização de fora da zona de influência dos seringais como determinante para o desenvolvimento do agrário na Bragantina (ou no mínimo uma condição extremamente favorável). Dessa maneira a região poderia desenvolver uma função agrícola sem que fosse negativamente influenciada pela atividade gomífera. Pelo contrário, antes “o ‘boom’ gomífero agiu como fator de colonização” (LIMA, 1986, p. 219). E aqui está a unidade com o pensamento de Fonseca (2004), como exposto acima.

Se levado em conta que no último período do auge da extração gomífera (nas décadas de 1910 e 1920) foi a Estrada de Ferro de Bragança também vítima de surto econômico, dando seus primeiros e únicos resultados lucrativos, deve-se reconhecer a contribuição do campesinato que se constituiu na Zona Bragantina. A região produz alimentos para consumo próprio e, ao mesmo tempo, realiza parte da produção no mercado para o abastecimento de Belém e dos seringais. Não foram encontrados dados que permitissem uma análise localizada da produção camponesa para este abastecimento (entre os anos de 1850 e 1920), no entanto, os poucos relatos existentes nos documentos oficiais possibilitam realizar um ensaio sobre a dinâmica desse abastecimento.

c) Da Fronteira Bragantina

Ao tentar explicar a Bragantina também lançando mão da abordagem de fronteira e a partir de uma trajetória histórica, coloca-se uma eterna discussão como dificuldade: como estabelecer datas, marcos, fatos que sejam determinantes das representações que se colocam sob observação? Tal dificuldade é, para Hegenberg (1969), uma “atitude negativista” decorrente de um “ceticismo injustificado”, onde o historiador se vê obrigado a buscar, indefinidamente, causas explicativas para um dado fenômeno. Resolvida esta primeira dificuldade, o problema da escolha é que entra em discussão, ou seja, quais das condições necessárias para a ocorrência de um evento serão consideradas as mais importantes. Embora a seleção não deixe de carregar determinados elementos subjetivos em relação ao pesquisador, os casos para os quais se disponham de um modo de “medir” suas variações se atribui maior importância (HEGENBERG, 1969). Outra questão que em nada acrescenta no presente trabalho: é a história um processo que ocorre em ciclos ou é, ela, um processo linear onde os ciclos têm seu lugar? E depois dessa, mais outra, e novamente de forma indefinida o pesquisador se vê às voltas com causas explicativas para determinado fenômeno.

Independente disto é no campo dos fenômenos históricos que se observam os fatos, estes sim, tendo seu lugar no tempo e no espaço e representativos para os marcos estabelecidos pelo observador.

Assim, ao optar por tomar a história como um processo cíclico, abordagem a qual lança mão a História Econômica (HICKS, 1972), seria possível explicar a Bragantina a partir dos seus *ciclos* (de fronteira, de expansão, econômico), desenvolvendo séries estatísticas que demonstrassem o caráter cíclico dos processos históricos da fronteira. Integrada a partir de séries homogêneas, a explicação para os ciclos tornam-se esquemas quantitativos em busca

dos elementos que se repetem, dos fatores mais lembrados, mais importantes, que carregam, portanto, a função explicativa do fenômeno.

Os séculos XVII e XVIII, estando sob o signo de “frente de expansão” (MARTINS, 1997), representam um primeiro ciclo de ocupação (empiricamente válido como uma possível “datação histórica”), caracterizado pelos dispersos núcleos de povoamento, constituídos por um lado através de mecanismos de repressão da força de trabalho, e por outro, a partir da resistência a estes mecanismos. Por esse caminho, depois do sistema produtivo baseado nas sesmarias e na força de trabalho compulsória, período em que os bons resultados econômicos fornecidos pela Amazônia à Coroa Portuguesa foram creditados à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, sucedeu-se um período de “depressão e crise” cuja “fragmentação” dessa ocupação dificultava o abastecimento dos núcleos.

Uma série de movimentos de resistência ao trabalho compulsório, cuja representação máxima se dá pela Cabanagem, foi responsável pelo novo ciclo, representado pela “decadência”, pela “crise”, pela “desorganização”, cuja responsabilidade recaía paradoxalmente na “desordem” objetivada pela organização dos trabalhadores. Ainda assim, no século XIX, quando tem início o ciclo da borracha, geralmente caracterizado como período de “tempos áureos”, de “prosperidade”, os mecanismos de repressão da força de trabalho estavam presentes e as resistências a esses mecanismos e uma série de outros fatores novamente expandiram a “fronteira demográfica”. A baixa dos preços da borracha no mercado mundial frente à concorrência que se fazia com a produção asiática é a fase que novamente se coloca sob as representações de “decadência”, “desorganização”, “crise”, cujas transformações profundas que ocorreram nas décadas posteriores, interpretadas inclusive como “problemas da colonização” (CONCEIÇÃO, 1990; LIMA, 1986; PENTEADO, 1967), resultaram numa trajetória contraditória para o campesinato no Pará, evidenciada pela sua relativa estabilização através da complexificação dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2005; 1999; COSTA, 2000).

Importantes transformações ocorreram na Bragantina desde o século XVII, cujas séries estatísticas contribuiriam para ilustrar tais transformações. Por outro lado, “quando recuamos no tempo, os números se tornam tão imprecisos (e) [...] À medida que retrocedemos, verificamos que os aspectos econômicos da vida se distinguem menos de outros aspectos do que hoje em dia” (HICKS, 1972, p. 9). Isto implica observar a fronteira por outro prisma, optando por considerar a história como um processo linear, onde são estabelecidos períodos e sobre eles são feitas observações. De acordo com Martins (1997, p.

158-159), tais períodos são representados pelos “tempos históricos da fronteira”, sendo nos limites desses tempos históricos que se observam as transformações na fronteira.

Atentando para os fenômenos que tornam objetivas novas transformações na Amazônia, inclusive na Bragantina, as colônias de povoamento para o desenvolvimento da produção para o abastecimento interno e a exportação, e a construção da Estrada de Ferro de Bragança, representam importantes elementos que proporcionam novamente uma série de transformações na região (CONCEIÇÃO, 1990; PENTEADO, 1967; VALVERDE; DIAS, 1967; ÉGLER, 1961; CRUZ, 1955). São, portanto, os limites dos eventos que correspondem aos “tempos históricos da fronteira”.

O intervalo da série de transformações aqui observadas enfatiza o período de funcionamento da Estrada de Ferro de Bragança, período em que é consolidada a ocupação, isto é, o avanço da “frente de expansão”, onde estão os camponeses inseridos “diversamente” na história (MARTINS, 1997).

Segundo Conceição (1990, p. 28), a estrada de ferro é um “instrumento de desbravação e ocupação”. De acordo com Valverde e Dias (1967), a ferrovia operou como um fator de colonização e, para Cruz (1955, p. 96), “foi a locomotiva, atravessando a estrada de Bragança, que levou a colonização e o progresso a essa zona agrícola e industrial do Estado.” Esta “herança do tempo da borracha” (PENTEADO, 1967), de fato, provocou significativas transformações na Bragantina (observadas aqui no período de 1880 até 1960) e pretendia dar novo impulso para a ocupação do território criando uma socioeconomia produtora de gêneros para o abastecimento paraense: um “celeiro” para a capital.

Então, no processo histórico de desenvolvimento da fronteira Bragantina, segundo os autores, a partir dos fenômenos que ocorreram no último quartil do século XIX pode ser estabelecido um marco para análise que explica sua consolidação como fronteira, pois nesse período toda uma rede de abastecimento foi objetivada com as colônias produtoras e a estrada de ferro, elementos relevantes para entender as contradições inerentes à constituição do campesinato na fronteira Bragantina.

Ainda em relação à fronteira, o trabalho de João Pacheco de Oliveira Filho (1979) faz uma reflexão a respeito dos limites das interpretações em termos de ciclo, de onde emergem as discussões dos temas ali quase sempre omitidos, cuja fronteira se coloca como uma base analítica para os fenômenos históricos. Para o autor, no seringal, observado enquanto fronteira, no “tempo histórico” (MARTINS, 1997) do “seringal caboclo” (OLIVEIRA FILHO, 1979), a relativa situação de abastecimento ocorria em função das lavouras de subsistência, pois tendo como “unidade produtiva” não o produtor isolado mas

toda a família, seus membros contribuem para o esforço de trabalho total da unidade, empreendendo outras atividades extrativas e cultivos de subsistência. Já no “tempo histórico” do “seringal de apogeu”, a situação de abastecimento vai depender cada vez mais da importação de gêneros, pois as transformações porque passaram as relações socioeconômicas, com a crescente inserção do produto do trabalho do seringal na economia mundial, exigiram maior concentração da força de trabalho na extração e fabricação da borracha.

Segundo Oliveira Filho (1979), as colônias para a produção agrícola, especialmente as da Bragantina, tinham a função de “aliviar” as pressões provocadas pela alta dos preços dos gêneros alimentícios. É, portanto, no “tempo histórico” do “seringal de apogeu” que são empreendidas tais iniciativas.

Com isso, observa-se que, de fato, se na fronteira os processos ocorrem não fixados a um período, mas se desdobram ao longo do tempo e num determinado contexto de disputas, este debate da teoria da história não acrescenta relevância ao trabalho de investigar as transformações no sistema produtivo da Bragantina e suas implicações para o abastecimento do Pará. Aos leitores que consideram a história como um movimento cíclico, identificarão os lugares e os “tempos”²¹ dos camponeses na história do ciclo de expansão da Bragantina. Àqueles que consideram a história como um processo linear não se pode negar terem, os núcleos de resistência, as colônias e os empreendimentos capitalistas, engendrado uma série de novas possibilidades para o desenvolvimento da Bragantina, relevantes para a compreensão de sua história.

Ponderadas as questões de Hicks (1972), Hegenberg (1969), Oliveira Filho (1979) e Martins (1997), e sem estabelecer marcos *a priori*, a designação “fronteira” resolve as questões e põe um significado mais abrangente e evidente para abordar as transformações na Bragantina e as expressões de suas contradições. Primeiro porque denota melhor o sentido de expansão e é carregada de um significado contextual. Segundo porque também a esta designação corresponde um “campo associativo”²² que sugere uma idéia de espaço onde se materializam relações sociais conflitantes.

Aqui, particularmente, observam-se as relações complementares entre o campo e a cidade, sendo o campo não um lugar isolado com características opostas à cidade, mas “o espaço de vida das populações que residem nas áreas de habitat disperso – que o IBGE define como rurais” (SOARES; ALBUQUERQUE; WANDERLEY, 2009, p. 20), onde se constituiu e vem se reproduzindo os grupos camponeses. Esta compreensão assume uma posição crítica

²¹ Em referência a Martins (1997): o tempo histórico e o tempo cronológico são grandezas distintas entre si

²² Para uma breve discussão sobre “campos associativos” ver Freire (1977, p. 19-24)

em relação aos planejadores e atores políticos, que historicamente desenvolveram interpretações e ações para o campo como um lugar a se reproduzir conforme a cidade, tentando levar ao campo a “modernidade” característica dos centros urbanos.

A fronteira é, então, uma designação contextual, uma base analítica, uma proposição teórica de investigação e interpretação do papel do campesinato e sua contribuição para o abastecimento da Amazônia, a partir da análise etnográfica dos grupos de camponeses que estão situados na região dos campos alagados de Bragança.

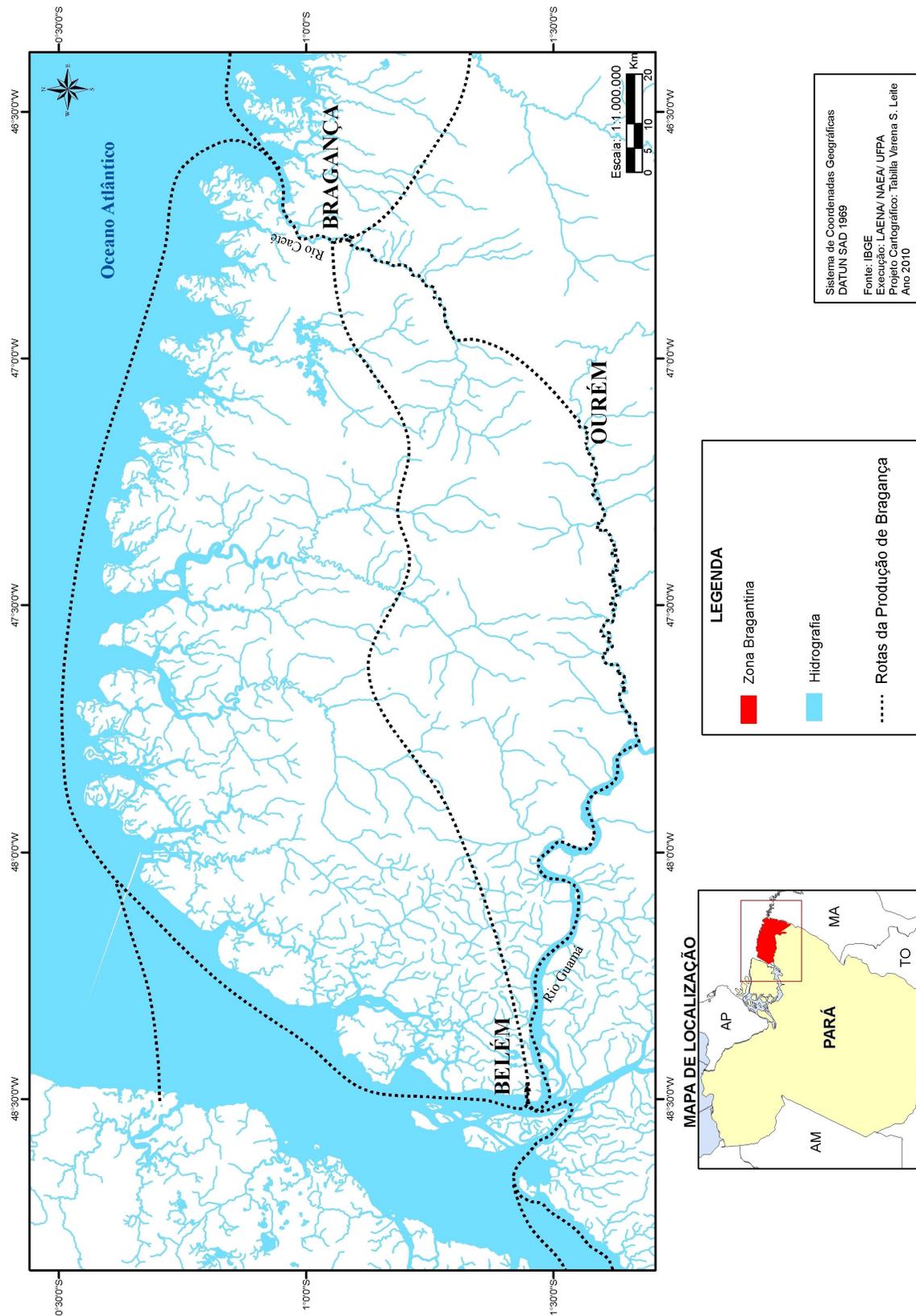
4 PRODUÇÃO CAMPONESA E ABASTECIMENTO NA BRAGANTINA

Neste capítulo é realizado um esforço de análise dos documentos oficiais que relatam as ações do governo do Pará, no período entre 1840 e 1920, buscando-se dados referentes à contribuição do agrário de Bragança para a questão do abastecimento. Posteriormente são analisadas as dinâmicas da participação do campesinato bragantino para o abastecimento do Pará, tomando como referencial os dados da produção e estrutura agrária de Bragança, disponíveis nos Censos entre os anos de 1920 e 1960. Em que pese o “nível técnico” alcançado pelos camponeses na Zona Bragantina e da sua associação à ação de degradação ambiental (PENTEADO, 1967; VALVERDE; DIAS, 1967), a produção camponesa realizada na região dos campos de Bragança contribuiu com gêneros alimentícios diversos e também produtos para a agroindústria. Compõe o quadro de análise, em relação ao período de 1920-1960, o arroz, o milho, a mandioca, o algodão, a cana-de-açúcar, a malva e alguns comentários a respeito dos produtos do extrativismo florestal e animal.

Apresenta-se um ensaio sobre a dinâmica de abastecimento em Bragança e os elementos constitutivos da estrutura correspondente, e uma análise da produção e estrutura agrária camponesas para o abastecimento. Buscou-se recolocar o camponês em relação às interpretações que a ele atribuem a responsabilidade pelos efeitos provocados pela atividade capitalista no meio natural. Todavia, tal recolocação atribui ao camponês a responsabilidade pela situação de abastecimento, ainda que insuficiente não menos significativa.

4.1 CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO EM BRAGANÇA

A vila de Sousa do Caeté, fundada no século XVII, por Álvaro de Sousa, donatário da Capitania do Gurupi, tornou-se um importante entreposto econômico do Pará. Na segunda metade do século XVIII, estava o Pará sob a administração de Francisco Xavier Mendonça Furtado quando novas ações para a promoção da ocupação daquela vila foram desenvolvidas, sendo ela rebatizada com o nome de Bragança em 1753 (ARAÚJO, 2003). Neste período, por conta das disputas territoriais que colocaram o índio sob a condição de cidadão português e também em função da criação da empresa monopolista Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, tem início a comercialização de escravos negros no Pará, e no porto de Bragança esses trabalhadores eram legalmente comercializados, ou contrabandeados do Maranhão (COUTO, 2003; ARAÚJO, 2003; CASTRO, 2006).



Mapa 1. Esquema das rotas comerciais e da produção de Bragança.

A partir dos efeitos provocados pelas ações da Companhia Geral de Comércio, foram se consolidando os núcleos coloniais produtores de mercadorias para exportação. No entanto, o abastecimento desses núcleos, em que pese as importações suprirem grande parte dos gêneros de que necessitava a elite local, também era realizado tendo como fonte supridora atividades agrárias localizadas. Como já pontuado anteriormente, o governo imperial dispunha de uma legislação específica que previa a realização de atividades para o abastecimento interno dos núcleos.

No século XIX, portanto, no território entre o oceano Atlântico e as cabeceiras do rio Guamá, e entre os rios Pirabas e Gurupi, já havia núcleos de povoamento que contribuíam para o abastecimento da praça de Bragança, e de lá partiam outras rotas comerciais para abastecer a capital e vários seringais no interior da Amazônia (Mapa 1). A população da comarca de Bragança, no ano de 1840, era de 9.782 pessoas (PARÁ, 1840). Na saída de Bragança, nas duas primeiras léguas, até um sítio denominado Santo Antônio, já existiam habitações em 1849 (PARÁ, 1849). Este sítio ficava no caminho que conectava Bragança à Ourém, passando pela localidade do Tentugal. Naquele ano, a população da comarca era contabilizada em 11.838 pessoas, das quais 9.072 eram livres e 2.766 eram escravas (PARÁ, 1849). Para o ano seguinte, a população da comarca computava 14.705 indivíduos, dos quais 3.135 eram escravos (PARÁ, 1851).

Em 1872, na comarca de Bragança existiam 15.104 habitantes e cerca de 44% dessa população (6.662 pessoas) trabalhava na lavoura. No município de Bragança²³, do qual faziam parte as freguesias das paróquias de Nossa Senhora do Rosário de Bragança e de Nossa Senhora de *Nazareth* de *Quatipurú*, havia 10.979 habitantes, dos quais 5.153 trabalhavam na lavoura, sendo que 438 pessoas trabalhavam compulsoriamente. A *Parochia* de Nossa Senhora do Rosário de Bragança contava com um contingente de 9.235 pessoas, a maior parte trabalhando na lavoura (4.769 pessoas). Os trabalhadores escravos eram no total 359 indivíduos, destes 157 trabalhavam na lavoura, 90 não tinham profissões definidas, 78 trabalhavam em serviços domésticos, os demais trabalhando em atividades com metais, madeiras, construções, vestuários e calçados. Localizados na *Parochia* de Nossa Senhora de *Nazareth* de *Quatipurú* estavam 1.744 indivíduos, dos quais 384 trabalhavam na lavoura. Entre escravos e escravas eram contados 79 indivíduos. Destes, 48 trabalhavam na lavoura, 4 nos serviços domésticos e 17 não tinham profissões definidas. Na *Parochia* de Nossa Senhora de *Nazareth* de *Vizeu*, que correspondia também ao município de *Vizeu*, eram computadas

²³ De acordo com os dados do recenseamento do Brasil em 1872, pois o município de Bragança era composto pelas freguesias de Bragança e Quatipuru (RECENSEAMENTO, 1872b).

4.125 pessoas, com 1.509 trabalhando na lavoura. Dos 217 escravos, 146 trabalhavam na lavoura, 51 não tinham profissões definidas, 11 trabalhavam nos serviços domésticos e 9 eram costureiras (RECENSEAMENTO, 1872a; RECENSEAMENTO, 1872b).

Em dez anos (1840-1850) a população efetiva da comarca tinha aumentado em cerca de 50%, sendo que até 1849 esse acréscimo foi de 21%, e de 1849 para 1850 esse crescimento foi de cerca de 24%. No período entre 1850 e 1872, registrou-se um pequeno acréscimo de aproximadamente 3%, e com base no primeiro ano para o qual se apresentou dados da população, em trinta e dois anos a população sofreu um aumento de cerca de 54%.

Tabela 1. Evolução da população da comarca de Bragança 1840-1872.

| População | Ano | | | |
|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------------|
| | 1840 | 1849 | 1850 | 1872 |
| Total | 9.782 | 11.838 | 14.705 | 15.104 |
| Livre | - | 9.072 | 11.570 | 14.449 |
| Escrava | - | 2.766 | 3.135 | 655 |
| População | Variação | | | |
| | 1840-1849 | 1849-1850 | 1850-1872 | 1840-1872 ¹ |
| Total | 21% | 24% | 3% | 54% |
| Livre | - | 28% | 25% | 59% |
| Escrava | - | 13% | -79% | -76% |

Fontes: Pará (1840); Pará (1849); Pará (1851); Recenseamento (1872a)

¹ Para a população livre e escrava, relação entre 1849-1872

Ultrapassa os objetivos deste trabalho analisar de maneira mais detida a dinâmica populacional ou os limites das pesquisas realizadas, cabendo apenas registrar os dados, conforme comentado acima. No entanto, como são frequentes as afirmativas a respeito da “falta de braços” na lavoura, também acompanhadas da diminuição do contingente escravo, como pode ser observado pelos números acima expostos, dois fenômenos podem explicar a desaceleração do crescimento da população da comarca de Bragança no período de 1850-1872: o deslocamento de trabalhadores para a extração da goma elástica e as fugas dos escravos. Um terceiro fenômeno pode ser representado pelas doenças que grassavam parte da população, embora alguns documentos se refiram à Bragança como lugar de boa condição sanitária e de higiene. Esta condição, no entanto, não significa que o lugar fosse livre das moléstias.

O desejo de liberdade e de independência, como observou o Dr. Couto de Magalhães (1864), levava os moradores das vilas a buscar sua subsistência como forma de resistência aos mandos e desmandos dos agentes públicos opressores, cujas relações dessa população eram

complementadas pelos contatos com os “regatões”, a partir daí contribuindo para o abastecimento dos centros urbanos com seus produtos. É evidente que o Dr. Couto de Magalhães faz referência majoritária aos povos do interior da Amazônia. No entanto, pelas cercanias de Bragança, muitos povos também subsistiam dos produtos da lavoura, da floresta, dos rios e do mar. Para ele, o grande problema da ausência de produtos para o abastecimento paraense não se podia representar pela “preguiça” da população, mas pela falta de capitais, em função de priorizar-se o fomento para que os grandes fazendeiros pudessem empreender lavouras de produtos para a exportação. Numa comparação com as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o Dr. Couto de Magalhães pondera a respeito do incentivo que devia ser dado aos pequenos produtores, para que estes se dedicassem à lavoura, produzindo os gêneros necessários ao abastecimento interno, enquanto aos grandes fazendeiros seriam reservados os incentivos para a grande produção de exportação. A partir da busca pela liberdade, os núcleos dessa resistência, constituídos tanto pelas forças de trabalho negra e indígena quanto pela dos imigrantes, serviram como a base camponesa na qual posteriormente se assentaram as atividades que abasteciam os núcleos urbanos da Bragantina e também os seringais da Amazônia.

Se uma parte dos trabalhadores e dos capitais havia se deslocado das lavouras para a extração da goma elástica em função das maiores possibilidades de acumulação, não foi diferente na Bragantina. Ainda que estivesse fora da zona direta de ocorrência da exploração gomífera, seus capitais e trabalhadores não estavam desatentos à crescente participação do produto nas relações comerciais e das somas conseguidas com a atividade extrativa. Se por um lado parte do capital e dos trabalhadores se deslocou para os seringais, lá fundamentando sua existência e reprodução, por outro lado, um considerável contingente de trabalhadores continuava a se reproduzir a partir das atividades agrícolas.

O Pará principiava a entrar numa fase de plena expansão da atividade gomífera e constantemente os presidentes da província relatavam a condição de “decadência” por que passava a lavoura. Conforme a afirmação de Fonseca (2004), o auge da extração implicou numa situação de desabastecimento, significando isto que os capitais então existentes e a força de trabalho que estes controlavam se voltaram para a extração da borracha, abandonando as atividades agrícolas. Entretanto, não implica no completo desaparecimento da agricultura. De fato, os produtos originados das atividades de extração (goma elástica, cacau e castanha) somavam os maiores montantes na balança de exportação do Pará, mas para que estes chegassem até os portos, um grande contingente de trabalhadores era necessário

para a realização das atividades, dependentes dos alimentos produzidos na província, em parte pelos braços livres de núcleos camponeses que haviam se constituído.

As transformações ocorridas no seringal, conforme demonstrou Oliveira Filho (1979), contribuíram ainda mais para o agravamento da situação de desabastecimento. Tais transformações foram alvo de constantes reclamos dos administradores paraenses, cujo aumento da pressão sobre os seringais provocava o abandono das lavouras e conseqüentemente a diminuição, e até mesmo extinção da participação dos produtos agrícolas nas exportações do Pará, sendo cada vez mais necessário promover o abastecimento pelo expediente da importação de gêneros. Por outro lado, a agricultura continuava a se desenvolver em Bragança e seus arredores.

Na iminência da abolição total da escravidão, o Pará principia a introduzir colonos estrangeiros na Bragantina, que iriam ocupar parte do território da estrada de Bragança. Ainda que antes de 1875, quando é instalada a colônia de Benevides, alguns núcleos tivessem sido instalados, é só a partir daquele ano que é empreendida, de maneira mais efetiva, a colonização pelo expediente da imigração estrangeira. Fundamentou ainda este empreendimento o desejo de construção da ferrovia que ligou os dois extremos, e entre eles foram instaladas as colônias de povoamento para a produção agrícola, cuja ferrovia seria o elemento dinamizador das relações entre os núcleos e Belém.

Quando em 1894, aquele expediente de colonização colocou espanhóis no núcleo de Benjamin Constant, localizado entre os vales dos rios Tijoca e Urumajó, cabendo aos administradores do núcleo a instalação de engenhos e engenhocas para a fabricação de aguardente e açúcar (PENTEADO, 1967; CRUZ, 1955), por aquele território já existiam núcleos com casas, igrejas, escolas e pequeno comércio (BAENA, 1885). Observe-se que a base camponesa de Bragança vai ser constituída por um grande contingente de trabalhadores livres que já existia nos arredores do município, do qual também vieram fazer parte os colonos do núcleo de Benjamin Constant. No final do ano de 1887, 264 filhos libertos de escravos eram conhecidos em Bragança em 1888, lá estavam matriculados 255 escravos, dos 10.535 ainda existentes e matriculados no Pará. Contudo, já havia decorrido quase duas décadas desde o primeiro dispositivo legal que possibilitava a libertação de trabalhadores negros, e para um município que já havia contabilizado entre 23% e 21% desses trabalhadores como parte da população (nos anos de 1849 e 1850, respectivamente), é de se reconhecer que um número não pequeno de trabalhadores poderia ter se “refugiado” em outros lugares, ou mesmo relativamente próximos de Bragança, conforme as suposições de Castro (2006).

De acordo com a política de colonização, aqueles imigrantes espanhóis recebiam auxílio do governo durante os primeiros anos, depois passando a viver de seus proventos. A partir de 1900 o núcleo de Benjamin Constant passou a receber nordestinos, pois muitos dos colonos espanhóis já haviam deixado seus lotes após acumular pequeno capital, indo buscar outros trabalhos, pois, segundo Penteado (1967, p. 165), “muitos nada sabiam de agricultura”. A política de contenção de gastos de Augusto Montenegro, que em 1902 emancipou todas as colônias existentes até então, provocou novo deslocamento de colonos espanhóis para Bragança, que lá foram desenvolver atividades no comércio e agricultura (PENTEADO, 1967).

O campesinato que se constituiu na região a partir dos nordestinos que migraram para a zona da estrada de Bragança, dos trabalhadores que retornaram dos seringais e dos escravos que fugiram das fazendas da região, produzia os gêneros alimentícios demandados pelo mercado de trabalho regional, fomentado tanto pelo Estado, através das obras públicas nas colônias e fortificações militares, quanto pelo capital privado, em atividades extrativistas, nas indústrias e nas casas de comércio.

Das relações objetivas entre as condições e formas de trabalho dos camponeses, foi possível distinguir os três grupos os quais chama atenção Hurtienne (2005; 1999) para as representações do campesinato na Amazônia brasileira: os extrativistas tradicionais, que também praticavam uma agricultura itinerante, os produtores agrícolas que chegaram à Zona Bragantina pelo expediente da colonização (séculos XIX e XX), praticantes de uma agricultura de pousio, e o “campesinato mais novo”, caracterizado pela complexificação dos sistemas de cultivo e pela relativa estabilização na fronteira.

Do primeiro grupo, observou-se que estavam presentes desde os tempos pré-coloniais, ainda existentes no final do século XIX quando instalada a colônia de Benjamin Constant. Segundo Penteado (1967, p. 165), os espanhóis da colônia muitas vezes revendiam parte de suas rações para os “paraenses isolados e perdidos pela mata e que lá já estavam, quando da abertura do núcleo”²⁴. Considerados como integrantes deste grupo, os pescadores tradicionais, praticantes do extrativismo animal, complementam suas atividades e necessidades com as trocas que realizam com os agricultores praticantes da agricultura de pousio. Em relação a estes, em maior número e com atividades mais diversificadas, predominam as atividades agropecuárias, complementadas pelo extrativismo animal e vegetal.

²⁴ Pelo mesmo documento de Manoel Baena (1885) acima referido, nas localidades de *Imborahy* e *Arumajó*, que distavam do centro de Bragança 27 e 16 quilômetros, respectivamente, na direção leste, já se localizavam alguns núcleos populacionais com casas de telha, igrejas, escolas e comércio, o que fundamenta e qualifica a afirmação de Penteado (1967).

São representantes, portanto, do segundo grupo de camponeses e de onde também derivam as características para o terceiro grupo.

É bastante tênue a fronteira de distinção entre os grupos, neste caso melhor representado por um gradiente de atividades onde levam a termo suas relações. Nesse sentido, o gradiente vai das atividades extrativas às atividades agropecuárias, sempre complementadas conforme os grupos se colocam nesse gradiente: as atividades adquirem maior ou menor importância na predominância de um determinado conjunto de atividades inscrito no ambiente natural em que se relacionam, situadas também em relação ao “tempo histórico” e às possibilidades criadas pelo mercado e pelo Estado.

4.2 DINÂMICA DO ABASTECIMENTO

O território que no final do século XIX compreendia a comarca de Bragança, cuja sede era a própria cidade de Bragança, oferece uma noção da dimensão da contribuição do campesinato constituído naquele espaço, fundamental para o abastecimento do Pará nos anos anteriores e subsequentes.

Embora o presente trabalho procure dar conta da Zona Bragantina de forma ampla, aqui serão enfatizados os aspectos referentes ao núcleo polarizado por Bragança²⁵. Justifica-se o enfoque com os termos do documento organizado por Manoel Baena (1885), que versam sobre a comarca de Bragança:

Comarca geral, declarada de 1.^a entrância pelos decretos *ns.* 687 de 26 de julho de 1850 e 5023 de 24 de julho de 1872. Consta de três municípios, Bragança, *Vizeu* e *Quatipurú*; de três *freguezias*, N. S. do *Rosario* de Bragança, fundada em 1753, N. S. de *Nazareth* de *Quatipurú*, criada por lei de 26 de outubro de 1868, e N. S. de *Nazareth* de *Vizeu*, fundada em 1758. Tem por limites ao Norte o oceano, ao Sul a comarca do Guamá, a Este a *provincia* do Maranhão, e a Oeste a comarca de Cintra, com a qual extrema pelo rio Pirabas.

A cidade de Bragança, *séde* da comarca, está situada na margem esquerda do rio Caeté, *n'uma planície* com um ligeiro declive para esse rio, na *distancia* de 16 *kilometros* do oceano, e a 166 *kilometros* e 500 metros da capital (*). É uma das *principaes* cidades da *provincia* pela sua população, lavoura e riqueza do *sólo*. Compõe-se de 4 praças, 10 ruas e 10 travessas, cortando-se em *angulos rectos*, sem calçamento; casas de construção regular, sendo 12 de sobrado; 3 igrejas – São Benedito, N. S. do *Rosario* e S. João, 2 *typhografias*, 2 *periodicos* – o **Defensor Liberal** e o **Bragantino**, 2 padarias, 2 açougues, *collectorias* de rendas *gereas* e *provinciaes*, *agencia* do correio,

²⁵ Na subseção 1.2 desta dissertação é relatada de forma breve a cronologia da colonização estrangeira na Zona Bragantina a partir da construção da Estrada de Ferro de Bragança. Para maiores detalhes sobre a colonização da zona da estrada de ferro, ver os trabalhos clássicos de Ernesto Cruz (1955) e Antônio Rocha Penteadó (1967).

paço da *camara* municipal, em construção, *officinas* de alfaiates, sapateiros, marceneiros e ferreiros, 4 escolas publicas, 3 do sexo masculino, com 197 *alumnos*, e 1 do feminino com 80 *alumnas*, cadeia e quartel do destacamento, 1 estabelecimento de estudos *secundario* denominado – **Atheneu Bragantino**, 1 *collegio* particular – **Santa Rita**, com 26 *alumnas*, 1 escola *nocturna* a expensas da *camara*, ponte no *littoral*, *illuminação* a *kerozene*, 85 estabelecimentos *commerciais*, alguns de certa importância. *Ha* no *municipio* engenhos de *canna de assucar*, olarias e fazendas de criação de gado *vaccum* e *cavallar*. *Comunicação* com a *provincia* do Maranhão e com a capital pelos vapores da companhia costeira, subvencionada pelo governo geral. O *commercio* de cabotagem por pequenos barcos, tanto *d’este municipio* como do de *Vizeu*, *offerece tambem* transporte para a capital. *Comunica-se* com a comarca do Guamá por uma estrada *accidentada*, de *maos* caminhos até á *villa* de *Ourem*, a 66 *kilometros* e 600 metros, atravessando as povoações do Almoço e Tentugal; de *Ourem* segue outra estrada para o porto da Serraria, 11 *kilometros* abaixo da *villa*, lugar até onde chegam os vapores que navegam entre *aquelle* ponto e a capital. Tem mais *tres* estradas de rodagem, uma da cidade para o alto *Quatipurú*, com 27 *kilometros* de extensão por caminhos planos, cortados de regatos de *agua* potável, outra para os campos denominados – **de cima**, com 16 *kilometros*, e outra para os campos – **de baixo**, com 11 *kilometros*. Agricultura muito animada: seu principal *genero* de *industria* e *commercio* é a farinha e o tabaco, e *immediato* arroz, feijão, milho, araruta, ovos, aves, cumarú, peixe *secco*, que exporta para o mercado da capital.

(*) Este *signal* indica *distancia* em linha *recta*, tomada de um quadro *organizado* pelo engenheiro civil Ignacio Baptista Moura, de acordo com a carta geral do *Imperio*, levantada por uma comissão de engenheiros presidida pelo marechal Beaurrepaire Rohan. (BAENA, 1885, p. 3-4)

Os termos do documento não só justificam a ênfase em Bragança como se constitui numa rica descrição da dinâmica das relações socioeconômicas cotidianas travadas no campo e na cidade, no final do século XIX. Três aspectos se destacam no texto acima reproduzido: as descrições que fornece a respeito da população e socioeconomia; as estradas, que de Bragança seguia para Ourém, e especialmente as que ligavam Bragança ao alto Quatipuru, aos “campos de cima” e aos “campos de baixo”; e as referências a respeito dos gêneros agroindustriais. Tais aspectos ainda explicam a escolha de Tracuateua como lócus de observação, uma vez que as estradas dos “campos” cruzam seu território.

Muitos trabalhadores das fazendas da região, ao cuidar do gado dos fazendeiros tanto a eles requeriam, quanto deles adquiriam pequenas porções de terra, onde se reproduziam. Estes trabalhadores poderiam, de forma livre, trabalhar nas suas lavouras enquanto forneciam serviços para os fazendeiros da região. Na medida em que trabalhavam para estes fazendeiros, empreendiam suas lavouras para poder auferir renda que sustentasse a construção de seu

patrimônio, geralmente objetivado pela aquisição de gado ou pela parte²⁶ que lhes cabiam nos tratos com o gado do “patrão”.

É importante frisar que ainda que a terra fosse apropriada a partir de um expediente privado (a compra), não significava que a terra se transfigurasse em mercadoria. Muitas vezes tal expediente poderia funcionar como mecanismo de repressão da força de trabalho. Se de imediato o camponês não dispunha de dinheiro para pagar pela terra, este pagamento ficava vinculado à produção realizada na sua lavoura, parte da qual deveria ser entregue ao fazendeiro para saldar a dívida. Para tanto, em grande medida, contribuía a produção de tabaco. Da mesma maneira poderia funcionar com o expediente da requisição: doando a terra para o camponês, o fazendeiro fundamentava relações que acabavam por criar uma *sensação* de dívida, a qual era amortizada pelo camponês com os produtos da sua lavoura, com trabalhos diretos na construção de cercas, corte de lenha, conservação e abertura de estradas, trabalhos na construção civil e reparos na casa ou em edificações da fazenda, e pela obediência devida ao seu compadre ou patrão. Contudo, o camponês gozava de alguma medida de autonomia e liberdade para empreender sua lavra²⁷.

Um dos principais itens dessa lavoura, e que tinha forte vinculação com a renda que era utilizada para internalizar os fatores não produzidos internamente, era o tabaco. Esta cultura já era amplamente desenvolvida, especialmente por se aproveitar da associação com a criação de gado, cujo esterco era utilizado para a fertilização dos currais onde posteriormente era plantado o tabaco. Este, especificamente, seguia diversos destinos, desde o consumo interno, inclusive com trocas entre os moradores até a venda para compradores do Maranhão e fazendeiros e comerciantes, que forneciam fumo para os seringais da Amazônia e para as fábricas de cigarro situadas em Belém²⁸(ver Mapa 1).

Os dados estatísticos a respeito da produção de gêneros para o abastecimento, especialmente quando considerados contextos localizados, necessitam de investigações em fontes mais detalhadas, pois nos documentos históricos aos quais foi possível acesso, são rarefeitos. Até mesmo os administradores do Pará fazem queixas em seus relatórios acerca da ausência desses dados. Contudo, observando esses documentos, buscou-se desagregar os dados disponíveis referentes à produção em Bragança.

²⁶ Uma das formas de pagamento utilizada pelos fazendeiros consistia em repassar ao trabalhador a quinta parte da reprodução das vacas: para cada 4 animais nascidos vivos de um mesmo rebanho, um animal era repassado ao trabalhador. Celso Furtado (2007) teceu comentários gerais a respeito desta forma de remuneração do trabalho, a partir do que Silva (1982, p. 29) atribuiu a este tipo de relação o conceito de “partilha”, indutor da autonomia camponesa que dinamiza a fronteira.

²⁷ Para melhor compreensão dos mecanismos de repressão da força de trabalho camponesa, ver Neves; Silva (2008), especialmente sobre colonato e morada, ver Neves (2008).

²⁸ Para uma discussão a respeito da indústria fumageira na Amazônia ver Veiga (1994).

Naqueles documentos históricos, o primeiro relato encontrado sobre a produção de Bragança data de 1859, porém limitado aos gêneros lá produzidos, isto é, o gado e gêneros diversos. Advertia ainda que tão logo fossem concluídos os trabalhos de abertura de uma estrada por terra, os gêneros e víveres ali produzidos poderiam abastecer a praça de Belém (PARÁ, 1859). De maneira mais detalhada, em 1862, o então presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentou dados de produção e exportação de Bragança, e para o ano de 1863, enumerou uma grande diversidade de culturas (PARÁ, 1862; 1863), algumas delas desenvolvidas pelos camponeses em Bragança, conforme pode ser extraído das entrevistas realizadas para o presente trabalho. Outros relatos de produção surgem no relatório de Couto de Magalhães (1864) e uma nova alusão à produção foi encontrada no relatório de Abel Graça, de 1871. Ainda assim, a referência se limita aos gêneros que colocam em destaque as localidades onde eram produzidos, mas sem as respectivas quantidades exportadas.

São escassos ainda os dados locais, da movimentação proporcionada pela Companhia de Navegação Costeira do Maranhão, que realizava o transporte de passageiros e fretes de mercadorias, conectando os portos do Maranhão com o de Belém, antes passando pelos portos situados nesse trajeto, entre estes os de Bragança e *Vizeu*. Os relatos a respeito dos serviços prestados por esta companhia estão referidos à satisfação com que realiza o transporte, respeitando o que lhe determinava o contrato, mas não fazem maiores esclarecimentos sobre as mercadorias transportadas e que abasteciam Bragança ou que daí abasteciam a praça de Belém, limitando-se a fornecer, no máximo, a quantidade de passageiros, ou até mesmo os valores arrecadados ou pagos em subvenção, sempre em relação ao Pará.

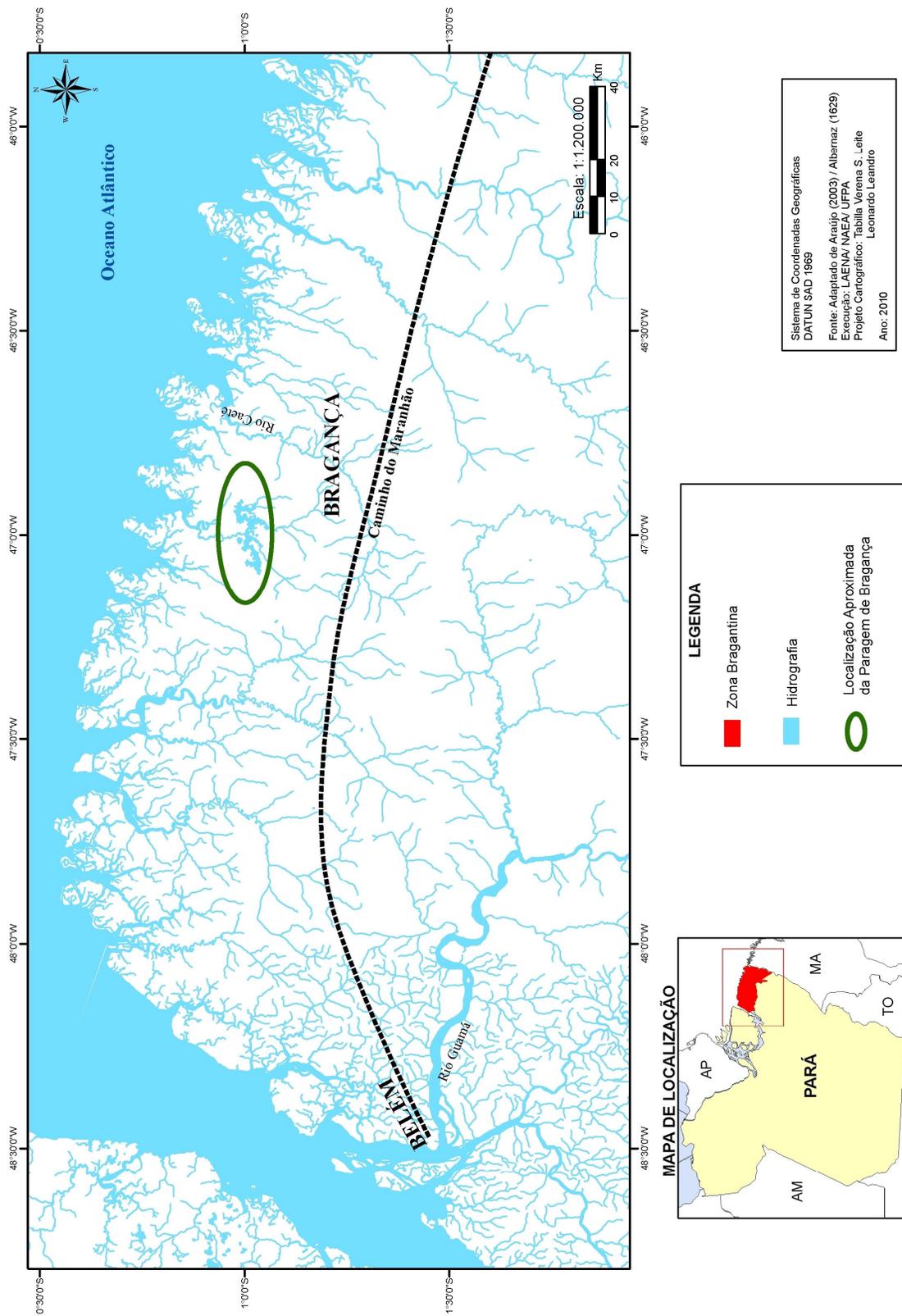
No relatório do Dr. João Maria de Moraes, da relação dos gêneros diversos importados da província do Maranhão em 1855 constam 30 bois em pé, transportados pelo bergantim Recife; 800 galinhas, 100 paneiros de farinha, 1 caixão e duas barricas com diversos medicamentos, transportados pelo vapor Imperador; 110 bois em pé e 470 galinhas transportados pela escuna Laura; e 26 bois em pé e 950 paneiros de farinha pelo iate Patriota. Importados da província do Ceará foram 8 bois em pé, 9 grajaus com 39 arrobas e 29 libras e com 170 mantas²⁹, 215 galinhas, 218 sacos com farinha, 10 carneiros, 21 ovelhas com 16 cordeirinhos, 2 caixões, 3 sacos e um embrulho com diversos medicamentos transportados pelo vapor Imperador; e 450 galinhas, 100 sacos de farinha, 44 carneiros e ovelhas, 8 pacotes com 41 arrobas e 6 libras de carne seca, transportados pelo patacho Emma (PARÁ, 1855).

²⁹ Nos dicionários da língua portuguesa, um dos significados para manta está referido a pedaços de carnes.

De acordo com o Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, no ano de 1862 existiam 33 engenhos de beneficiamento de cana-de-açúcar, que produziram 92 frisqueiras de aguardente, uma olaria que fabricou seis milheiros de tijolos e telhas e uma fábrica de cal que produziu 400 alqueires do produto. Existiam ainda seis fazendas de criação de gado, que totalizavam 3.136 cabeças. A lista dos principais itens produzidos e exportados naquele ano é composta pelos seguintes: 450 alqueires de arroz; 1.306 arrobas de algodão em pluma; 22 arrobas de breu; 818 arrobas de café; 8 arrobas de *cumarú*; 12.238 alqueires de farinha; 3.164 alqueires de feijão; 97 arrobas de grude de peixe; 221 mãos de milho; 23 arrobas de tabaco; e 144 frascos de óleo de copaíba (PARÁ, 1862). No ano de 1863, da farinha, do arroz, do feijão, do milho e do açúcar consumidos na capital boa parte foi fornecida pelas comarcas e distritos da Bragantina. Bragança enviou à capital 7.369 alqueires de farinha, 1.357 alqueires de feijão e 1.428 mãos de milho (MAGALHÃES, 1864). Por outro lado, da carne lá consumida nada foi fornecido por Bragança, pois esta apenas se prestava ao abastecimento local. Em relação ao ano de 1871, Bragança se destaca pela produção de feijão, criação de aves domésticas e mandioca para fabricação de farinha, e numa escala mais reduzida, o café e as frutas (PARÁ, 1871).

Lima (1986) forneceu evidências de como eram realizadas algumas atividades que abasteciam o Pará. Como bem demonstrou Fonseca (2004), a Amazônia não estava isolada por completo do resto do país, concorrendo para seu abastecimento diversos movimentos. Conforme Lima (1986), parte do gado que abastecia a praça de Belém vinha do Piauí e do Maranhão, afirmando ser pelo Caminho do Maranhão que as boiadas transitavam³⁰, e em função do longo caminho que percorriam os “boiadeiros” escolhiam determinadas “paragens” com pastos naturais para que o gado recuperasse parte do peso perdido na viagem. De acordo com Araújo (2003), Bragança era uma das “paragens” do Caminho do Maranhão. Em sua região dos campos, muito parecida com os campos do Marajó, existem pastos naturais que se prolongam até o território do atual município de Santarém Novo (BASTOS; SANTOS, 2008). Não é conclusivo supor que alguns desses “boiadeiros”, no século XIX, levando em conta as terras ainda desocupadas no trajeto que faziam, escolhessem ficar pelo Pará, mas tal possibilidade também não é afastada.

³⁰ Já em 1854 estava em curso a abertura da comunicação por terra entre Bragança e Belém, cujo plano previa prolongá-la até a comarca de Caxias, no Maranhão. Por esta estrada a capital poderia ser abastecida de gado para consumo vindo daquela comarca (PARÁ, 1854).



Mapa 2. Esquema que indica, grosso modo, o Caminho do Maranhão, com a linha tracejada, e a “paragem” de Bragança, com a elipse.

Também pelo Caminho do Maranhão chegaram cearenses, paraibanos, maranhenses, piauienses, potiguares e pernambucanos, em busca de trabalho, fugindo das secas que assolavam a população nordestina. Os cearenses, em particular, vieram para a Amazônia também em função da colonização oficial, como demonstrou a tese de doutoramento de Franciane Gama Lacerda (2006). Ainda por ele, além da tradicional navegação marítima que trazia os imigrantes do Nordeste, chegaram à Amazônia boa parte dos trabalhadores dos seringais. É muito provável que, retornando dos seringais, esses trabalhadores tenham conseguido adquirir ou mesmo ocupar lotes, enquanto realizavam algum serviço para os patrões, ou mesmo trabalhando na ínfima extração da borracha em Bragança e Quatipuru. Relatava Dionísio Bentes, em 1925, que muitos trabalhadores nordestinos, dos seringais e dos castanhais, tinham sido localizados nas margens da ferrovia, embora uma parte desses trabalhadores já houvesse retornado para o Nordeste (PARÁ, 1925).

A falta de carne bovina e as dificuldades em transportá-la da Ilha do Marajó para Belém faziam com que os presidentes da província buscassem tal recurso em outras províncias, pois em Bragança a pecuária bovina era desenvolvida em pequena escala. Destacava-se, contudo, a produção de mandioca e a fabricação da farinha, que junto com a que vinha do Maranhão, abastecia as demais municipalidades do Pará. É relevante ainda o abastecimento promovido por Bragança no que diz respeito ao arroz, o milho, o feijão e as galinhas, além de produzir café, algodão, tabaco, cana-de-açúcar e uma “boa quantidade de gado *vaccum*, não tendo havido *rapido augmento n’esta industria* por falta de pastos livres de inundação” (PARÁ, 1875, p. 76). Para a capital eram transportados pelos vapores da companhia de navegação e para as localidades mais próximas seguiam em canoas ou pelas estradas.

De fato, muitos gêneros antes produzidos para a exportação estavam escasseando nos mercados da capital. No entanto isto não refletia as condições dos locais onde se desenvolviam as produções agrícolas. Conforme chamaram atenção diversos autores, por se situar fora da zona dos seringais, as atividades predominantes em Bragança estavam ligadas à lavoura e eram das lavouras da Zona Bragantina os poucos produtos que podiam ser encontrados nos mercados de Belém, além daqueles importados. Um esquema das rotas de abastecimento é demonstrado pelo Mapa 1 (página 60).

Inferese dos termos do documento de Manoel Baena (1885), que a indústria canavieira, a mineração (a atividade de fabricar telhas e tijolos necessariamente implica na extração de argila), o funcionalismo público e o comércio eram abastecidos pelas lavouras da região, cuja classe mais abastada provia-se dos gêneros mais sofisticados em Belém ou até

mesmo em Bragança, onde algumas “casas de comércio importantes” poderiam realizar, através da navegação de cabotagem, transações com as praças do Maranhão, do Ceará e até mesmo de Pernambuco.

O relevante, aqui, é reconhecer qualitativamente quais produtos a população camponesa da Zona Bragantina, especialmente a população no entorno de Bragança, forneceu para o abastecimento da população paraense. Tal grupo social, em larga medida constituída por “poliprodutores” (MOTTA; ZARTH, 2008) integrados de diversas formas aos jogos do mercado, conforme as transformações econômicas ocorriam, eram capazes de adaptar sua base produtiva, reorientando suas produções para atender as necessidades internas, ao mesmo tempo, abastecendo os canais comerciais a partir da conjugação dos fatores produtivos e recursos naturais que acessavam. Se por um lado a ausência de capitais no agrário de Bragança era interpretada como uma ausência de processos “modernos”, e que colocavam a lavoura sob uma condição “decadente”, por outro a “modernização” da produção camponesa ocorria em função de uma reorientação das técnicas de aproveitamento dos recursos naturais para a manutenção do abastecimento de matérias primas para a agroindústria e para o abastecimento dos centros urbanos com alimentos.

Dessa maneira, as lavouras que antes eram empreendidas para a exportação foram constantemente reclamadas enquanto “decadentes”, “esquecidas”, “em estado deplorável”, pois a reorientação da reprodução do capital transferiu recursos para a extração gomífera. Se as grandes lavouras de exportação utilizavam a força de trabalho compulsória, no início do auge gomífero (1890), esta força de trabalho não mais era utilizada nas lavouras, cujos núcleos já existentes, e os nascentes, produziam os gêneros necessários para o abastecimento, complementado pelas importações. A “decadência”, portanto, está referida à reorientação da aplicação do capital e não especificamente ao abandono da produção de gêneros alimentícios, esta desenvolvida pelos grupos camponeses que haviam se constituído na região da estrada de Bragança.

4.3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA EM BRAGANÇA (1920-1960)

Na ausência de dados que permitissem uma análise quantitativa mais sofisticada da produção no período correspondente ao crescimento e apogeu da atividade gomífera (1850-1920), foi empreendido, alternativamente, esse ensaio como elemento de interpretação. Como indicativo da participação camponesa para o abastecimento do Pará, considerou-se uma

análise da produção agrícola e da estrutura agrária de Bragança, no período entre 1920 e 1960, período que corresponde à maior parte da história da Estrada de Ferro de Bragança.

a) Da produção

Observando a dinâmica produtiva de alguns itens de grande importância, tanto para os camponeses como para os centros urbanos consumidores, a partir da base de dados acima referida (Censos de 1920, 1940 e 1960)³¹, analisou-se a produção de arroz, milho, mandioca, algodão, cana-de-açúcar, fumo e malva, em Bragança, conforme as tabelas a seguir.

Tabela 2. Número de estabelecimentos produtores e respectiva produção, por ano, de arroz, milho e mandioca, em Bragança.

| Ano | Nº de Estabelecimentos Rurais | | | | | | |
|------|-------------------------------|---|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Total | Dedicados às culturas de plantas alimentícias | | | | | |
| | | Arroz | | Milho | | Mandioca | |
| | | Nº de estabel. | Produção (t) | Nº de estabel. | Produção (t) | Nº de estabel. | Produção (t) |
| 1920 | 3.184 | 2.135 | 3.417,6 | 2.294 | 5.302,5 | 2.948 | 34.137,2 |
| 1940 | 4.264 | 3.354 | 3.108,0 | 3.951 | 2.946,0 | 3.836 | 44.750,0 |
| 1960 | 7.031 | 4.660 | 7.304,0 | 5.671 | 4.401,0 | 6.852 | 103.548,0 |

Fonte: Censos 1920, 1940, 1960.

Se por um lado os dados por si não fornecem explicações para as relações entre a variação do número de estabelecimentos rurais produtores dessas culturas e a produção efetiva, a produção per capita (SAWYER, 1979) pode oferecer indicativos de como a produção de Bragança era dotada de relevância para o abastecimento do mercado consumidor.

A produção por estabelecimentos demonstra uma tendência de queda, excetuando-se a produção de mandioca, e explicações pela “perda de fertilidade” do solo (PENTEADO, 1967) não se mostram satisfatórias, uma vez que até 1960 muitas áreas de mata ainda estavam disponíveis para a “agricultura de pousio” (BOSERUP, 1987). Por essa perspectiva, portanto, uma explicação baseada na “perda da fertilidade”, onde a fertilidade do solo ainda era obtida pela derrubada e queima da floresta e através dos resíduos orgânicos da pecuária, não se mostra convincente. Também não é satisfatória a explicação do autor baseada no “baixo nível técnico” alcançado pelos agricultores.

Relacionada a quantidade produzida com o número de habitantes, ou seja, a produção per capita, observa-se uma tendência de crescimento para os produtos, apenas o

³¹ Embora nesse ínterim também tenha sido realizado um Censo em 1950, optou-se pelos anos de 1920, 1940 e 1960 por integrarem de maneira mais homogênea (a cada vinte anos) os dados analisados.

milho apresentando flutuação com tendência de queda. De qualquer maneira, é possível inferir que a produção poderia ser suficiente para abastecer parte da população com esses produtos. Considerando que nos cálculos para o cômputo dessa produção estão incluídos apenas os “excedentes”, a contribuição camponesa revela-se ainda mais significativa.

Em que pese a produção de milho por estabelecimento ter caído quase pela metade e, em termos relativos, diminuído cerca de três vezes (2,3t/estabelecimento em 1920 para 0,8t/estabelecimento em 1960), a produção de arroz, empreendida por 66% dos estabelecimentos em 1960 (4.660 estabelecimentos) gerou um quantitativo de 106,5kg/pessoa, demonstrando-se supostamente suficiente para o consumo anual da unidade de produção e ainda para o abastecimento do mercado. Apresentando-se de maneira relativamente estável a relação entre o número total de estabelecimentos e o número de estabelecimentos produtores de arroz no período em análise (67% em 1920 e 66% em 1960), o quantitativo da produção per capita tem um aumento significativo da ordem de 39% (77kg/pessoa em 1920 e 106,5kg/pessoa em 1960) e a produção total chega a variar positivamente em 113% (3.417,6t em 1920 e 7.304t em 1960).

O mesmo ocorre com a mandioca. Produzida pela maioria dos estabelecimentos, com uma produção per capita de 767kg em 1920 e 928kg em 1940, demonstra uma tendência de estabilidade em relação à quantidade produzida por estabelecimentos, girando em torno das 11 toneladas nos dois períodos. Já em 1960, a mandioca era produzida por quase a totalidade dos estabelecimentos (97%), praticamente dobrando a produção per capita em relação a 1920 (97%), aumentando também a produção média por estabelecimentos (15t/estabelecimentos).

Como analisou Sawyer (1979), o desenvolvimento da indústria em Belém e a ampliação das ligações rodoviárias nas décadas de 1950 e 1960, proporcionaram novas condições para a produção agrícola, tanto no que se refere à produção de alimentos como na produção de matérias primas para a indústria. As flutuações ocorridas no abastecimento de algumas matérias primas utilizadas na agroindústria apontam as trajetórias de reorientação da produção camponesa para o atendimento das demandas do mercado. A análise da tabela seguinte relaciona alguns dados para esclarecer a afirmativa.

Tabela 3. Número de estabelecimentos produtores e respectiva produção, por ano, de algodão em caroço, cana-de-açúcar, fumo e malva em Bragança.

| Ano | Nº Total de Estabelecimentos Rurais | | | | | | | | |
|-------------------|-------------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|--------------|----------------|--------------------|-------|
| | Total | Dedicados às culturas de plantas industriais | | | | | | | |
| | | Algodão (em caroço) | | Cana-de-açúcar | | Fumo | | Malva ² | |
| | Nº de estabel. | Produção (T) | Nº de estabel. | Produção (T) | Nº de estabel. | Produção (T) | Nº de estabel. | Produção (T) | |
| 1920 | 3.184 | 1.516 | 385 | 67 | 4.306 | 2.738 | 663 | - | - |
| 1940 ¹ | 4.264 | 1.885 | 1.101 | 296 | 2.424 | 1.376 | 317 | - | - |
| 1960 | 7.031 | - | 146 | - | 78 | - | 2.449 | - | 2.679 |

Fonte: Censos 1920, 1940, 1960.

¹ Dos estabelecimentos dedicados à produção de cana-de-açúcar, só 22 transformaram 1.055 toneladas em 382 hectolitros de aguardente, 5 toneladas de açúcar e 28 toneladas de rapadura. Em relação aos estabelecimentos produtores de fumo, 228 produziram 13 toneladas de fumo em corda.

² A cultura da malva não aparece nos dados dos Censos de 1920 e 1940, mas é importante no conjunto da análise desse tipo de produção.

Consideradas as categorias de plantas industriais é possível ter idéia de como os camponeses foram capazes de reorientar sua produção. Tomadas como referência as culturas do algodão, da cana-de-açúcar, do fumo (tabaco) e da malva, obtém-se melhores indícios explicativos que relativizam o argumento de “baixo nível técnico”, possibilitando uma explicação mais satisfatória para a relativa diminuição da produção de alimentos no ano de 1940, haja vista ser nesse período em que as plantas industriais são produzidas em maior quantidade, excetuando-se o fumo. Observe-se que tais produtos aparecem com a designação de plantas industriais nos Censos de 1920 e 1940, porém sem os dados referentes ao número de estabelecimentos produtores para o ano de 1960, neste aparecendo pela primeira vez os dados de produção da malva.

Muito importante nas primeiras décadas do século XX, em função dos engenhos e engenhocas que existiam tanto na colônia Benjamim Constant quanto em Tracuateua, Bragança e Capanema, a produção de cana-de-açúcar, conforme os dados em análise, tem seu pico em 1920 (4.306t). Embora o número de estabelecimentos produtores tenha aumentado em 1940, tal fato não se traduziu em aumento da produção, pelo contrário, deixaram de ser produzidas 1.882 toneladas do produto, representando uma diminuição de 44% em relação ao período anterior (2.424t em 1940), caindo de maneira intensa em 1960 (78t).

Uma vez que a cana-de-açúcar é um tipo de cultura essencialmente extensiva e que exige bastante do solo, é possível deduzir que a produção de 2.679 toneladas de malva em 1960 não só demonstra uma resposta natural do meio biofísico e das condições agroecológicas de uso do solo, como evidencia a sensibilidade camponesa à demanda de mercado criada pelas indústrias que beneficiavam a fibra, além da reorientação das técnicas para o

aproveitamento dos recursos naturais. Por outro lado, a ausência de dados referentes aos períodos anteriores dificulta uma análise mais profunda.

Com o algodão ocorre uma dinâmica semelhante a da cana-de-açúcar, sendo que no caso a variação positiva da produção de algodão entre 1920-1940 (186%) é cerca de oito vezes maior que a variação do número de estabelecimentos produtores (24%), enquanto para a cana-de-açúcar a dinâmica é inversamente proporcional. No entanto o algodão apresenta a mesma trajetória de redução na relação entre todo o período. Cabe lembrar que como em Bragança não havia indústria para o beneficiamento do algodão, é provável que toda produção fosse exportada para ser beneficiada em Belém.

No que concerne ao fumo, tal dinâmica apresenta uma trajetória contraditória. Quando a Estação Experimental para a Cultura do Fumo em Tracuateua iniciou seus trabalhos na década de 1920, era de se esperar que no período seguinte se apresentassem números mais significativos. A produção de 1920, que ainda não contava com o apoio governamental, desenvolvida empiricamente como ocorria nos anos anteriores, conseguiu ser duas vezes maior (663t) que a produção apoiada pela Estação (330t em 1940). Depois de quase duas décadas de trabalhos em Tracuateua, os resultados do “Campo de Sementes”, criado para a promoção específica da atividade fumageira, não resultou numa produção expressiva de tabaco, ao contrário, foi o período que menos se produziu.

Por outro lado, as atividades de extração da goma elástica já haviam decaído desde a década de 1920, deixando de absorver parte daquela produção. Neste ano de 1920, a lavoura fumageira de Bragança foi a segunda maior produtora do Pará (663t), atrás de São Domingos da Boa Vista (856t). Nos períodos seguintes (1940-1960), o posto de maior produtor é alcançado pelo município de Irituia (482t e 3.058t respectivamente), mantendo-se Bragança com sua importante posição de produtora dessa cultura em relação ao estado (2.449t em 1960). Para Veiga (1994), ao não serem desfeitas as ligações entre a atividade manufatureira do fumo, em desenvolvimento em Belém na década de 1940, e o capital comercial, foram limitadas as possibilidades de constituição de um sistema agro-industrial no Pará, mesmo com o apoio da Estação Experimental para a Cultura do Fumo em Tracuateua. Para tanto concorreram a não existência de um mercado consumidor fora de Belém, o crescimento industrial concentrado no Rio de Janeiro e em São Paulo e o truste anglo-americano, que venceu a disputa pelo mercado brasileiro.

É necessário ainda abrir um parêntese para oferecer maiores explicações a respeito do aparente fracasso da Estação Experimental no referido período. Esta instituição, criada pelo Decreto 15.886, de 15 de dezembro de 1922, (BRASIL, 1928) inicialmente era vinculada

ao Ministério da Agricultura. Pelo Decreto 20.063, de dois de junho de 1931, juntamente com outras instituições agrárias federais (Patronato Agrícola Manoel Barata, as Estações de Monta de Cachoeira e Soure e o Serviço de Vigilância) passou a ser administrada pelo estado do Pará. Integrou a estrutura do Instituto Agrônômico no Norte, desde sua criação em 1939, que na década de 1960 passou a se chamar Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), incorporado, posteriormente, pela atual Embrapa Amazônia Oriental. Seu objetivo principal era a produção de sementes e mudas de fumo, para distribuí-las aos agricultores. No entanto, também eram experimentadas culturas de plantas leguminosas, gramíneas, frutíferas, essências florestais.

Dessa maneira, nos canteiros eram experimentadas as culturas de capim, milho, café, mandioca, algodão, feijão, arroz, diversas frutas nativas e exóticas, pecuária bovina, suína e de aves, e até bicho da seda. Na Tabela 4 são relacionadas as plantas e sementes distribuídas aos produtores da Bragantina em 1928. Naquele ano, as sementes de tabaco de diversas variedades em experimentação foram enviadas para diversos produtores, inclusive para fora da Zona Bragantina, como no caso para a Diretoria de Fomento Agrícola, do *Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio*, no Rio de Janeiro (18,4Kg).

No extremo polarizado por Bragança, predominou a distribuição de sementes de feijão e tabaco, mas também foram distribuídas mudas de frutíferas exóticas e nativas, como as mudas de manga espada, abacate e cupuaçu. Na parte central, apenas o município de Igarapé-Açu obteve sementes e mudas, nenhuma delas de tabaco, enquanto coube a Belém a recepção de maior diversidade daquelas plantas e sementes distribuídas. A grande variedade de tabaco evidencia a cultura que mais era experimentada na estação e que fundamentou sua criação. Por outro lado, é de se destacar as demais espécies em experimentação, haja vista que sem contabilizar as diferentes variedades de tabaco, algodão e feijão, foram vinte as espécies de mudas e sementes distribuídas, naquele ano.

Tabela 4. Relação de plantas e sementes distribuídas pela Estação Experimental para a Cultura do Fumo aos agricultores da Zona Bragantina no ano de 1928.

| Espécies | Quantidade | Destinatários ¹ | |
|----------------------------|-------------------|--|-----------------------------------|
| Tabaco Americano | 12g | Cônsul da Alemanha – Belém – Pará | |
| Tabaco Saracá | 12g | | |
| Tabaco Havana C | 12g | | |
| Tabaco Virginia B | 12g | | |
| Manga espada | 25 mudas | Francisco Coelho – Tracuateua | |
| Abacate | 25 mudas | | |
| <i>Cupú-Assú</i> | 12 mudas | | |
| Tabaco Saracá | 50g | Dr. Virgilio Mendonça – Belém | |
| Tabaco Virginia | 50g | | |
| Tabaco Y. Pryor | 50g | | |
| Tabaco Americano | 50g | | |
| Tabaco Saracá | 50g | Directoria Patronato Manoel Barata – Outeiro | |
| Tabaco Dourado | 50g | | |
| Tabaco Americano | 50g | | |
| Tabaco Gold-Leaf | 50g | | |
| Tabaco Y. Pryor | 50g | | |
| Tabaco A Especial | 50g | | |
| Tabaco Havana | 50g | | |
| Tabaco Virginia B | 50g | | |
| Tabaco S. Gonçalves | 50g | | |
| Tabaco Sumatra | 50g | | |
| Gergelim | 100g | Antônio Lisboa – Tracuateua | |
| Feijão preto | 500g | | |
| <i>Cannas Flôr de Cuba</i> | 6 <i>cannas</i> | Raimundo M. Martins – <i>Igarapé-Assú</i> | |
| Algodão “Days Pedrigreed” | 1 <i>kilo</i> | Manoel A. dos Santos – <i>Igarapé-Assú</i> | |
| <i>Cacáo</i> | 10 mudas | Coronel Childerico Fernandes – <i>Tauary</i> | |
| Algodão “Days Pedrigreed” | | F. de Sementes Augusto Montenegro – | |
| Algodão “Silve-Mine” | | <i>Igarapé-Assú</i> | |
| Tangerina | 10 mudas | Galdino G. Lins – Pará – Belém | |
| Beribá | 8 mudas | | |
| <i>Canella</i> | 4 mudas | | |
| Grumichama | 10 mudas | | |
| Manga espada | 10 mudas | | |
| Abacate | 10 mudas | | |
| <i>Cupú-Assú</i> | 10 mudas | | |
| Feijão preto | 500g | Estevam Lima – Tracuateua | |
| Feijão preto | 500g | Raimundo Soeiro – Tracuateua | |
| Feijão preto | 1.000g | Francisco Ferreira – Tracuateua | |
| Feijão branco | 500g | Manoel Gonçalves – Tracuateua | |
| Feijão preto | 2.000g | Pedro B. Siqueira – Tracuateua | |
| Feijão preto | 1.000g | Guilherme Moraes – Tracuateua | |
| Feijão branco | 1.000g | | |
| Feijão preto | 500g | Martinho José Cavalcante – Tracuateua | |
| Laranja Lima | 2 mudas | Dr. Benedito Nogueira – Pará – Belém | |
| Tangerina | 1 muda | | |
| Limão verde | 1 muda | | |
| <i>Cupú-Assú</i> | 2 mudas | | |
| Abricó | 2 mudas | | |
| Sapotilha | 2 mudas | | |
| Ata | 2 mudas | | |
| Beribá | 2 mudas | | |
| <i>Cacáo</i> | 2 mudas | | |
| Maracujá | 2 mudas | | |
| Abio | 3 mudas | | |
| Tabaco Virginia | 50g | | Dr. Virgilio Mendonça – Peixe Boi |
| Tabaco Americano | 50g | | |
| Tabaco Americano | 1.000g | Benedito Corrêa da Costa – Quatipuru | |

Fonte: Brasil (1929, p. 200).

¹ Excluíram-se os destinatários em localidades externas à Zona Bragantina.

Retornando à análise das culturas de plantas industriais, como já pontuado, a ausência de dados referentes à produção da malva implica numa análise superficial. No entanto, esse produto, utilizado em associação com a juta na produção industrial têxtil, era de crescimento espontâneo nas áreas antropizadas da Bragançina, conforme demonstrado por Égler (1961); Valverde e Dias (1967); Penteado (1967).

Égler (1961) explica que as oscilações e tendência de queda do preço do tabaco ocasionaram o abandono da cultura, levando os camponeses ao aproveitamento da malva. Neste caso, os dados referentes à produção de fumo deveriam demonstrar uma continuidade da tendência de queda, ou pelo menos um crescimento menos acentuado, entre os períodos de 1940 e 1960, quando o que ocorre é exatamente o contrário. A produção de fumo e a produção da malva foram culturas concorrentes para a objetivação camponesa em Bragança em 1960, a primeira por se tratar de uma cultura tradicionalmente desenvolvida e a outra como a possibilidade que engendrou uma reorientação das técnicas para o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

Os dados não permitem uma análise consistente da produção florestal (madeira, borracha, mel de abelhas), nem os que estão disponíveis colocam Bragança em posição de destaque em relação a esse tipo de produção. Especialmente nos dados de 1940, desses três produtos, apenas a borracha faz parte do quadro de produtos recenseados, ainda assim em Bragança não foi registrada esta produção, o mesmo acontecendo no Censo de 1960. Neste ano foram registradas as produções de mel de abelhas, com um quantitativo de 20 litros, produzidos por apenas um estabelecimento, ocorrendo o mesmo com a produção de lenha, cujo único estabelecimento produziu 40 metros cúbicos. Os três produtos compõem o quadro apenas em 1920. Ainda em 1920 dois estabelecimentos produziam borracha, com um quantitativo de duas toneladas, 23 estabelecimentos realizaram 7.030\$000 em madeira e 106 estabelecimentos produziram 289 litros de mel. A madeira e a produção de lenha ainda foram muito importantes em função de sua utilização nas olarias, padarias, ferrarias, marcenarias, na construção civil, e até mesmo como combustível nas residências e na movimentação das locomotivas da Estrada de Ferro de Bragança.

b) Da estrutura agrária

Em virtude das adaptações ocorridas ao longo dos anos, os quesitos de cada Censo variam bastante, com avanços e retrocessos que dificultam uma análise padronizada, o que exige muita atenção na interpretação dos dados. Na sequência foram montados quadros

demonstrativos, relacionando variáveis tais como número de estabelecimentos rurais, área total dos estabelecimentos, e número de estabelecimentos por extrato de área, população por situação de domicílio e pessoal ocupado no campo.

Os dados do Censo de 1920 não fornecem, como nos de 1940 e 1960, o tamanho da área utilizada como pastos, no entanto as áreas incluídas no processo produtivo variam para mais, entre estes períodos (1940-1960), a uma taxa de 20%, sendo que de toda área utilizada como pasto em 1960, 9.769ha são de pastos naturais. Em 1940 a área dos pastos (8.519ha) inclui os pastos artificiais, sendo que para este ano não existe designação específica de tal categoria. Descontando a taxa de variação entre os períodos da área de pastos artificiais em 1960 (473ha), chega-se à conclusão que estas, em 1940, poderiam corresponder a 393ha. Dessa maneira, os pastos artificiais correspondiam a pouco mais que 4% de todo pasto utilizado pelos animais. Levando em consideração apenas as áreas de pasto, a densidade demográfica dos animais é de pouco mais de um animal (1,6/ha) por hectare de pasto em 1940, aumentando essa relação para pouco mais de dois animais (2,3/ha) em 1960. Por outro lado, observa-se uma diminuição, em termos absolutos, no número de animais entre 1920-1940, o que dá margem à suposição de que as áreas de pastos artificiais poderiam ser ainda inferiores.

Em relação a área de matas dos estabelecimentos recenseados em 1920, que corresponde a 70% (77.234ha) de toda área recenseada (111.565ha), tal proporção diminui para 12,5% (19.038ha de matas para 152.019ha de área recenseada) no ano de 1960. Tal transformação evidencia a crescente e expressiva taxa de desmatamento ocorrida na Zona Bragantina na primeira metade do século XX. Nos dados referentes àquele ano, entre as áreas de mata, provavelmente os 2.227ha considerados como matas reflorestadas, poderiam ser de capoeiras com idades variadas, podendo chegar até 40 anos. Por outro lado entre os 18.811ha de áreas de matas naturais, alguns destes hectares poderiam corresponder a matas secundárias já bastante densas. Pode ser concluído, portanto, que até a década de 1960 os agricultores utilizavam técnicas agrícolas baseadas no pousio florestal (BOSERUP, 1987). De fato, vê-se como a supressão da floresta se deu em função do sistema agrícola, mas, por outro lado, essa supressão foi acelerada pelas atividades dos engenhos de cana-de-açúcar, que utilizavam máquinas à vapor, das olarias, das padarias, das ferrarias e da Estrada de Ferro de Bragança.

Tabela 5. Número de estabelecimentos rurais, área total dos estabelecimentos, formas de utilização e número de animais em Bragança, por ano.

| Ano | Número de estabelecimentos rurais | Área | | | | Número de animais* |
|-------------------|-----------------------------------|----------------------------|---------------------|----------|-----------|--------------------|
| | | Total dos estabelecimentos | Explorada/cultivada | De matas | De pastos | |
| 1920 | 3.184 | 111.565 | 8.952 | 77.243 | - | 24.117 |
| 1940 ¹ | 4.264 | 106.171 | 40.128 | 20.662 | 8.519 | 13.857 |
| 1960 ² | 7.031 | 152.019 | 29.011 | 19.038 | 10.242 | 24.058 |

Fonte: Censos 1920, 1940, 1960.

Notas:

(-) Dado indisponível

¹ Os dados mostram também a categoria de Áreas improdutivas, com 13.655ha.

² Nem todos os estabelecimentos recenseados prestaram informações para estes quesitos. No quesito área explorada foram somadas as áreas de lavouras permanentes (231ha) e temporárias (18.518). No quesito área de pastos foram somadas as áreas de pastos naturais (9.769) e artificiais (473). No quesito área de matas foram somadas as áreas de matas naturais (18.811) e reflorestadas (2.227). Assinala-se ainda a área de terras incultas: 96.090ha.

* Bovinos, Equino, Asiniso, Muar, Ovino e Caprino.

Tomados os dados da Tabela 5, considerem-se as áreas onde de fato ocorre exploração e cultivo, as áreas de matas e as áreas de pastos como área utilizada pelas atividades agropecuárias. Se da área total dos estabelecimentos é subtraída a área em uso, os dados apresentam uma contradição. Quando em 1960 os estabelecimentos rurais alcançam o número de 7.031, sua área total sendo de 152.019ha, dela subtraídos os 58.291ha de áreas de alguma maneira utilizadas, obtém-se 93.728ha de áreas sem utilização. No período, inclusive em termos absolutos, é menor o tamanho da área em uso, a área explorada de fato tendeu para uma estabilização, deixando de utilizar 11.117ha (variação negativa de 28%) e também a área de matas chega a seu menor tamanho (19.038ha). Conclui-se a partir daí que a diferença entre a área sem utilização e a área em uso (35.437ha), poderia ser constituída de “capoeiras em diferentes graus de sucessão vegetal” (PENTEADO, 1967; VIEIRA; TOLEDO; ALMEIDA, 2007), também conformando diversas formas de uso, corroborando a tese de Boserup (1987) e as observações de Posey (1997).

No momento em que os estabelecimentos rurais apresentaram maior área total, era de se supor que também a área explorada apresentasse crescimento. No entanto, o que se observou, em relação a todo o período, foi uma “relativa estabilização da fronteira” (HURTIENNE, 2005; 1999). Ocorre que também entre 1940-1960, os camponeses passaram a aproveitar a malva que cresce nas áreas desflorestadas, nela encontrando novas possibilidades reprodutivas.

Conforme já exposto acima, em que pese a relação entre a área de matas e a área total dos estabelecimentos ter diminuído, a área explorada tendeu para uma relativa estabilização. Se por um lado a área total e o número de estabelecimentos aumentaram em

termos absolutos, o tamanho médio dos lotes diminuiu em 14ha. Da média de 35ha por estabelecimentos em 1920, passou para 24ha em 1940, diminuindo para 21ha em 1960.

Entre 1920 e 1940, a taxa de variação do número de estabelecimentos foi positiva em 34%, sendo que 19 estabelecimentos rurais com mais de 200ha foram fracionados. O número de trabalhadores variou para mais em 98% e a população cresceu à taxa de 8%. No período seguinte (1940-1960), ocorre nova variação positiva do número de estabelecimentos rurais (65%) com a fragmentação de outros 17 estabelecimentos com mais de 200ha, o número de trabalhadores tem um crescimento de 47%, enquanto a população cresceu 42%. A dinâmica da população e da agricultura extensiva, característica dos pequenos agricultores, processou as mudanças agroecológicas, apenas reforçando o papel do camponês no abastecimento da região, implicando em estratégias de aproveitamento diversificado dos recursos naturais.

Tabela 6. Número total de estabelecimentos rurais e segundo os extratos de área em Bragança por ano.

| Ano | População | Nº de estabelecimentos rurais | | | | |
|-------------------|-----------|-------------------------------|----------|-----------|------------|----------------|
| | | Total | Até 50ha | Até 200ha | Até 1000ha | Mais de 1000ha |
| 1920 | 44.486 | 3.184 | - | 3.123 | 42 | 19 |
| 1940 ¹ | 48.205 | 4.264 | 3.887 | 318 | 36 | 6 |
| 1960 | 68.562 | 7.031 | 6.710 | 296 | 23 | 2 |

Fontes: Censos 1920, 1940 e 1960.

¹ Dos 4.264 estabelecimentos recenseados, 17 não declararam tamanho de área.

A única categoria de estabelecimentos rurais que continuou aumentando em número absoluto compreende aqueles de até 50ha. Nas demais categorias, observou-se uma constante fragmentação em lotes menores. Não foi possível determinar o número de estabelecimentos rurais de até 50ha para o ano de 1920, em virtude do documento exibir os extratos inferiores a 200ha em três categorias: até 40ha; entre 41-100ha; e entre 101-200ha. Entretanto, a participação dos estabelecimentos do primeiro extrato (até 40ha) representa 89% (2.794) dos estabelecimentos de até 200ha. É notável a maciça participação dos pequenos produtores na estrutura agrária de Bragança no período em análise.

A agricultura extensiva praticada pelos “pioneiros” não implicou necessariamente na “decadência” que permeia as interpretações da Zona Bragantina. Antes foi determinante da trajetória camponesa na região, engendrando, conforme exposto, novas possibilidades e técnicas para o aproveitamento dos recursos naturais. As “capoeiras ralas” e “macegas”, de onde nada podia se retirar ou produzir dada a “infertilidade do solo”, e o “baixo nível técnico” (PENTEADO, 1967), em última análise, representam a determinante na trajetória dos camponeses, que viram no aproveitamento da malva que nelas se espalhava, uma nova

possibilidade de “resolução de seus problemas”. É possível também compreender que não há como interpretar como “decadente” uma região onde os camponeses adotaram estratégias de diversificação para o aproveitamento dos recursos disponíveis³².

Em relação à população e aos trabalhadores do campo, a população variou para mais no período (1920-1960) em 54%, sendo que o número de trabalhadores rurais aumentou em 192%. Em termos relativos, o número de trabalhadores se mantém estável em relação ao número de estabelecimentos, apresentando um aumento de apenas 1 trabalhador por estabelecimento: se no ano de 1920 existiam 3 trabalhadores para cada estabelecimento, nos períodos seguintes (1940 e 1960) essa relação é de 4 trabalhadores por estabelecimento. Isto pode ser explicado pelas relações descritas acima. O crescimento da população e do número de trabalhadores foi acompanhado por uma crescente fragmentação dos estabelecimentos, não ocasionando a migração dos camponeses para novas áreas, mas novos arranjos dentro da mesma fronteira.

Tabela 7. Evolução da população total e por situação de domicílio, do número de estabelecimentos rurais e do pessoal ocupado no campo em Bragança.

| Ano | População | | | Nº de estabelecimentos rurais | Pessoal ocupado |
|-------------------|-----------|--------|--------|-------------------------------|-----------------|
| | Total | Rural | Urbana | | |
| 1920 | 44.486 | - | - | 3.184 | 9.601 |
| 1940 ¹ | 48.205 | 43.431 | 4.774 | 4.264 | 19.029 |
| 1960 | 68.562 | 50.834 | 17.728 | 7.031 | 28.032 |

Fontes: Censos 1920, 1940, 1960.

¹ População rural inclui população suburbana. Para o Pessoal ocupado foram considerados, os dados de 4.243 estabelecimentos, contabilizados apenas o pessoal permanente.

Com uma população majoritariamente rural, o expressivo aumento da população urbana entre 1940 e 1960 pode ser explicado pelas necessidades surgidas nas relações que os camponeses mantêm com a cidade, fruto também da diferenciação social que ocorre nas relações de produção. Se os camponeses conseguem construir um patrimônio que lhes dê substância suficiente para lograrem tal passagem, e percebem nessa passagem um novo projeto futuro para a unidade familiar, podem assim proceder, mas sem deixar de manter as relações que lhes caracterizam enquanto camponeses, fazendo da cidade um lugar de moradia. Por outro lado, alguns deles tendo conseguido acumular capital suficiente para arriscar em

³² Em relação ao uso das áreas de capoeiras, o trabalho de Posey (1997), em que pese descrever a utilização de capoeiras por grupos indígenas, expõe as inúmeras formas de uso, desde a renovação dos nutrientes com a recolocação de matéria orgânica, até como fonte de combustível e lugar utilizado para o manejo de animais de caça. A capoeira é, portanto, não uma área sem utilização, estando suas formas de uso vinculadas aos serviços ambientais que ela realiza.

sistemas de produção capitalistas migram para a cidade. Também não fica de fora dessa passagem aquele contingente da população que migra em busca de trabalho, submetendo-se às condições insalubres das favelas dos grandes centros urbanos. A diferenciação promovida por um aumento nos anos de estudo e nas novas possibilidades engendradas para os filhos, a partir do aumento dos níveis educacionais, também influencia tal passagem, no caso levando os trabalhadores a iniciarem novas atividades relacionadas a um maior nível educacional alcançado. Nas entrevistas realizadas para a pesquisa foi observado que tal diferenciação levou filhos de trabalhadores imigrantes a concluírem cursos de graduação, em alguns casos se especializando inclusive em línguas estrangeiras, cujo conhecimento lhes proporcionou novas possibilidades e condições reprodutivas no sul e fora do país.

A análise dos dados parece corroborar parcialmente a tese de ciclo da fronteira de José de Souza Martins (1975; 1997). Os dados corroboram parcialmente porque, como observou Hurtienne (1999), a dinâmica de Martins (1975) implica numa trajetória linear: da frente de expansão, aonde os posseiros chegam para amansar a terra, à frente pioneira, onde os camponeses as adquirem para trabalhar, passando-as aos grandes pecuaristas que desenvolvem extensivamente a criação e a plantação, deslocando-se os dois primeiros atores para novas fronteiras. No caso da Bragantina, a trajetória apresenta avanços e retrocessos. Em que pese ter ocorrido eventos característicos do ciclo da fronteira, como demonstrou Hurtienne (1999, p. 454), estes se deram mais em função do crescimento demográfico e do encurtamento dos períodos de pousio por conta da crescente integração ao mercado, e não pela dinâmica descrita por José de Souza Martins. Portanto, a Zona Bragantina pode ainda ser caracterizada como uma “fronteira camponesa”, nela predominando as “frentes de expansão” em detrimento das “frentes pioneiras”, que no caso do Pará, vão se instalar no sul do estado, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com a abertura dos novos eixos rodoviários, dos programas de colonização dirigida e dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia.

A dinâmica do abastecimento está intimamente relacionada com o desenvolvimento das atividades camponesas, estas por sua vez, orientadas para a demanda do mercado, em certa medida responsáveis pela rearticulação e reorganização daquelas atividades. A orientação das decisões camponesas, em que pese estarem centradas na reprodução da unidade familiar, não deixa de atender às necessidades requeridas pelo mercado, modificando sua base tecnológica para o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

A seguir, apresentam-se detalhes sobre o campesinato e suas prováveis contribuições ao abastecimento em uma área da Bragantina (cujo território corresponde ao atual município de Tracuateua) a partir da etnografia de algumas comunidades.

5 CAMPESINATO E ABASTECIMENTO EM TRACUATEUA

O objetivo do capítulo é fornecer maiores indícios explicativos que justificam a recolocação e o reconhecimento da significativa contribuição do campesinato bragantino na história socioeconômica da região. Os fenômenos históricos e os eventos dinamizadores da ocupação da Zona Bragantina serviram como a base analítica para as especulações a respeito da constituição do campesinato em Tracuateua, ora postas em debate.

A referência empírica corresponde a 18 comunidades localizadas na zona rural do território do atual município de Tracuateua, distribuídas em ambientes que compreendem desde a costa atlântica, passando pela zona dos campos até a terra firme. Essa diversidade de condições ecológicas evidentemente requereu de seus ocupantes determinadas formas de adaptação, que revelam suas dinâmicas de produção e reprodução da vida social. Tal distinção é importante ainda para que sejam percebidas as formas de participação e as diversas trajetórias seguidas pelo campesinato na Zona Bragantina, bem como os produtos com os quais contribuía para o abastecimento.

A partir das referências bibliográficas, das fontes documentais, das observações e das entrevistas, buscaram-se maiores detalhamentos sobre a contribuição camponesa para o abastecimento da Zona Bragantina. São relacionados alguns dados referentes aos antecedentes históricos da ocupação em Tracuateua, descrições sucintas das comunidades onde foram empreendidas as observações e realizadas entrevistas, de onde foram extraídos dados a respeito das dinâmicas de produção e abastecimento, nas quais os camponeses foram de fundamental importância.

5.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Excluída a fase de ocupação indígena, é razoável afirmar, com alguma segurança, que a região dos campos de Bragança, especificamente parte da zona rural de Tracuateua, foi ocupada ainda no século XIX. Para concluir em que ano ocorreu o evento, ainda serão necessárias investigações mais detalhadas, e provavelmente não se chegará a um consenso. Evidências existem e tanto podem ser obtidas nas falas de alguns dos moradores, já descendentes de pessoas que nasceram em Bragança, outros ainda chegados nos tempos da colonização, como comprovadas por relatos encontrados em documentos oficiais.

Estão entre os “pioneiros” dessa ocupação colonizadora desde os imigrantes africanos e seus descendentes até os imigrantes cearenses. Desde as ações abolicionistas, que

deram condições objetivas para a formação da comunidade Jurussaca, até a colônia de Benjamin Constant e a intensa imigração nordestina para a Amazônia, que juntou famílias de cearenses e paraibanos na comunidade da Chapada. Grupos de famílias essencialmente camponesas distribuídas por diversas localidades.

Alguns trabalhos de conclusão do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da UFPA, defendidos no Campus de Castanhal, em 2006, contribuíram para a historiografia de Tracuateua, bem como uma iniciativa do governo municipal, através da Secretaria Municipal de Educação. Em que pese os limites de trabalhos dessa natureza, não deixam de ter sua validade determinadas observações. O trabalho de Antonia Pinheiro (2006) buscou retratar a trajetória histórica da comunidade Jurussaca; Bianor Sousa (2006) preocupou-se com a história e a memória de Tracuateua; Maria Rodrigues da Silva (2006) tentou compreender “Os muitos significados do Círio de Nazaré em Tracuateua”; e a Secretaria Municipal de Educação de Tracuateua editou, em 2007, uma “revista pedagógica” desenvolvida por uma equipe de professores da rede municipal de ensino.

Apenas o trabalho de Maria Rodrigues da Silva não se preocupou com os antecedentes históricos que deram origem ao município de Tracuateua. Os demais são unânimes a respeito do início de sua ocupação, relacionando-a com a construção da ferrovia, quando “cassacos” foram para lá conduzidos. Esses “cassacos” eram os trabalhadores recrutados para a construção e manutenção da Estrada de Ferro de Bragança (PINHEIRO, 2006; SOUSA, 2006; CONHECENDO, 2007). Outros atores também presentes nessa história da ocupação são os senhores José Maranhense e Antônio Maranhense, que juntos com o senhor Luis Pereira de Lima articularam a construção da parada de trem, organizaram as primeiras casas no comércio e o escoamento da produção de Tracuateua (SOUSA, 2006; PINHEIRO, 2006; CONHECENDO, 2007). Também em comum nesses trabalhos, o lugar de referência para as observações corresponde ao atual centro urbano do município, retratando o contexto de surgimento da área urbana, onde estava localizada a parada de trem e também as casas de comércio, e alguns anos depois o “Campo de Sementes”, a unidade de saúde e a unidade do correio. Apenas o trabalho de Antonia Pinheiro faz referência a uma comunidade localizada na zona rural, a comunidade Jurussaca.

Os resultados daqueles trabalhos atribuíram referências à ocupação de Tracuateua a partir de quando a Estrada de Ferro de Bragança principiava chegar no território do município de Bragança, em 1907. Já foi chamada a atenção para as limitações de trabalhos dessa natureza, mas, a despeito desses limites, o trabalho de Antonia Pinheiro (2006) já discutiu as primeiras evidências da ocupação no século XIX.

De acordo com Pinheiro (2006), a localidade denominada Bem do Rio, no alto Quatipuru, foi inicialmente ocupada por “navegantes europeus” que lá instalaram o “porto dos navegantes”, situado nas imediações da comunidade Santa Clara. Esse evento ocorreu ainda no final do século XIX, período em que as ações da abolição levaram os negros libertos a iniciarem vida em comunidade numa localidade denominada Rocinha, posteriormente sendo aberta a vila Jurussaca (PINHEIRO, 2006). Os termos do documento de Manoel Baena (1885), com uma descrição que demonstrou as estradas que conectavam Bragança ao alto Quatipuru e aos campos de Tracuateua, também ofereceram elementos significativos que qualificam as afirmações da autora.

O estudo de Bianor Sousa (2006) tratou exclusivamente da área correspondente ao núcleo urbano. Através de uma pesquisa nos livros de registros do serviço cartorial no município e nos livros da casa paroquial, demonstrou evidências da influência de alguns atores da elite local. Analisando a relação entre a frequência da participação dos atores, como *padrinhos* e *testemunhas* de batizados e casamentos, nos registros dos documentos pesquisados e nos relatos dos moradores, obtidos através de entrevistas, o autor ofereceu uma significativa contribuição para a historiografia da sociedade local. Entre os atores sociais, os mais significativos são aqueles anteriormente citados.

O senhor José Olegário Pinheiro, o José Maranhense, foi um dos fazendeiros e comerciantes que chegou em Tracuateua ainda nas primeiras décadas do século XX. Junto com seu irmão, o senhor Francisco de Paula Pinheiro, empreendeu atividades de beneficiamento de cana-de-açúcar que dinamizaram o núcleo urbano de Tracuateua (PINHEIRO, 2006; SOUSA, 2006; CONHECENDO, 2007; CRUZ, 1955). Uma fazenda situada na localidade Icaraú, cujo dono era o senhor José Maranhense, provavelmente deu origem a uma comunidade denominada Pinheiro, na região próxima das comunidades da Fleixeira, Salinas e Apicum.

Os irmãos “Maranhense” deram início a atividades de fabricação de aguardente, rapadura e mel, nos engenhos situados nas proximidades da vila de Tracuateua, além da organização de casas de comércio no núcleo onde estava localizada a parada da ferrovia em Tracuateua. Ainda outros fazendeiros desenvolviam atividades a partir da cana-de-açúcar e da aguardente produzidas na colônia Benjamin Constant e em Abaetetuba, engarrafada e distribuída pelos engenhos de Bragança. Assim ocorria nos engenhos dos senhores Francisco Braga, Benedito Isidoro e Evaristo Costa³³.

³³ Alguns desses atores são também relacionados por Cruz (1955; 1963). Não foi possível conseguir aprofundar questões a respeito desses fazendeiros nem verificar se eram empresários ou camponeses ricos.

... aqui esse lado da Prata, aí perto de Bragança, para lá, era um... o finado Chico Braga... que trabalhava com esse negócio. Tinha um engenho... fazia cana... é. Benedito Isidoro! O finado Chico Braga tinha um filho que trabalhava na Costa Castro, parece que ainda trabalha lá... que ainda é vivo. Mas essa família Isidoro também tem em Bragança. (Sr. Tito Tenente, outubro de 2009)

Camponeses ricos, criadores de gado e compradores de tabaco e aguardente, realizavam parte do pagamento da aguardente que recebiam de Abaetetuba com o tabaco produzido na região dos campos, onde adiantavam despesas para os produtores em troca da produção da lavoura. Organizavam o transporte da produção até Ourém, de lá seguindo para outras localidades do interior da Amazônia. Aliás, a ligação com Ourém data ainda do século XVIII, pois pelo rio Guamá era feito parte do trajeto até Bragança, passando por aquela vila (PENTEADO, 1967; SAWYER, 1979; ARAÚJO, 2003).

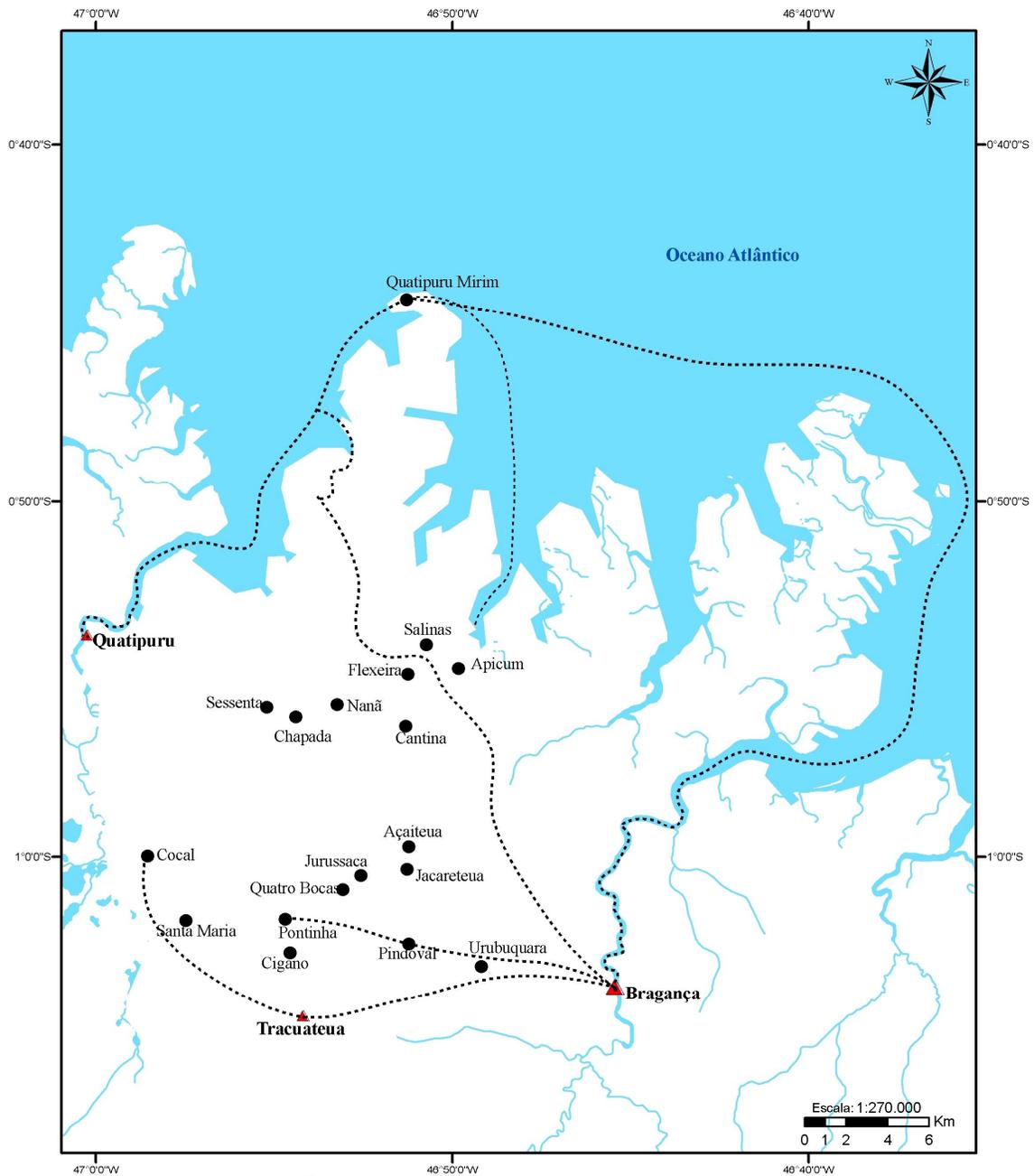
Também dessa maneira funcionou uma casa de comércio na localidade Santa Tereza, sob organização do imigrante português, senhor Alfredo Miranda. Este, particularmente, dispunha de uma *sofisticada* infraestrutura para o abastecimento, possuindo embarcações que faziam o transporte de gêneros para Belém, lá adquirindo produtos para vender aos camponeses.

Ele comprava tabaco, vendia fazenda. O comércio era sortido. Vendia para esse povo todinho aqui. Aí quando ele morreu, o Vareta, que trabalhava para ele, ficou lá até fechar... aí a filha dele veio, e conversou com ele... sei que acabou que vendeu... para o Mário Queiroz.

... Aí o Mário Queiroz comprou, fez essa barragem, ampliou a casa, fez uma vista muito bonita. Preparou, botou gado, e fez uma fazenda, porque não era uma fazenda... era um comércio... um prédio de altos e baixos... ele morava em cima e o comércio era embaixo. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

Sem uma organização específica, a produção dos campos de Tracuateua seguia diversos destinos. Desde as trocas diretas entre os produtores, realizadas nas suas comunidades ou fora delas, até os “contratos na folha”, feitos com as figuras intermediárias da rede de abastecimento (compradores, aviadores, armadores, patrões).

Aqui tinha dois... só existia duas pessoas que tinha. Um era fazendeiro mesmo! Era o finado José Batista... E tirando o finado José Batista, era o pai dela. E aí, nesse terreno de Tracuateua, o pai dela vendia gado e comprava... as vezes vendia 100 cabeças de gado por causa desse terreno aí... para desembaraçar, e pagar parte... aí foi gastando. E o finado José Batista, não... só quando ele vendia gado era para o curro, para matar. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)



Sistema de Coordenadas Geográficas DATUM SAD 1969
 Fonte: IBGE
 Execução: LAENA/ NAEA/ UFPA
 Projeto Cartográfico: Tabilla Verena S. Leite
 Ano 2010

Mapa 3. Esquema das estradas que conectavam Bragança às comunidades em Tracuateua, nos “campos de cima” e nos “campos de baixo”, interpretadas enquanto rotas da produção.

No Mapa 3 estão representados os traçados das “estradas” que conectavam de maneira direta Bragança com as zonas onde estão situadas as comunidades, nos campos de Tracuateua, utilizadas pelos camponeses para transportar o produto de suas lavras, permitindo a complementação das relações entre o campo e a cidade.

Uma análise mais detida dos documentos e dos relatos coloca os dados de Pinheiro (2006) sob uma aparente contradição. O rio Quatipuru, por onde provavelmente chegaram aqueles “navegantes”, atualmente está referido aos limites entre os municípios de Quatipuru e Tracuateua. Por outro lado, a comunidade Santa Clara, nas proximidades da qual teria sido instalado o “porto dos navegantes”, está localizada no limite com o município de Bragança. Levados em consideração as referências territoriais que permeiam os relatos dos moradores, aqui não há comunidades que possam ser representadas pelo Alto Quatipuru, pois as referências estão mais vinculadas aos “campos de baixo” e aos “campos de cima”. Entretanto, nas imediações do alto Quatipuru, existiu uma localidade denominada União, onde se desenvolveu a atividade de curtume e comercialização de couro, cujo processo de produção utiliza uma espécie de árvore da floresta de manguezal, encontrada em toda a zona do estuário paraense.

A fim de explicitar as relações e formas de participação dos camponeses de Tracuateua, descrever-se-á, de modo sucinto, intercalando relatos da história social das localidades obtidos através das entrevistas, alguns de seus aspectos gerais. As descrições pretendem dar conta de alguns elementos da formação socioeconômica das localidades, distribuídas pelos “campos de cima”, pelos “campos de baixo”, pela costa atlântica e pela “parte de sítio”³⁴.

a) Os núcleos da Salinas e de Quatipuru Mirim

Na comunidade da Salinas, situada às margens do campo e próxima ao *mangal*³⁵, vivem ainda remanescentes dos primeiros ocupantes da comunidade. Uma das famílias, em quatro gerações, já contabiliza mais de uma centena de pessoas, entre filhos, pais, avós, bisavós e até tataravós, excluídos dessa contagem os membros que haviam saído de lá para as cidades. A família acima referida tem como chefes o senhor Amâncio, de 91 anos, e sua

³⁴ A “parte de sítio” corresponde aos espaços de terra firme, externos aos espaços dos campos, onde eram desenvolvidas culturas mais diversificadas como feijão, arroz, milho, mandioca e outros legumes, e a pesca era realizada nos rios.

³⁵ O mesmo que manguezal. Optou-se por utilizar a designação mangal em função de ser esta a representação utilizada pelos moradores locais.

esposa, dona Julia, de 92 anos. Dona Julia descende das famílias dos “pioneiros” da comunidade. Seu pai, o senhor Domingos, chegou a criar gado e plantava tabaco. A família do pai do senhor Amâncio era da Fleixeira e a família da mãe, de Primavera. Seus pais casaram em Primavera, trabalharam lá e tiveram cinco filhos. O pai morreu quando ele tinha cinco anos, e, em 1941, a família foi para um terreno perto de Bragança. Conheceu a sua esposa trabalhando nos campos da Fleixeira e Salinas, e voltou com ela para Primavera no ano de 1943, onde trabalhavam na roça. Retornaram para a Salinas, a convite dos pais de dona Julia, em 1946, onde vivem até então.

Eu não sou filho daqui, meu tio. Eu nasci e me criei num lugar chamado Primavera... Foi onde eu nasci e me criei... vim com 23 anos... arregacei de casa... aí eu tinha uns parentes para cá... aí foi o nascimento do meu pai... meu pai era camponês... ele era daqui da Fleixeira. E a minha mãe era primaverense...

Aí se acharam para lá... e a minha mãe casou com ele... e para lá meu pai morou durante um tempo... uns 5 anos ou mais... ele ainda construiu com a minha mãe cinco filhos... e eu não conheci meu pai... quando eu já estava frangotinho assim... ele morreu... eu não conheci meu pai... Então... a gente tudo era dos campos aqui... finada Josefa Sales... né... tudo era gente dele aí... meu pai...

Então... Quando interei 23 anos de idade... aí... minha mãe morava aqui. Tinha um terreno grande... para o lado de Bragança... Lá nós tinha [em Primavera]... para nós conviver... eu tinha terreno... minha mãe tinha terreno, minha mãe tinha casa, deixou a casa... aí eu tomei conta da casa... era terreno para nós trabalhar até o fim da vida...

E a minha lavra – eu nasci no interior, no centro, para lá... lá a lavra era diferente do campo... Não sabia lá... sabia que tinha... o tabaco... e o camponês não, era três lavras que tinha: era o tabaco, era a pesca e era a maniva, que plantava para comer a farinha. Eram essas três lavras... era do camponês... O camponês hoje está quase como na colônia. O camponês hoje planta o feijão, planta o arroz, planta cana, planta banana, planta jerimum, planta melancia... e nada disso eles plantavam. Agora não senhor... agora tudo tem, graças a Deus!

... assim nesse tempo era mata tudo isso aqui, né... e o finado meu sogro aí tinha muito gado. Ela tinha umas 80 cabeças de gado. Cansei de prender aqui... (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

Em parte constituída por extensões de terra firme entre a paisagem dos campos, recortada por igarapés, lagos e igapós, seus membros atualmente subsistem da plantação de mandioca para produção de farinha, da pesca artesanal e coleta de caranguejo, produção de poucos cereais, frutas, legumes, pequenas criações no entorno das moradas, e da pecuária bovina de pequena escala, especialmente para auxílio na produção de tabaco, estas últimas empreendidas para a internalização dos fatores não produzidos internamente.

Junto como a comunidade Salinas, as comunidades do Apicum e da Fleixeira formam um núcleo já bastante povoado. A comunidade da Fleixeira, por exemplo, que exhibe formas de um núcleo mais urbanizado, com escolas, posto de saúde, chafariz e caixa d'água, constitui-se em ponto de referência para as comunidades ao seu redor. Ainda existe uma concentração de casas de comércio e bares nessa localidade. Essas comunidades estão situadas próximas da margem esquerda do rio Maniteua e seus membros trabalham na pesca e na plantação de mandioca, tabaco e poucos cereais; as frutas são cultivadas ao redor da casa assim como as pequenas criações. A pecuária bovina de pequena escala ocorre nos pastos livres, haja vista grande parte do território ser coberta por pastagens e capoeiras, muitas com pouco mais de dois ou três anos e algumas com pouco mais ou menos de dez e quinze anos.

O papai plantava para o nosso alimento, né. Agora para vender era difícil vender... só o tabaco vendia... o resto era muito difícil a gente vender feijão... era só para a despesa de casa mesmo.

Plantava cana... toda roça ele botava um canavial... as vezes minha mãe inventava de fazer açúcar... Fazia uma merenda, assim umas nove horas, papai moía a cana... e aí nós tomava... e a mamãe que inventava de fazer açúcar... de vez em quando ela inventava de fazer.

... nós plantava... nós fazia até 60 arrobas de tabaco. Era pelo tabaco. Olhe com o dinheiro do tabaco... nesse tempo não era muita a família, né? Porque tava pouca gente, ele comprava roupa... ele... comprava as outras coisas assim que faltava né... e ainda comprava gado. As vezes comprava duas cabeças, as vezes uma cabeça... por ano, né... (Dona Teresa, outubro de 2009)

Alguns trabalhadores na comunidade do Apicum desenvolvem uma produção de mel e a proximidade do *mangal* e a ocorrência de lagos possibilita a coleta do caranguejo e a pesca, além dos trabalhos nas roças de mandioca, tabaco e cereais, e seus quintais diversificados. Nesta comunidade em particular, os moradores acreditam já ter sido ocupadas há muitos anos atrás, pois em algumas locações, quando “trabalhavam com a terra” para fazer as roças, frequentemente eram encontrados vestígios de utensílios de barro em formatos de pratos, cachimbos e ornamentos zoomórficos.

A comunidade Quatipuru Mirim está localizada em área de praia, na costa atlântica, extremo norte do município. Segundo os moradores, supostamente a comunidade foi fundada por alguns sobreviventes do naufrágio de uma embarcação denominada Otelina. Tal fato deu, mais tarde, o nome a uma ilha do município, a Ilha Otelina, que fica próxima ao local do naufrágio. A embarcação, um cargueiro da Marinha Mercante de Portugal, tinha como primeiro motorista (chefe de máquinas) o senhor José Maria (Fotografia 1). A embarcação já havia feito diversas viagens pela África e Europa, quando em 1945 veio ao Brasil, sua viagem

mais longa, e naufragou na costa paraense em 21 de setembro. No entanto, de acordo com os relatos Antonio Maria (2007), filho do senhor José Maria, chefe de máquinas da embarcação, os sobreviventes, salvos e acolhidos pelos caboclos, retornaram para Portugal em fevereiro de 1946.



José Maria motorista marítimo

Fotografia 1. Senhor José Maria, motorista marítimo da embarcação Otelina.

Fonte: Maria (2007).

Os moradores trabalham basicamente na pesca artesanal, comercializando seus produtos nos municípios de Quatipuru, Bragança e Tracuateua, fornecendo ainda para grupos de compradores e aviadores da região. As relações comerciais são travadas de maneira mais estreita com o município de Quatipuru em virtude da proximidade entre os pontos de pesca, a comunidade e o porto situado na área central do município vizinho. O produto da pesca frequentemente é desembarcado lá, pois um percurso maior precisa ser feito para chegar a Bragança e até mesmo Tracuateua. Por outro lado, as casas de comércio existentes na comunidade são abastecidas a partir da praça de Bragança. Há tráfego regular de embarcações entre a comunidade e o porto da Alemanha, situado em Tracuateua, também contando, a partir daí, com transporte rodoviário de mercadorias e passageiros até o centro de Bragança e seu retorno. Entretanto, esse tráfego é determinado pela dinâmica das marés, sendo possível às embarcações atracarem no trapiche em horários onde a linha da água é suficiente para a manobra.

Seus moradores também consideram como uma atividade tradicional da vila a fabricação de recipientes de cerâmica utilizados para captura de águas da chuva para o

consumo, uma vez que não existiam fontes de água potável na ilha. Ainda o abastecimento de água potável na ilha é complementado por um sistema existente no porto da Alemanha, de onde os barcos transportam os recipientes.



Fotografia 2. Embarcações da comunidade do Quatipuru Mirim. Fotografia de Costa (2008).

b) O núcleo dos “campos de cima”

As comunidades da Cantina, do Nanã, da Chapada e do Sessenta estão distribuídas num mesmo eixo longitudinal, nos “campos de cima”. Na região, grande parte dos moradores tem relações muito próximas de parentesco, constituídas desde o século XIX, quando o território foi ocupado por imigrantes nordestinos. Na comunidade da Cantina, conhecida também como a região dos “Clementes”, planta-se mandioca e tabaco, sendo a pecuária bovina substancial para esta cultura. Da proximidade com o *mangal* e nos lagos dos campos, aproveitam as safras de peixes e caranguejos, utilizados como fonte de subsistência e eventualmente como mercadoria.



Fotografia 3. Área dos campos na comunidade do Sessenta no verão. Na época de chuvas este trecho é atravessado de canoa. Fotografia Leandro (2009).



Fotografia 4. Área dos campos na comunidade do Sessenta no fim do período chuvoso. Fotografia Leandro (2009).

Nas comunidades do Nanã, da Chapada e do Sessenta, onde as casas de comércio eram organizadas por imigrantes europeus, famílias descendentes de cearenses e paraibanos, que chegaram na região ainda no final do século XIX, desenvolveram-se a partir das atividades agropecuárias.

Eu nasci e me criei aqui. Meus pais eram daqui. Agora eu tenho uma avó... vou lhe dizer... eu quero ser bom, né? Mas tenho uma mistura meia ruim... meu avô era cearense, da parte de minha mãe... e minha avó era paraibana... e da parte do meu pai eles eram paraenses, e meus pais são paraenses... a nossa mistura aqui é assim... eu não sei qual o melhor, mais na base do bom eu quero estar perto! (Sr. Bem-te-vi, outubro de 2009)

... O finado Alfredo Miranda, que era um português, que tinha um comércio...

O meu pai comprava fiado dele, o meu pai! Era tudo... assim no mês de dezembro, fazia uma compra alta, por causa do inverno. Ele ia deixar na casa e comprava todo o tabaco, que a gente fazia no inverno, ele comprava... pagava a conta, o saldo... e o resto ele dava... o dinheiro. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

Tinha outro aqui, que era o Américo... o meu pai comprava dele. Eles abarcavam toda essa redondeza. (Dona Dedé, outubro de 2009)

Os camponeses da região abasteciam-se no comércio organizado pelos senhores Alfredo Miranda e Américo, a partir dos quais parte da produção dos gêneros do campo abastecia as praças de Belém e Bragança. Com o produto da lavra, o camponês saldava as despesas realizadas para a manutenção do núcleo familiar.

Na comunidade do Sessenta, o senhor Manoel Batista era proprietário de boa parte das terras, considerado um dos grandes fazendeiros da região, cujos filhos herdaram sua fazenda. Nessa localidade, um morador nascido no município de Quatipuru, relatou sua chegada com a mãe, o tio e a avó, que ocuparam terras da fazenda do senhor Manoel Batista, que após sua morte passou a ser administrada pelo seu filho José Batista.

Não nasci nesse lugar não... aqui não... eu nasci entre Mirasselas e Tauari... a mãe era de Quatipuru... aí cheguei para cá, acabei de me criar aqui... vim com minha mãe, meu tio e minha avó...

Plantava tabaco, maniva, feijão... só para a bóia mesmo. O tabaco era para vender, era para fumar.

Isso aqui tinha dono... Aqui era do finado Manoel Batista... esse terreno aqui todinho era dele. Ainda ia lá, trabalhei com ele, morei lá uns tempos... Ele tinha gado... isso aqui era fazenda. (Sr. Manoel, outubro de 2009)

Aqui tinha dois... só existia duas pessoas que tinha. Um era fazendeiro mesmo! Era o finado José Batista... E tirando o finado José Batista, era o pai dela (esposa). E aí, nesse terreno de Tracuateua, o pai dela vendia gado e comprava... as vezes vendia 100 cabeças de gado por causa desse terreno aí... para desembaraçar, e pagar parte... aí foi gastando. E o finado José Batista, não... só quando ele vendia gado era para o curro, para matar. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

Na elite aí localizada, responsável pela produção de gado e pelo comércio, que mantinha relações com as praças de Bragança e Belém, havia distinções enquanto os objetivos reprodutivos. Enquanto alguns fazendeiros empreendiam a atividade pecuária para o efetivo abastecimento da praça de Bragança, outros, em que pese alcançarem um nível social mais elevado, constituindo-se em camponeses ricos, empreendiam a atividade focada na reprodução da unidade familiar. Não só em função da pecuária os camponeses logravam diferenciações, mas também empreendendo a lavoura de tabaco, cuja importância da atividade pecuária para a mesma, já foi explicitada.

Esse negócio de tabaco baixo, baixeira... teve um senhora que ela cobriu a casa dela de telha só com esse negócio de tabaco baixo. 'Compadre, me dê um tabaco? Comadre, vá lá a senhora catar!' Aquele tabaco fraco, de baixo, né? E ela vendia... a quem me pedia eu dava... que era muita. Fazia 125... até 128 eu fiz, nessas cinco tarefas que eu plantava. E aí ganhava muito dinheiro. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

c) Os núcleos dos “campos de baixo”

As comunidades do Cigano, da Pontinha, da Santa Maria e do Cocal estão localizadas nos “campos de baixo”. As atividades de cultivo de tabaco, algodão e malva também foram muito importantes, além da pesca de subsistência nos lagos dos campos e das lavouras de mandioca, feijão, arroz e milho.

Situadas mais próximas do rio Quatipuru, onde os moradores pescavam e mantinham relações com as comunidades das praias, também aproveitando os produtos do *mangal*, assim como ocorria no núcleo da Salinas, estão as comunidades da Santa Maria e do Cocal. A comunidade Santa Maria polariza os serviços de saúde e educação, casas de comércio e clubes da região, onde as casas estão dispostas de maneira mais organizada, exibindo ares mais urbanizados.

Nelas há um grande contingente de descendentes de imigrantes nordestinos que chegaram na Amazônia em função do direcionamento daqueles trabalhadores para a região. Apropriaram-se de porções de terra enquanto “cuidavam” de parte do gado dos fazendeiros da região, ou ocuparam terras devolutas empreendendo as lavouras de subsistência, o tabaco, a malva e os pequenos rebanhos.

É nessa zona também que podem ser encontrados matas e capoeiras já bem restabelecidas, tanto mais quanto afastadas do núcleo urbano, contando também seus moradores com área para a realização de caça e coleta de frutos como bacuri, açaí e cupuaçu.

Nas comunidades do Cigano e da Pontinha, mais distantes dos lagos do campo e do mangal, as lavouras de subsistência eram complementadas pela plantação de tabaco, algodão e malva, desenvolvendo ainda as atividades de caça e coleta de produtos florestais.

Difícil mesmo era o veado, mas tinha paca, tatu, cutia, caititu... tudo tinha! Tinha também daqueles que de vez em quando aparecem por aí comendo umas galinhas... é o quati... esse tinha de bando e ainda tem. (Sr. Luiz, outubro de 2009)

Nesse tempo a capoeira era grossa... tinha muito mato, muita caça... até veado tinha... Nesse tempo tinha umas capoeiras bonitas! (Dona Maria, outubro de 2009)

A gente plantava roça de mandioca, de algodão, de arroz, milho... e mandioca... era essa a lavoura aqui... o tabaco. Mas meu avô não trabalhava com tabaco. O arroz era para vender, e o algodão. Depois de muito tempo é que começou a malva. (Dona Cecília, outubro de 2009)

Distantes da praça de Bragança, o centro urbano de referência era Tracuateua, mas muitas vezes apenas para tomar o trem até Bragança, onde o comércio era mais sortido. As relações comerciais em Tracuateua eram realizadas em função das vendas dos produtos da lavoura, onde os irmãos “Maranhense” organizavam casas de comércio e financiavam os trabalhadores.

O comércio aí em Tracuateua era fraco... tinha o pessoal do Maranhão, parece... que organizava mais era assim... mais fraco. Em Bragança era que era mais forte mesmo. Quando queria comprar coisa assim, ia para Bragança! (Sr. Luiz, outubro de 2009)

A gente ia pra Bragança quando precisava de alguma coisa, porque o comércio lá era mais forte. Quando não resolvia em Tracuateua ia pra Bragança, porque em Tracuateua era pouco. Só tinha duas lojas grande... e eles compravam a produção também. Os mais forte era o Maranhense e outro que eu não lembro o nome...

Quando eu me casei, que fui morar para os campos, lá era com o Juvenal... que era pai do Américo... lá ele comprava tudo, adiantava a despesa e toda essa região daqui só ia pra lá... tudo era lá... dos campo todo só ia pra lá. (Dona Cecília, outubro de 2009)

d) Os núcleos da ferrovia e da Jurussaca

Também conformando uma das zonas investigadas estão as comunidades do Pindoval e Urubuquara. Essas comunidades se situam em propriedades que margeiam a Estrada de Ferro de Bragança, cuja pesquisa identificou títulos de propriedade emitidos em 1916. Bastante próximas da dinâmica ferroviária, sua presença não necessariamente induzia o desenvolvimento das comunidades, embora os gêneros aí produzidos pudessem ser transportados com mais facilidade para a estação de Bragança ou a parada de Tracuateua.

Apesar de só existirem dois carros, o “misto” e o “horário”, que faziam todo o percurso da ferrovia, desde Bragança até Belém, outros carros menores, denominados “trolha”³⁶, realizavam a logística do combustível do trem, transportando a lenha da beira da estrada, e também contribuía para a chegada da produção dos estabelecimentos marginais à estrada na estação de Bragança e nas paradas desde Mirasselas, Tauari e Tracuateua. Contudo, isso não contribuiu significativamente para que se diferenciassem em termos econômicos, ou essa contribuição foi bastante limitada. Como estão situadas em terra firme, mais afastadas das regiões dos campos, a produção dessas comunidades voltava-se mais para a produção de lenha e carvão, de mandioca, de algodão, de arroz, de feijão, da criação de

³⁶ Pequenas plataformas que andavam sobre os trilhos movidos à força humana, o mesmo que trole.

animais (bovinos, caprinos, ovinos e aves) e, posteriormente, desenvolveram o aproveitamento da malva.



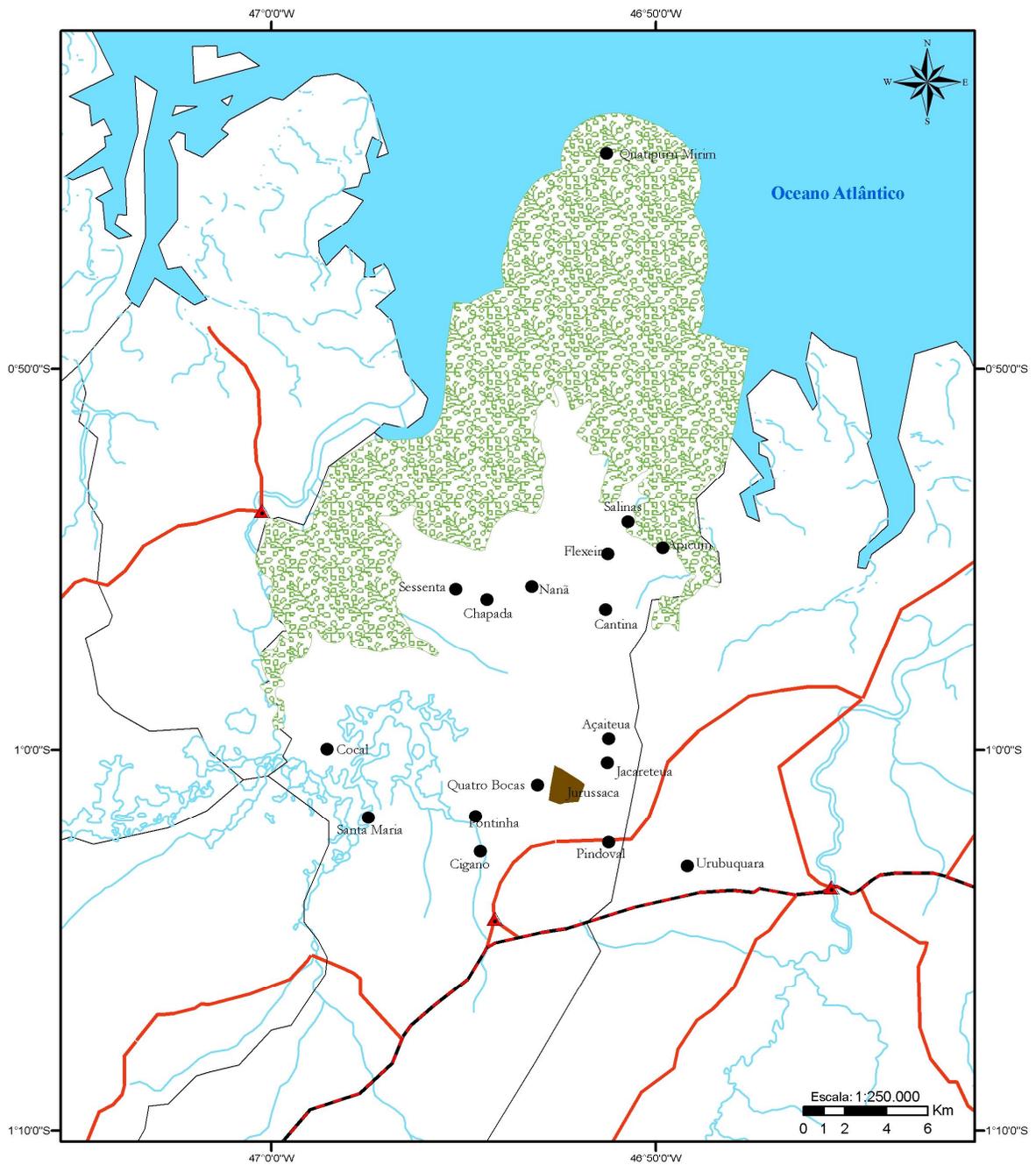
Fotografia 5. Agricultora em sua morada na comunidade Pindoal. Fotografia Leandro (2009).



Fotografia 6. Trecho por onde passava a Estrada de Ferro de Bragança na comunidade Urubuquara. Fotografia Leandro (2009)

Já foram expostos comentários gerais a respeito da comunidade Jurussaca. Em seu entorno estão localizadas famílias de pretos distribuídas pelas localidades de Açaiteua, Jacareteua e Quatro Bocas, mas apenas o território que compreende a comunidade Jurussaca está juridicamente reconhecido sob a categoria de remanescentes de quilombo (PARÁ, 2002; CASTRO, 2005). Numa região entrecortada por rios, igarapés e lagos, são desenvolvidas lavouras de feijão, milho e mandioca, coletados produtos florestais e também realizada a pesca de subsistência, elementos constitutivos da base socioeconômica desta zona.

Como seu nome sugere, na comunidade Açaiteua, de um denso e natural açail, várias famílias subsistem e abastecem o mercado nos tempos da safra. Nas comunidades das Quatro Bocas e do Jacareteua, são cultivados a mandioca e o feijão, além dos esquemas diversificados que circundam as casas, onde são cultivadas desde plantas ornamentais e ervas medicinais e aromáticas, até frutas e pequenas criações. A atividade de caça já foi mais representativa na base de subsistência, e em função da redução das áreas de floresta e capoeiras mais antigas, é realizada de maneira mais esporádica.



Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM SAD 1969
 Fonte: IBGE 2008 / IBAMA 2009
 Execução: LAENA/ NAEA/ UFPA
 Projeto Cartográfico: Tabilla Verena S. Leite
 Data: 25/03/2010

Mapa 4. Localização das comunidades a que se referem as descrições acima.

5.2 TRAJETÓRIA, PRODUÇÃO CAMPONESA E DINÂMICA DO ABASTECIMENTO EM TRACUATEUA: “... ERA O TABACO, ERA A PESCA E ERA A MANIVA...”

Era o negócio da mandioca, o tabaco, o feijão... mas era pouco o feijão nesse tempo. Também muitos plantavam o arroz... tinha com que fazer o serviço, não é? Tinha o terreno próprio. Tinha muita madeira.

Era pouco morador, só que o trabalho era muito... aqui todo mundo trabalhava porque o trabalho era muito... Nesse tempo tinha muito mato, muita madeira para fazer cerca... tudo era cerca de madeira... (Sr. Tito Tenente, outubro de 2009)

... Primavera era lugar central... lá a lavra era diferente do campo... e o camponês não, era três lavras que tinha: era o tabaco, era a pesca e era a maniva, que plantava para comer a farinha. Eram essas três lavras... era do camponês... O camponês hoje está quase como na colônia. O camponês hoje planta o feijão, planta o arroz, planta cana, planta banana, planta jerimum, planta melancia... e nada disso eles plantavam. Agora não senhor... agora tudo tem... (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

Os relatos evidenciam as trajetórias, não só das estratégias reprodutivas, como também das condições de vida dos camponeses, fundamentadas no aproveitamento dos recursos naturais na fronteira camponesa. Evidenciam ainda suas contribuições para o abastecimento e como as estratégias de reprodução implicaram no encurtamento dos períodos de pousio. A maior proximidade do centro dinâmico representado por Bragança, bem como as relações de parentesco, contribuíram para a constituição do campesinato em Tracuateua. Observe-se que no relato, a designação “camponês” está referida à localidade onde se encontra o trabalhador, ou seja, na beira do campo³⁷.

Na base reprodutiva dos camponeses existiam distinções tênues em função do meio biofísico que ocupavam. No entanto, o tabaco era o produto com o qual os camponeses internalizavam a maior parte dos produtos por eles não produzidos.

O que dava mais era o tabaco... era o que o povo mais plantava era o tabaco, quem não plantava o tabaco? Era o tabaco que dava dinheiro... dava dinheiro vivo! (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

O tabaco se vendia muito e a farinha também né... porque nesse tempo muitos compravam... Levavam daqui para Belém. Despachava aí na estação... qualquer plantador, agricultor tinha o direito de levar. (Sr. Tito Tenente, outubro de 2009)

³⁷ Os conceitos de “centro” e “beira”, do trabalho de Otávio Guilherme Velho (1979), foram de significativa importância para a compreensão dessa diferenciação.

O papai plantava para o nosso alimento, né. Agora para vender era difícil vender... só o tabaco vendia... o resto era muito difícil a gente vender feijão... era só para a despesa de casa mesmo. O tabaco era que dava garantia de comprar roupa, as outras coisas né... muitas coisas... caixa de fósforos, querosene... era com o tabaco. Gás nesse tempo ninguém usava... era só fogão de lenha, né? (Dona Teresa, outubro de 2009)

O tabaco... os comprador andava atrás, para comprar tabaco, em costa de cavalo. Teve um tempo que deu boa a safra e o pessoal ganharam muito dinheiro com o tabaco... (Sr. Pedro, outubro de 2009)

Tabaco nessa época era ouro!

Olhe... cinco tarefas de terra eu fazia 125 arrobas de tabaco, fora o que eu dava para os outros. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

Os produtos da lavoura obedeciam a sistemas de rotação das terras, cujos períodos de pousio foram se encurtando, entretanto as áreas de mata e de pastos naturais ainda foram bastante utilizadas pelos camponeses. Estas áreas eram utilizadas essencialmente para a alimentação dos animais, que eram presos para a fertilização dos currais de tabaco. Contudo, com as necessidades crescentes para a manutenção do núcleo familiar, posteriormente os camponeses passaram a utilizar esses currais para o cultivo associado de tabaco e mandioca. Dessa maneira, a criação de gado, que já desempenhava papel significativo na produção do tabaco, passou a complementar também as necessidades de fertilização das áreas utilizadas com maior intensidade.

A gente plantava 5 tarefas de cada vez. Num ano plantava 5, no outro 5 e no outro cinco, aí quando colhia voltava para o primeiro.” “Antigamente a roça de tabaco era só tabaco... roça de maniva era só maniva... só depois, quando foi mais acabando os matos é que o pessoal inventou de virar terra e plantar tabaco e maniva... mas antes não era assim não. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

Nas áreas de mata ainda eram realizadas a caça e a coleta de produtos, que reduziam as necessidades de obtenção de dinheiro ou tornava possível acumular, ainda que módica a quantia. Essas atividades tanto resolviam parte dos problemas econômicos de algumas famílias como eram empreendidas para a subsistência.

O pai dele aí, aqui é conhecido como o rei do açai. Eles plantaram também, mas já tinha muito açai. E tinha muita madeira também. Nesse tempo tinha muito mato, muita madeira para fazer cerca... tudo era cerca de madeira... (Sr. Tito Tenente, outubro de 2009)

Meu pai saía daqui vendendo cuúba, vendendo coquinho babaçu que a gente partia... quilos e quilos. (Dona Julia, outubro de 2009)

Isso aqui já foi farto... aqui já teve fartura... tinha de tudo... caça, bacaba, bacuri... tinha de tudo. De primeiro era bom de caça aí, eu tinha meu cachorro bom de caça. O caranguejo era só para você ir no mangal tirar sua despesinha. (Sr. Manoel, outubro de 2009)

Tinha muita caça... tinha com fartura, que lá era mata para se estragar. Toda espécie de bicho!

Paca, cutia, macaco. Depois foram roçando... tirando as matas... aí foram afugentando os bichos... Hoje tem macaco amarelinho, sauím, tatu... cutia tem uns três anos que não vejo, nem paca... tatu, cutia, caititú, veado, isso tudo tinha, quati, macaco, guariba, tamanduá, mucura, maracajá. (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

A pesca, em que pese ser realizada pela maioria das comunidades, em Quatipuru Mirim assume o papel preponderante na determinação das relações sociais desta com as demais localidades e com a cidade. É a partir da pesca que os moradores buscam os fatores não produzidos por eles, como no caso a farinha e o tabaco. Por outro lado, eventualmente a pesca se tornou fonte de troca de mercadorias para algumas, enquanto outras apenas a realiza em função da alimentação do núcleo familiar.

... mês de março aqui, na pesca... era mero, era gurijuba, era pescada... era os peixes que dava no curral. (Dona Julia, outubro de 2009)

Aqui tinha muito pescador. Era fartura. Era anunciado quando ia despescar um lago... todo mundo sabia: 'olha... eles vão cercar o Piquiá!' ... todo mundo era avisado.

... todo pessoal pescava, meus tios, os irmãos da minha mãe, pescava muito. (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

... as farinhas aqui nós vendíamos para as praias... (Sr. Pedro, outubro de 2009)

Peixe não faltava na minha casa... era salgado, na salmoura, de todo jeito tinha peixe... que o pessoal saía na minha canoa para pescar. Quando não queria comer peixe tinha carne. Quando ia matar um boi avisava... saía dando na vizinhança. (Sr. Jimeca, outubro de 2009)

As vezes eu ficava sozinha! Ele ia para a maré... Quando a gente começa a vida a gente não tem nada, tem que adquirir, né? Aí ele ia para a maré pegar peixe. (Dona Teresa, outubro de 2009)

A atividade pecuária assumia duas características distintas, conforme os objetivos das unidades produtivas: tanto era desempenhada para o abastecimento do mercado de carnes e de couros, quanto desempenhava o papel de “poupança”, de reserva de valor onde parte do capital é imobilizada para ser lançada mão em situações oportunas.

Nós tínhamos um açougueiro lá... que tinha semana de agente mandar a fiança, para ele mandar comida para os meninos... que ele entregava... eram oito meninos que moravam lá, estudando... quando a gente ia prestar conta tinha 160 quilos, 180 quilos! A gente mandava um boi, dois, para pagar! (Dona Dedé, outubro de 2009)

Um tempo nós fomos a umas 30, 40 cabeça de gado. Depois ele morreu aí foi se acabando... É o que acontece quando o pai morre: vai se acabando as coisas. Ainda tem umas duas cabeças, mas é do meu filho aí. Depois que eu fui para Bragança... já sabe como é... aqui não... aqui melhora em certas coisa, mas em Bragança não... já sabe como é Bragança né? Se não tiver o dinheiro... se não tiver um emprego, trabalho, né... aí num tempo em vendia um... e foi indo assim. (Dona Teresa, outubro de 2009)

Essa diversidade do campesinato dos campos de Bragança, constituído desde o século XIX, estabeleceu um relacionamento mais intenso com a praça de Bragança, complementando nela as relações sociais que fundamentam suas vidas.

Contudo, o campesinato mantinha-se como um foco de produção contínua, fundamentalmente para a garantia da subsistência dos agricultores, mesmo que realizando trabalhos para os fazendeiros da região, com o quê conseguiam algum recurso para dar início à construção de seu patrimônio. Dessa forma, a produção da população do campo era depositada em armazéns e casas de comércio, geralmente de imigrantes com algum capital acumulado, ou vendida a compradores, responsáveis por uma parte do sistema de abastecimento.

Não ficou evidente a forma como se davam essas relações entre camponeses e os intermediários das relações comerciais, não sendo possível afirmar a respeito da existência, ou ausência, de mecanismos de repressão para o cumprimento dos contratos. Pelas entrevistas, tais relações pareciam correr mais por conta do camponês, conforme a necessidade de resolver algo em caráter de emergência, especialmente para conseguir dinheiro. Por outro lado, alguns dos financiadores cobravam juros, as vezes de até 20% do valor tomado por empréstimo, aviamento ou adiantamento, mas também restituindo o camponês nos casos em que a produção excedia o valor emprestado mais os juros.

A produção da região chegava até esses armazéns e casas de comércio de várias maneiras distintas, as vezes utilizando-se mais de uma modalidade de transporte. Os pescadores da “beira do campo”, aqueles que estavam localizados às margens dos lagos ou do *mangal*, geralmente distribuíam sua produção entre os vizinhos, podendo ainda levar parte da produção até o centro de Tracuateua. Os pescadores da costa (Quatipuru Mirim), podiam chegar em terra firme pelo porto da Alemanha ou pelo porto da Salinas. Neste, abasteciam-se com farinha e tabaco. Pelo porto da Alemanha, podiam chegar até a fazenda do senhor José Maranhense, no Icaraú. Por outro lado, as relações que estabeleciam através dos portos de Bragança e Quatipuru permitiam-lhes resolver suas necessidades, não necessitando assim de irem até Tracuateua. As vezes era preferível navegar até Bragança e lá deixar sua produção, haja vista a possibilidade de fechar um melhor negócio, ou até mesmo em função dos “contratos” que tinham com os “armadores” e “marreteiros”. Era também nesta praça onde encontravam um maior sortimento de gêneros para seu abastecimento.

Por terra, levados diretamente em cavalos ou jumentos, ou ainda em carroças puxadas por qualquer tipo de tração animal, e também por água, atravessando determinadas partes dos campos “varejando”³⁸ canoas, os produtores transportavam feijão, farinha, milho e eventualmente o tabaco para o comércio do senhor Alfredo Miranda, localizado nos campos da Santa Tereza. Lá trocavam as mercadorias por querosene, munição, arreios de pesca, carne, açúcar, café e outros gêneros alimentícios, fósforos, sal, bebidas, ferramentas, produtos de limpeza, chapéus, tecidos. O sal muitas vezes era obtido através de um processo de cozimento da água salgada.

O sal comprava quando tava com preguiça, porque o sal tinha muito... ia no mangal estava pelas árvores, pelas folhas... tudo. Colhia sacos e sacos de sal... até o pessoal aqui tudo comprava! Ou então fazia o sal... o sal se faz da água salgada... a água salgada você pega bota para cozinhar ela, até ela dar ponto. Agora você bota num tanque e prende ela tudinho e bota lá. Quando ela encaroçar que ficar mesmo que nem o gelo, aí você pega bota um bocado de palha em cima dele e toca fogo... e deixa o fogo cair. Aí ele ficava pedra miúda, pedra graúda. Aí você pega... assim... um bucado dele, do sal, e uma garrafa... coloca em cima numa mesa grande que nem essa, aí tocava o sal... ia amassando, ele fica moidinho que ficava tipo o pó. (Sr. Amâncio, outubro de 2009)

³⁸ Varejar canoa: fazer movimentar a embarcação utilizando uma vara para empurrá-la. Geralmente este trabalho é realizado em pequenas canoas.

No entanto, é bom lembrar, apenas quando de fato necessitavam de alguma coisa que não fosse resolvida pelas trocas diversas, sem o auxílio dos “patrões”, é que recorriam a estes, as vezes até sujeitando-se ao pagamento de juros exorbitantes, como citado acima.

As idas até Bragança eram bastante “custosas”, eram, por assim dizer, “uma viagem meia longe”³⁹. Era necessário sair ainda de madrugada (entre 2 e 3 horas da manhã), as vezes “só com um cafezinho”, e andar por caminhos de “mata fechada”, carregando uma muda de roupas, porque também necessitavam atravessar os lagos dos campos, os igarapés, o rio, e sempre havia o risco (ou medo) de ser apanhado por uma onça, um jacaré, animais peçonhentos ou a sucuri. Chegando nas proximidades de Bragança, já com o dia claro (entre 6 e 8 horas da manhã), mudavam de roupa, faziam alguma refeição, onde já iniciavam seus negócios: tomavam nota das atualidades na cidade, encontravam colegas, vizinhos, parentes, faziam suas vendas, adquiriam mercadorias diversas, faziam algum “contrato” de fornecimento através do adiantamento da despesa.

Do desenvolvimento dessas relações podia resultar a diferenciação entre os camponeses, uma vez que suas relações não se encerravam no campo, mas complementadas pelas relações que estabeleciam com os agentes das zonas urbanas, esta assumindo cada vez maior significado, na medida em que o camponês internaliza determinados objetivos e perspectivas de futuro, como por exemplo a educação dos filhos. A diferenciação também oferecia a possibilidade de uma identificação com as atividades desenvolvidas na cidade ou o acirramento de determinadas necessidades, especialmente serviços de saúde e educação. Tomado como lugar de sua reprodução e permanência o campo, as relações estabelecidas com a zona urbana são dotadas de um significado específico de complementação de suas necessidades.

Contudo, em que pese a possibilidade de ocorrência dessa passagem, ainda resolvem parte de seus problemas a partir da unidade produtiva que lhes garantem o sustento através das suas roças e criações, haja vista não serem todos os membros da família que se mudam para a cidade. Por outro lado, esse contato com a cidade não significa que necessariamente os camponeses anseiam por este lugar. Tão somente é nele que complementam suas relações levando seus produtos para a feira, ou diretamente às casas de comércio, cujos “patrões” lhes garantiam a compra, abastecendo, de fato, a cidade com seus produtos.

Estando a permanência na cidade vinculada a maior necessidade de obtenção de dinheiro, muitas vezes o trabalho dos familiares no campo acaba por não dar conta dessa

³⁹ Utilizando termos expressos nas entrevistas.

permanência. Dessa maneira, em momentos de “precisão”⁴⁰, são lançados mão os rebanhos “construídos”⁴¹, levada a termo a representação de poupança ou reserva de valor.

Desde os anos iniciais de ocupação, os sistemas de agricultura itinerante com períodos maiores de pousio foram amplamente empregados nas lavouras de Tracuateua. Como a área é naturalmente dotada de campos, onde nascem gramíneas que servem de pastos naturais, só depois de algumas décadas as áreas de floresta foram incorporadas pela atividade pecuária. As fazendas de gado e os pequenos criadores existentes na região não precisaram, inicialmente, derrubar a mata para plantio de pastos. A derrubada e queima ocorriam em função das pequenas lavouras, cujas áreas eram depois “abandonadas”. Enfatize-se que em Bragança, os engenhos, as padarias, as olarias, marcenarias e as locomotivas da ferrovia, foram exaustivos consumidores de madeira e lenha. Pelo contrário, ainda de pé, as áreas de matas também foram utilizadas para a alimentação do gado conforme explícito no diálogo entre os entrevistados:

Sr. Jimeca. – As vezes eu passava uns dois meses sem eu ver... umas 15, 20 cabeças de gado... as vezes passava dois meses sem eu ver... metia cachorro caçando até encontrar.

Dico. – O vovô me falou que... que teve um tempo de inverno...

J. – Elas saíam lá para a casa do Vicente. Não tem lá para a casa do Vicente? Eles saíam lá!

D. – Que teve um verão muito forte aqui... ele falou que teve um verão muito forte aqui, mas só que não morreu gado nenhum.

J. – Não. Mas no tempo as pastagem eram boa.

D. – Dizia ele que as vacas ficavam debaixo da sombra... assim... Era muito Amapá nesse tempo.

J. – É... tinha muita fruta aí no mato. Muito amapazeiro.

D. – Não tinha remédio para gado.

J. – É... o remédio do gado era a fruta que o gado comia (...) Nesse tempo tudo era mata! Olhe, o capim... o capim chapada, beirando aqui nas enseadas, esse capim (...) que chamam, dava aqui no meio da perna. Ninguém aqui tinha capinzal. Plantava só para dar para cavalo (...). O gado era lindo! Quando você olhava chega tava tremendo, assim, o pelo do gado... o pelo do gado chega espelhava no sol! (Diálogo entre entrevistados. Sr. Jimeca e Dico, outubro de 2009)

⁴⁰ No momento em que precisam. O mesmo que necessidade.

⁴¹ Construídos porque significam patrimônio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Responsável por boa parte da produção de mandioca e farinha, feijão, milho e um pouco de café, também notáveis as culturas da cana-de-açúcar, do tabaco e da malva, além da criação de aves domésticas, a Zona Bragantina já era considerada das mais importantes zonas de produção agrícola do Pará em 1873, faltando-lhe uma rede de estradas e ramais para a complementação da estrutura que viabilizaria o abastecimento. Porém, não seria uma rede que permitisse contato constante com as cidades que faria a lavoura bragantina render os frutos que dela eram esperados, ou os frutos gerados eram exatamente os esperados por aqueles que deles dependiam. De acordo com as interpretações de alguns dos autores, dependia ainda da transformação da sociedade agrária, transformação esta que passava pelos objetivos das escolas práticas de agricultura, das estações experimentais e campos de cooperação, entre esses objetivos, os progressos que a moderna agricultura levaria ao campo.

O extremo leste da Bragantina (Bragança e seus arredores), no final da primeira década do século XX, recebia um importante elemento para impulsionar e abrir “novas possibilidades” à região: a estrada de ferro. Quando a ferrovia passa a servir todo o trecho da estrada de Bragança, nos poucos e pequenos núcleos existentes na região dos campos já havia atividades bastante desenvolvidas e consolidadas que tinham relação com o abastecimento de outras praças, inclusive fornecendo insumos para atividades agroindustriais.

A fazenda de criação de gado era uma dessas atividades, mas também, e sobretudo, a produção camponesa, cujos atores sociais, constituído por grupos de imigrantes estrangeiros, nordestinos e paraenses, exteriorizaram estratégias reprodutivas para a manutenção do abastecimento dos canais comerciais desde o século XIX. Cultivavam algodão, tabaco e malva, produção utilizada como fonte de rendimentos para que fossem internalizados os produtos necessários para complementar o abastecimento da unidade de produção e que tinha uma vinculação com a construção do patrimônio camponês.

Da produção de tabaco, que já ocorria em considerada proporção, boa parte abastecia as praças de Bragança, de Belém e os seringais no interior da Amazônia. Enquanto eles produziam para sua subsistência contribuía também para o abastecimento do mercado, demonstrando ter com este, um grau bastante alto de integração vertical, desde os primeiros anos de sua ocupação.

As estações experimentais e escolas de agricultura tinham a missão de estimular e desenvolver o ensino prático da lavoura, cujo objetivo era a constituição de um proletariado

agrícola, capaz de absorver as tecnologias e os processos modernos de produção. Ainda que não tivesse tido sucesso a constituição desse proletário agrário, os camponeses demonstraram ser “modernos” o suficiente para adaptar suas estratégias reprodutivas em função das demandas do mercado consumidor e das mudanças agroecológicas.

O encerramento das atividades da Estrada de Ferro de Bragança em 1966 não repercutiu em grande problema para os camponeses, haja vista o papel de outros meios e sistemas de transporte considerados de maior importância no abastecimento das praças. Pelo contrário, nas entrevistas ficou evidente que as estradas abertas para o trânsito dos carros muito contribuiu para seus meios de vida. Também porque os camponeses pouco utilizavam a ferrovia e quando a utilizavam dificilmente era para transportar os rendimentos de suas lavouras. Neste caso, alguns dos atores que faziam circular as mercadorias eram dotados de meios próprios para tanto, deixando também de utilizar a estrada de ferro.

Quando foram abertas as estradas de rodagem e os caminhões paus de arara começaram a realizar o transporte de pessoas e mercadorias, os camponeses puderam, com maior frequência, fazer circular as mercadorias, em consequência, acumular maior capital e “imobilizá-lo” em rebanhos de animais para que pudessem lançar mão nos momentos de necessidade. Também puderam manter relações mais frequentes e estreitas com a cidade, nela enxergando novos horizontes para a reprodução familiar, complementando suas atividades e acessando serviços essenciais de saúde e educação.

Observou-se que o modelo de evolução agrária de Boserup (1987) tem uma particular validade na região dos campos, assim como o “ciclo de fronteira” de José de Souza Martins (1975; 1997). Os sistemas de agricultura itinerante, se por um lado provocaram mudanças radicais na paisagem, estas não são de responsabilidade dos agricultores, mas determinadas pelo incremento demográfico numa fronteira relativamente estável, com forte contribuição dos empreendimentos capitalistas que demandaram a produção objetivada pelos agricultores familiares, assim obrigados a encurtar os períodos de pousio para dar conta da demanda. A validade parcial da tese de Martins apresenta seus limites sobretudo em relação às décadas iniciais, onde a fronteira Bragantina em plena expansão incorporava os imigrantes de outras áreas, que nela se instalaram. Com a expansão da fronteira econômica, ainda os pequenos agricultores vieram compor o quadro da estrutura produtiva, mas sem necessariamente ter que adquirir a terra para seu trabalho, também não implicando na cessão do espaço à pecuária e agricultura extensivas nem no deslocamento dos antigos “posseiros” para outras fronteiras.

Foi demonstrado como os camponeses contribuíram para o abastecimento do Pará a partir da dinâmica produtiva de determinados produtos, característicos de suas formas de objetivação social, política, econômica e cultural. Também ficou evidente como a ação ambiental dos camponeses se dá em função do aumento da pressão populacional e da demanda por alimentos, cujas estratégias de desenvolvimento industrial para o Pará não só demandaram a produção de alimentos como reorientaram as estratégias reprodutivas dos camponeses, que passaram a aproveitar outros recursos naturais para abastecer a indústria.

A principal contribuição deste trabalho se coloca numa perspectiva política de reconhecimento do papel do campesinato como um ator social fundamental na história do Brasil, cuja concepção da participação no desenvolvimento nacional é permeada por algumas visões elitistas, que a ele atribui grande parte dos fracassos das tentativas de levar ao campo a “modernidade” característica dos centros urbanos. Em tais visões, o principal equívoco está em colocar o campo em relação à cidade, daí derivando concepções “preconceituosas” sobre a tradição e cultura camponesas.

Não significa isto que ao campo deva se relegar uma posição inferior à cidade, que as políticas de desenvolvimento devam privilegiar um ou outro, nem tampouco que esses lugares sejam colocados em oposição um em relação ao outro. Antes eles se relacionam de forma complementar, cujas políticas de desenvolvimento acabaram por colocá-los numa relação de interdependência: os povos do campo ainda necessitam de serviços essenciais oferecidos em maior volume e condições de qualidade na cidade enquanto que as cidades necessitam da produção objetivada pelas condições de vida dos camponeses. No bojo das concepções atuais em relação ao direito, os povos do campo buscam assegurar seus direitos de, em seus espaços reprodutivos, poderem contar com a rede de serviços que ora na cidade são oferecidos.

No entanto, ainda é preciso avançar nas discussões a respeito do papel do campesinato no abastecimento dos mercados de produtos alimentícios e industriais, rompendo com a visão elitista da figura retrógrada e também com os esquemas duais que opõem o campo e a cidade, o camponês e o capitalista, a tradição e a modernidade. Antes, tais categorias devem ser tratadas como elementos dinâmicos e integrados, pois relacionam-se dialeticamente.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *Paper do NAEA*, n. 170, maio de 2004a. 24p. Disponível em <http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=242>. Acesso em: fev. 2010.

_____. *Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na Ilha de Colares, Pará*. Belém: UFPA; NAEA; UNAMAZ, 2004b.

ALBERNAZ, João Teixeira. Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Para. 1629. Fl. 1602-1649. Citado por: MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Povoamento e sociedades entre os rios Gurupi e Moju no Pará dos séculos XVIII e XIX. In: MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Org.). *Atlas sociambiental: municípios de Tomé-Açu, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Paragominas e Ulianópolis*. Belém: NAEA, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão* [2. ed.]. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008a. p. 147-166.

_____. Biologismos, Geografismos e Dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: _____. *Antropologia dos Arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008b. p. 15-126.

ARAÚJO, Renata. A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa, n.15/16, p. 151-165, jan./jun., 2003. (Portugal; Instituto Camões)

BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da provincia do Pará, organisadas em virtude do Aviso circular do Ministerio da Justiça, de 20 de Setembro de 1883, por Manoel Baena, director da 2ª secção da secretaria da presidência da mesma provincia*. Pará: Typ. De Francisco da Costa Junior, 1885. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1022/000027.html>>. Acesso em: fev. 2010.

BASTOS, Maria de Nazaré do Carmo; SANTOS, João Ubiratan Moreira dos. Caracterização e composição florística de ecossistemas naturais. In: JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; ZOGHBI, Maria das Graças Bichara (Org.). *A flora da RESEX Chocoaré-Mato Grosso (PA): diversidade e usos*. Belém: MPEG, 2008. (Coleção Adolpho Ducke; ilustrado)

BOSERUP, Esther. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: HUCITEC; POLIS, 1987.

BRASIL. Decreto de 20 de maio de 2005. Dispõe sobre a criação de Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no município de Tracuateua, no Estado do Pará, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Nacional, Ano CXLII, nº 97, Seção 1, 23 de maio de 2005. p. 10.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. MINISTRO (Geminiano Lyra Castro). *Relatorio Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Geminiano Lyra Castro, anno de 1928*. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2024/>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura. MINISTRO (Miguel Calmon du Pin e Almeida). *Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, anno de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2020/>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. MINISTRO (Francisco Sá). *Relatorio apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes, pelo Ministro de Estado de Viação e Obras Públicas, Dr. Francisco Sá, anno de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2292/>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. MINISTRO (Francisco Sá). *Relatorio apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes, pelo Ministro de Estado de Viação e Obras Públicas, Dr. Francisco Sá, anno de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2293/>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Viação e Obras Públicas. MINISTRO (Maurício Joppert da Silva). *Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor doutor José Linhares, Presidente da República, pelo professor Maurício Joppert da Silva, Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, Novembro de 1945 a Janeiro de 1946*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2299/>>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Mapa Multimodal – Pará*. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, 2009. 1 mapa. Escala 1.2.250.000. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/mapas-multimodais/PA.pdf>>. Acesso em: fev. 2010.

CASTRO, Edna. Populações quilombolas na Amazônia: um olhar sobre o Brasil. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Populações da Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2005.

CASTRO, Edna (Org.). *Escravos e Senhores de Bragança: documentos históricos do século XIX, região Bragantina, Pará*. Belém: UFPA; NAEA, 2006.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. *Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra, a mandioca*. 1990. 319 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

CONHECENDO Tracuateua. Revista Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Tracuateua: SEMED, Prefeitura Municipal de Tracuateua, 2007. (Pará; ilustrada)

COSTA, Francisco de Assis. Campesinato e fronteira: percepções e realidade na primeira metade dos anos oitenta. In: _____. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA: NAEA, 2000. p. 81-130.

COUTO, Jorge. O Brasil Pombalino. *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Lisboa, n.15/16, p. 151-165, jan./jun., 2003. (Portugal; Instituto Camões)

CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. Belém: SPVEA, 1955.

_____. Capítulo segundo. In: _____. *História do Pará*. [2. ed.]. Belém: Governo do Estado do Pará, 1963. p. 61-125.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia*. v 23, n. 3, p. 527-555, jul./set., 1961.

FONSECA, Dante Ribeiro da. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. 2 v. Belém, 2004. 505 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade federal do Pará, Belém, 2004.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* [10. ed.] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção O Mundo, Hoje; v. 24)

HEGENBERG, Leônidas. Problemas especiais da história. In: _____. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Editora Herder, 1965. p. 267-294.

HICKS, John. *Teoria de história econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: CEB, 1945.

HURTIENNE, Thomas Peter. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 30, n. Especial, p. 442-466, dez., 1999.

_____. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos do NAEA*. Belém: NAEA, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

IBGE. Censo Agrícola de 1960. Sério Regional: Acre – Amazonas – Pará. Volume II. Tomo II (1ª e 2ª Partes). (VII Recenseamento Geral do Brasil; Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2010)

IBGE. Censo Demográfico de 1960. Sério Regional: Acre – Amazonas – Pará. Volume I. Tomo II (1ª e 2ª Partes). (VII Recenseamento Geral do Brasil; Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2010)

IBGE. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Parte III – Pará. Censo Demográfico. Censos Econômicos. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. (Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2010)

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. 340 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. *Produção de alimentos e extrativismo: Belém e seus núcleos subsidiários (Ilha do Marajó e Zona Bragantina) – 1850-1920*. 2 vols. 1986. 497 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1986.

MAGALHÃES, Couto de. *Relatorio dos negócios da provincia do Pará*. Pará: Typ. Frederico Rhossard, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/527/>>. Acesso em: fev. 2010. (Inclui anexos)

MARIA, António. Homenagem aos homens do fogo: José Maria – Motorista marítimo, homem do mar e da terra. *Jornal Maré – Boletim do Núcleo de Amigos dos Pescadores de Matosinhos*. Março, 2007. p. 5. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/jornalmare/>>. Acesso em: fev. 2010. (Matosinhos; Portugal)

MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 43-50.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 1. [26. ed.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 209-231. (O processo de produção do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MARX, Karl. A teoria moderna da colonização. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 2. [26. ed.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 879-891. (O processo de produção do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MARX, Karl. O período de trabalho. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. [11. ed.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 257-268. (O processo de circulação do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MARX, Karl. O tempo de circulação. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. [11. ed.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 283-293. (O processo de circulação do capital; Tradução de Reginaldo Sant'Anna)

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Apresentação à coleção. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. v. 1. São Paulo: UNESP, Distrito Federal: MDA, NEAD, 2008. p. 7-15. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro)

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: _____. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de*

condição camponesa. v. 1. São Paulo: UNESP; Distrito Federal: MDA; NEAD, 2008. p. 17-35. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro)

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas da condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. v. 1. São Paulo: UNESP; Distrito Federal: MDA; NEAD, 2008. p. 137-183. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro)

_____. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. *Revista Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS; Cortez, p. 220-241, 1985.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo – Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-141.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Antonino Emiliano de Sousa Castro). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de Setembro de 1921, pelo governador do estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro*. Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1921. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1042/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Antonino Emiliano de Sousa Castro). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 7 de Setembro de 1922, pelo Dr. Antonino Emiliano de Sousa Castro, governador do Estado do Pará*. s.l., 1922. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1043/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Antonino Emiliano de Sousa Castro). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne da 2ª reunião de sua 11ª legislatura a 7 de Setembro de 1923, pelo governador do estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro*. Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1923. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1044/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Augusto Montenegro). *Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1908 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1908. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1925, pelo governador do Estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes*. s.l., 1925. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1046/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de Setembro de 1926, pelo governador do estado Dr. Dionysio Ausier Bentes*. Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1047/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne da 1ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1927, pelo governador do estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes*. Pará: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1927. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1048/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Dionysio Ausier Bentes). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em sessão solenne da 2ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1928, pelo governador do estado, Dr. Dionysio Ausier Bentes*. Belém: Pará: Oficinas graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1049/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Eurico de Freitas Valle). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 13ª legislatura, a 7 de Setembro de 1929, pelo governador do estado Dr. Eurico de Freitas Valle*. Belém: Pará: Oficinas graphics do Instituto Lauro Sodré, 1929. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1050/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Eurico de Freitas Valle). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará, em sessão solenne de abertura da 1ª reunião de sua 14ª legislatura, a 7 de Setembro de 1930, pelo governador do estado, Dr. Eurico de Freitas Valle*. Belém: Pará: Oficinas graphics do Instituto Lauro Sodré, 1930. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1051/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (João Antônio Luiz Coelho). *Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1909 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2443/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (João Antônio Luiz Coelho). *Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1910 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (João Antônio Luiz Coelho). *Mensagem dirigida em 7 de Setembro de 1911 ao Congresso Legislativo do Pará, pelo Dr. João Antônio Luiz Coelho*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1911. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1031/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Lauro Sodré). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne da 1ª reunião de sua 10ª legislatura, a 7 de Setembro de 1918, pelo governador do estado Dr. Lauro Sodré*. Pará: Typ. da Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1918. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1039/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Estado). GOVERNADOR (Lauro Sodré). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solenne da 2ª reunião de sua 10ª legislatura, a 7 de Setembro de 1919, pelo governador do estado Dr. Lauro Sodré*. s.l., 1919. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1040/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Instituto de Terras do Pará). *Título de reconhecimento de domínio coletivo que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga em favor da Associação dos Pequenos e Mini Produtores da Comunidade Jurussaca, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.219.634/0001-00, área de terras localizada no município de Tracuateua – Estado do Pará.* Belém, 14 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/files/titulos/Jurussaca_Tracuateua.pdf>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Abel Graça). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na segunda sessão da 17ª legislatura, pelo Dr. Abel Graça, presidente de provincia.* Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1871. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/536/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Barão de Santarém). *Relatorio com que o excellentissimo senhor barão de Santarem, 2º vice-presidente da provincia, passou a administração da mesma ao excellentissimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior, em 18 de abril de 1873.* Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873a. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/539/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Domingos José Cunha Junior). *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da provincia do Pará ao 3º vice-presidente, o excellentissimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz, em 31 de dezembro de 1873.* Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873b. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/538/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Francisco Carlos de Araujo Brusque). *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Pará, na primeira sessão da XIII legislatura, pelo exm.º senr. Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1º de setembro de 1862.* Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/525/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). Presidente (Francisco Carlos de Araujo Brusque). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XIII legislatura pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, em 1.º de novembro de 1863.* Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/526/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Guilherme Francisco Cruz). *Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz passou a administração da Província do Pará ao excellentissimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 17 de janeiro de 1874.* Pará: Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1224/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Jerônimo Francisco Coelho). *Falla dirigida pelo excelentíssimo senhor conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram Pará a Assembléa Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura, no dia 1º de outubro 1849.* Pará: Typ. Santos e Filhos, 1849. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/508/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (João Antonio Miranda). *Discurso recitado pelo excelentíssimo senhor doutor João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de agosto de 1840*. Pará, Typ. Santos & menor, 1840. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/499/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (João Maria de Moraes). Exposição apresentada pelo Exm.º Senr. Doutor João Maria de Moraes, 4º Vice-Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice-Presidente, o Exm.º Senr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraens. Pará, Typ. Santos & Filhos, 1855. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1000/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Manoel de Frias e Vasconcellos). *Falla dirigida a Assembleia Legislativa da Província do Pará, na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.º sr. Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859*. Pará: Typ. Commercial de A. J. R. Guimarães, 1859. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/521/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Pedro Vicente de Azevedo). *Relatório apresentado ao exm. senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará, 1875. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/543/>>. Acesso em: fev. 2010.

PARÁ (Província). PRESIDENTE (Sebastião do Rego Barros). *Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta Província, dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial, na abertura da mesma assemblea, no dia 15 de agosto 1854*. Pará: Typ. da Aurora Paraense, 1854. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/515/>>. Acesso em: fev. 2010.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. 2 v. Belém: UFPA, 1967.

PINHEIRO, Antonia Maria Brito. *A trajetória histórica da comunidade quilombola de Jurussaca em Tracuateua/PA (1994-2005)*. 2006. Monografia (Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2006.

POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta G. (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Volume 1 – Etnobiologia. [3ª Ed.]. Belém: EDUFPA, 1997. p. 199-213. (Edição atualizada do Handbook of South American Indians.)

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872 – Pará. 1872a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. 1872b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920. Volume III (1ª parte). Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920. Volume III (2ª parte). Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1924. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920. Volume IV (1ª parte). População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

RECENSEAMENTO do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920. Volume III (2ª parte). População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2010.

ROSÁRIO, Ubiratan. *Saga do Caeté – Folclore, História, Etnografia e Jornalismo na Cultura Amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará*. Belém: Cejup, 2000. (Coleção Caeté; 2)

SCHIAVONI, Gabriela. Procesos de diferenciación social agrária y constitución del sector rural de La provincia de Misiones. In: _____. *Colonos y ocupantes: parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agraria de Misiones*. Posadas; Misiones: Editorial Universitaria, 1995. p. 27-71. (Argentina; Universidad Nacional de Misiones)

SILVA, Fábio Carlos da. *Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia Oriental Brasileira*. 1982. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

SILVA, Maria Meires Rodrigues da. *Os muitos significados do Círio de Nazaré em Tracuateua – Pará*. 2006. Monografia (Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2006.

SOARES, Edla de Araújo Lira; ALBUQUERQUE, Mabel Black de; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (coord.). *Educação do Campo – A escola do campo e o mundo do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

SOUSA, Bianor Dutra Luz de. *História e memória do povoado de Tracuateua*. 2006. Monografia (Curso de Licenciatura Plena e Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2006.

SAWYER, Donald R. Colonização da Amazônia: migração de nordestinos para uma frente agrícola no Pará. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 773-812, jul./set., 1979.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catarina Vergolino. Zonas Bragantina e do Salgado. In: _____. *A Rodovia Belém-Brasília – estudo de geografia regional*. Fundação IBGE: Rio de Janeiro, 1967. p. 3-79. (Série A; Publicação 22)

VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. A borracha extrativa e a economia amazônica. Recife, 1975. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975.

VEIGA, Hecilda Mary. *O Grão-Pará: da extração florestal à indústria fumageira*. Belém: 1994. 186 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

VELHO, Otávio Guilherme. A fronteira amazônica e o campesinato (cap. XIII). In: _____. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. [2. ed.]. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 193-223. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; ALMEIDA, Arlete. Análise das modificações da paisagem da região bragantina, no Pará, integrando diferentes escalas de tempo. *Ciência e Cultura*. São Paulo: SBPC, v. 59, n. 3, p. 27-30, 2007.